

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação



**MULHERES-MÃES EM SITUAÇÃO DE POBREZA SOCIOECONÔMICA:
ENTRE HISTÓRIAS DE CAROLINAS**

Anelise Fernandes Silveira

Pelotas, 2023

Anelise Fernandes Silveira

**Mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica:
Entre histórias de Carolinas**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Accorssi
Grupo Mariposas: Minorias sociais, resistências e práticas de transformação.

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S111m Silveira, Anelise Fernandes

Mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica
: entre histórias de Carolinas / Anelise Fernandes Silveira ;
Aline Accorssi, orientadora. — Pelotas, 2023.

108 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Educação, Faculdade de Educação, Universidade
Federal de Pelotas, 2023.

1. Mulheres mãe. 2. Maternidade. 3. Pobreza
socioeconômica. I. Accorssi, Aline, orient. II. Título.

CDD : 370

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Anelise Fernandes Silveira

**Mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica:
Entre histórias de Carolinas**

Data da defesa: 28 de abril de 2023

Banca examinadora:

Profa. Dra. Aline Accorssi (Orientadora)

Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC-RS).

Profa. Dra. Denise Bussoletti

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC- RS).

Profa. Dra. Angelita Soares Ribeiro

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Profa. Dra. Rosária Ilgenfritz Sperotto

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para Maria Clara, aquela que é o meu sol.

A criança que fomos, criada como quer que tenha sido, com ternura ou violência continua nos parindo, com amor e dor, cada dia e noite – os filhos nossos – e nós mesmos”

Lya Luft

Resumo

O objetivo da pesquisa foi refletir sobre mulheres mães em contextos de pobreza socioeconômica. Como parte do percurso, estabeleci diálogos e aproximações entre uma mulher mãe em situação de pobreza socioeconômica e os relatos narrados no livro "Quarto de despejo", diário de Carolina de Jesus publicado em 1960. Ao longo do texto, referirei a essas mulheres como as Carolinas. A primeira, Carolina do presente e a segunda, a escritora. A vivência das Carolinas também pode espelhar outras realidades análogas de mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica. Carolina de Jesus foi uma escritora negra e mãe solo, que registrou sua vida e as dificuldades enfrentadas pela população marginalizada. Seu livro continua atual, retratando vivências semelhantes às das mulheres em situação de pobreza hoje. A Carolina do presente, por sua vez, é uma mulher negra beneficiária de políticas públicas da assistência social, que contudo, também relata as dificuldades vivenciadas a partir do seu local social. Ao considerar a pobreza socioeconômica como um fenômeno multidimensional, que vai além dos aspectos quantitativos e envolve diferentes dimensões da vida das pessoas, como acesso a serviços básicos e oportunidades, busquei, ao longo das reflexões, considerar os fatores contextuais, sociais e estruturais que influenciam a experiência da pobreza, assim como questões que envolvem classe social, raça e gênero a partir do olhar da teoria da interseccionalidade.

Palavras-chave: Mulheres mães. Maternidade. Pobreza. Socioeconômica.

Resumen

El objetivo de la investigación fue reflexionar sobre las mujeres madres en contextos de pobreza socioeconómica. Como parte del proceso, establecí diálogos y conexiones entre una mujer madre en situación de pobreza socioeconómica y los relatos narrados en el libro "Quarto de despejo", el diario de Carolina de Jesus publicado en 1960. A lo largo del texto, me referiré a estas mujeres como las Carolinas. La primera, la Carolina del presente, y la segunda, la escritora. Las experiencias de las Carolinas también pueden reflejar otras realidades similares de mujeres madres en situación de pobreza socioeconómica. Carolina de Jesus fue una escritora negra y madre soltera que registró su vida y las dificultades enfrentadas por la población marginada. Su libro sigue siendo actual, retratando vivencias similares a las de las mujeres en situación de pobreza hoy en día. Por su parte, la Carolina del presente es una mujer negra beneficiaria de políticas públicas de asistencia social, quien también relata las dificultades experimentadas desde su posición social. Al considerar la pobreza socioeconómica como un fenómeno multidimensional, que va más allá de los aspectos cuantitativos e involucra diferentes dimensiones de la vida de las personas, como el acceso a servicios básicos y oportunidades, busqué, a lo largo de las reflexiones, tener en cuenta los factores contextuales, sociales y estructurales que influyen en la experiencia de la pobreza, así como cuestiones relacionadas con la clase social, raza y género desde la perspectiva de la teoría de la interseccionalidad.

Palabras clave: Mujeres madres. Maternidad. Pobreza socioeconómica.

SUMÁRIO

1. Decifra-me	9
2. Situando a Pesquisa	14
2.1 Caminhos Metodológicos	21
3. Entre as linhas da Pobreza	28
3.1 Das Carolinas ao Autoritarismo: Reflexões sobre as histórias de vidas de mulheres pobres na realidade socioeconômica do Brasil	40
3.2 Carolinas: Interseccionalidade, Ousadia e Resistência em meio às opressões sociais	48
3.3 As Carolinas e o Trabalho doméstico	51
4. Desigualdades Sociais e a Supressão do acesso ao Sonho: Reflexões sobre o contexto pós-colonial	54
4.1 Entre Invisibilidade e Resistência	59
4.2 A complexidade da Maternidade em contextos de escassez	66
4.3 Reflexões sobre Desigualdade de Gênero e Políticas Públicas	74
5. Redes de Apoio: Fortalecendo laços para enfrentar desafios	76
6. Considerações Finais	80
7. Onde deu pra chegar de bicicleta	84
8. Referências	89
Apêndices (Transcrição da conversa com Carolina do presente)	92
Anexo II	103

1. Decifra-me

Há alguns dias em que isso se repete: olho para as minhas mãos e reparo que tenho de cortar as unhas. Nas vezes em que pensei isso, percebo agora que ainda não consegui concretizar o ato... Sempre tem alguma coisa mais urgente e importante pra fazer no tempo que fuga. O quarto para organizar: colocar as coisas minimamente em seus devidos lugares, dobrar algum cobertor e guardar as roupinhas da bebê. Enfim, tornar o ambiente menos caótico na tentativa de amparar o mundo interior e torná-lo organizado também. Não há facilidades. E, como nem todo frio que existe no mundo vem da Europa, a região do pampa gaúcho produz um gélido inverno que a essa altura de julho começa a despontar com força de uma manada selvagem.

Nesse contexto do frio, acabo por lembrar de algumas famílias que residem no território onde eu trabalhava – antes de entrar em licença maternidade – uma localidade periférica onde famílias em situação de pobreza socioeconômica moram, lugar onde foi criado um Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. Lembro de visitar algumas casas consideradas mais vulneráveis. Nessa região da campanha gaúcha sempre faz um frio avassalador, a temperatura chega a marcar números negativos nas madrugadas durante o inverno. Na maioria das casas moravam crianças, pessoas idosas ou os dois. Em uma dessas casas em especial, havia muitas frestas, buracos nas madeiras que compunham as paredes e umas três crianças, entre elas um bebê. E, agora eu tenho uma bebê. Não é muito fácil manejar os cuidados com ela nesse período de frio, trocar as fraldas, dar banho, a limpeza das roupas e bibeiros, que quase não duram limpos devido a um refluxo. São temas bem ordinários, mas ocupam boa parte do meu dia ou quase todo. Como seria possível estabelecer comparações entre as minhas dificuldades relativas à maternidade e as dificuldades dessas mães em situação de pobreza e desamparo social? Chega a ser constrangedor. Não há possibilidade de conciliação às necessidades de isolamento social quando é necessário arranjar alimentos, vestuário, cobertores e alguma madeira para queimar no fogão a lenha. Aos pobres não é permitido se recolher no conforto da casa, mal há casa, se quer conforto. Se recolher a uma espera de dias melhores pode significar passar por todo tipo de privação e escassez, maiores ainda do que as já conhecidas antes da pandemia.

A respeito da minha realidade confesso que mal consigo acompanhar o noticiário e vou costurando e juntando as informações conforme escuto meus familiares falando. Assim, construo uma espécie de mapa mental o qual permite que eu possa participar minimamente quando os absurdos desse tempo pandêmico surgem nos diálogos.

Paixão mesmo tenho sentido pela máquina nova lava e seca, é o objeto que mais facilita a minha vida desde o início da maternidade até o começo do frio. Sinceramente já não consigo imaginar mais minha vida sem ela, e isso soa mal. A maioria das pessoas não pode ter uma, com relação às famílias acompanhadas pelo CRAS, não é exagero dizer que ninguém tem. Esse é um privilégio sim. E essa é uma contradição, porque não posso dizer que esse aparelho não me traz conforto e um pouco de alegria em poder desfrutar de um tempo com algo que de fato seja uma escolha fazer ou não fazer. A maternidade traz muito isso, quando se percebe, estamos inundadas em afazeres que não são uma escolha, são uma necessidade. Necessidades que tem a ver com o cuidado, afazeres importantes para o desenvolvimento saudável das crianças, mas os quais são intermináveis e cansativos.

Poder adoçar esses gestos com amor certamente produzirá belos frutos nas crianças. Sim, as mães sabem disso e acredito que tentam(os) assim proceder. Uma luta diária entre cansaço e contentamento. Para as mães de famílias numerosas como as do território do CRAS onde trabalho, exaustivo não são os afazeres domésticos, exaustivo é ter de sobreviver com tão pouco.

Do meu lugar de privilégio, é uma mistura desorientadora essa entre a necessária perda de sociabilidade e as ocupações diárias, que apenas sabem se repetir, semana após semana, em uma quarentena que começou quando ainda era verão aqui no hemisfério sul. Haja criatividade para pulverizar umas cores bonitas pra gente não ficar completamente cinza. Sobre os afazeres domésticos, todos parecem tão infundáveis, uma coisinha depois da outra saltitando incessantemente nos contornos limitados da casa, lugar que agora resguarda o predomínio de todas as atividades.

Afinal, a rede de apoio só apoia ou também atrapalha? Ah, como sou grata por ter uma rede de apoio em casa, composta por meu pai, minha mãe e minha irmã. Caso não fosse grata, sinto que deveria ser. Não penses que é possível passar ilesa

por uma rede, eles vão ajudar e também vão exigir esse reconhecimento. Parece justo. Não importa, bom mesmo é ir ao banheiro em paz. A verdade é que eles ajudam e isso quer dizer poder tomar um banho com mais tranquilidade e ir à academia às vezes (tomando os devidos cuidados de prevenção ao covid-19), nunca me foi tão prazerosa essa atividade. Sair de casa em um período de pandemia é imprudente quando de fato se pode ficar, ocorre que chegou a um ponto onde tive que optar entre maior segurança ou respingos de oxigênio para equilibrar uma saúde mental que andava oblíqua.

É difícil explicar os sentimentos no puerpério, se pudesse escolher apenas uma palavra para transmitir esse momento, algo aproximado ao sentido da palavra loucura não seria exagero. Quando a pandemia foi sentenciada em março deste ano, eu já estava em isolamento social¹ desde janeiro, quando minha filha nasceu. Saía de casa raramente, as visitas ocorriam nos finais de semana e eu passava a maior parte do tempo sozinha com minha bebê. Em meados de março estava começando a sair sozinha com ela, uma volta aqui outra ali, já era um progresso e tanto. Mal começou e já acabou. Confinada em casa mais uma vez, agora sem data para acabar. Não se esqueça, ainda tenho uma bebê que chora sem parar. Indefinível caos.

Já ouvi suficientemente algumas mães protestando a respeito dos comentários ou “dicas” de outras pessoas que se consideram experientes com crianças, para saber o quanto isso é incômodo. Agora percebo que se trata de uma legítima gota num oceano bem cheio, transbordante. Além da inconveniência de um pedido de opinião que não foi solicitado, essa cena ocorre com alguém que está tentando juntar os pedaços que restaram do seu antigo ser e agora formam uma identidade disforme, que em nada lembra a pessoa e a mulher de antes. Nunca ouvi relato das mulheres que me precederam na família que se aproximasse a essa realidade bárbara do puerpério, penso que à elas não era permitido pronunciar de forma não romântica o período. Ou melhor, sentir até poderia ser permitido, a questão definitiva era/é manter em silêncio.

Ainda que divida o mesmo teto com uma mulher que teve duas gestações - minha mãe - ela nunca trouxe essas reflexões à baila comigo. Parece que o

¹ A expressão está destacada porque se refere a um tipo de isolamento social diferente do sentido em que o termo tem sido utilizado em um contexto de pandemia.

desequilíbrio causado pelas perdas, reestruturação emocional e psicológica a que somos submetidas enquanto mães principiantes é algo individualizado e de cunho pessoal. É claro que cada uma tem a sua história e isso pode facilitar ou dificultar o processo. Todavia há uma questão de ordem social que fica bastante negligenciada, a licença maternidade, a qual é um importante direito conquistado, mas está longe de abarcar tantas demandas que recaem sobre os ombros das mães. Gestar uma pessoa e gerar a vida é extraordinariamente complexo e até dramático. Além disso, as origens da vida são as mesmas, a modernidade não trouxe mudanças significativas nesse assunto: mulheres e seus corpos fazem o trabalho inexorável.

São muitas as perdas que advêm com a maternidade e criação de um filho e não é fácil lidar com perdas. Além das perdas sociais relativamente óbvias, há perdas que se relacionam com a identidade, quem se era e já não se é mais, essa identidade obsoleta parece habitar uma antiga era geológica de tão distante que está do agora. Até o cérebro, tão respeitado monarca no comando de tudo parece estar em constante atividade vulcânica, onde o magma extravasado já escaldou uma parte onde as palavras costumam ser armazenadas. Os vocábulos parecem pássaros em grande profusão, algo como se fosse possível avistá-los, mas não definir características. Atuante desmemoriamiento.

“Que animal que anda pela manhã sobre quatro patas, à tarde sobre duas e a noite sobre três?” O célebre enigma da esfinge, criatura de corpo alado, metade leão e a outra metade mulher, que nenhum homem conseguia decifrar e por isso eram devorados. Que ninguém se engane, o fato da criatura ser metade mulher não é mero acaso, há algo misterioso e selvagem em nosso interior que nem toda racionalidade é capaz de explicar.

Falo do interior de uma mulher e sobre esse assunto tenho alguma profundidade. Acredito realmente que adicionar uma poção de elementos mágicos no cotidiano torna a vida menos dura, afinal de contas o imaginário está vivo e precisamos alimentá-lo para que ele nos nutra sempre, especialmente em um momento como esse.

O mesmo enigma nos obriga a lidar com a delicada transitoriedade do tempo. Pela manhã um bebê ao engatinhar, a tarde um adulto ereto e a noite uma pessoa idosa se valendo de uma bengala. Quantos enigmas precisamos decifrar ao longo da

nossa jornada? Seguramente não são poucos e os horizontes do conhecimento estão aí para nos valermos de seu apoio.

Pandemia e maternidade, a segunda ainda que com suas dificuldades ocupa-se da vida e há muita beleza nisso. Quanto à pandemia, parece mesmo uma esfinge que está a interpelar a humanidade com seu quebra-cabeça. Como sairemos dessa situação que nosso consumo desenfreado e arrebatamento pelo lucro nos colocou? Precisamos construir as respostas. O certo é que a vida continua a pulsar, de um modo um tanto quanto confinado, contudo pulsante como é próprio da natureza do existir. As crianças continuam a nascer e nossa existência segue demandando o que sempre exigiu: courage, mon amour!²

Para seguirmos adiante, necessariamente precisaremos acertar os passos os quais nos trouxeram até aqui enquanto corpo social. Que cada um possa refletir sobre si mesmo e sobre essa trama que envolve a todos nós. Há respingos continentais os quais não podem mais ser barrados em um mundo hiperconectado e assustadoramente desigual, eis que aí surge à esfinge ávida por lançar sua charada fatal e a resposta só vai estar certa se for dada coletivamente. Um belo planeta azul e toda vida que ele contém agradece.

Retornando ao realismo dos dias, enquanto escrevo esse texto percebo que é preciso fazer uma espécie de milagre para ele acontecer, para colocar no papel, digo na tela, essa narrativa. Tudo que é preciso para escrever, como silêncio e concentração, são exatamente aquilo que me é escasso. Histórias de memórias recentes que envolvem a dinâmica diária de uma casa com bebê, a rotina de afazeres e os planos que se desfizeram em meio à crise. A percepção do medo, sentimento que na vida adulta tentamos tanto afastar agora bate à nossa porta, o mundo já não é mais como o conhecíamos.

A dolorosa evidência que para alguns até mesmo a dificuldade é mais amena que para outros, é uma verdade que possui um gosto amargo. Ao escrever esse relato procurei trazer alguns tensionamentos relativos à realidade das famílias que se encontram em situação de pobreza econômica e sinto que escrevi de forma minguada, não pela força do desejo de assim fazê-lo, mas porque é uma realidade que me escapa, para dizer certas coisas é preciso conhecer mais com intimidade e

² Coragem, meu amor! Utilizei a expressão em francês a fim de trazer uma firula para o texto e pela beleza que considero conter o idioma. Marcas da colonização.

quando me afastei do trabalho ainda não havia pandemia. Posso imaginar os apertos dessas mulheres mães, mas não tenho profundidade sobre eles, pois certamente surgiram novos apertos e eu já conhecia uma porção deles. Enquanto escrevia desejei que os dias que seguem possam ser surpreendentemente mais amenos para todos nós.

2. Situando a Pesquisa

Essa história, transcrita acima, foi desenvolvida para um livro intitulado *“Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia”*,³ publicado na forma de *e-book* e também como livro impresso. A obra recebeu apoio da Cátedra de Estudos de Gênero da UNESCO, teve Conselho Editorial Internacional e foi impressa pela Universidade Federal de Goiás – UFG. O relato compõe um dos capítulos do livro e o trago para essa pesquisa, tanto por apresentar através da narrativa essa nova realidade da maternidade – nova para mim – assim como, para fazer as conexões entre a pesquisa e o tema, no que se correlacionam com meus interesses de pesquisa. A partir de uma descrição fluida que parte da vida cotidiana, surge o convite a experimentar um pouco das dificuldades entranhadas no acontecimento da maternidade e a partir disso, poder refletir sobre o contexto das mães em situação de pobreza socioeconômica. Ainda, neste sentido de situar a maternidade como panorama, é preciso deixar claro, desde já, os distanciamentos entre a minha realidade de maternidade – por mais que haja nela também certas dificuldades – às realidades das mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica, um imenso oceano de águas turbulentas nos separa e isso é evidente, sobretudo, no que se situa através das (im)possibilidades relacionadas à classe social.

Sobre as circunstâncias que me aproximam às situações relativas à pobreza, está o fato de eu ter acompanhado a vida de algumas mulheres mães em comunidades consideradas socialmente vulneráveis, através do trabalho como técnica do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) situado no município

3 O livro em formato PDF está disponível em:
https://www.academia.edu/44703548/Maternidades_plurais_os_diferentes_relatos_aventuras_e_oceanos_das_maes_cientistas_na_pandemia.

de Bagé/RS⁴. Eu conheço essas vivências, e pude acompanhar suas histórias entre lutas e dificuldades, estive nas suas casas, conversei com elas, no entanto, essas histórias não são minhas, não posso tomar posse delas como se fossem objetos, como se fossem totalmente compreensíveis por ter estado ali durante um tempo, durante sete anos para ser mais exata. Esse é um início, uma mistura de coisas, de possibilidades, de interesses e de histórias que se encontram e desencontram o tempo todo, do mesmo modo que ocorre com a vida.

Parto do pressuposto que há uma força potente no processo de escuta das histórias de vida, de tal modo a permitir conexões e trocas entre quem fala e quem ouve. Para isso, como parte do caminho, de maneira a me aproximar ainda mais desta realidade, busquei no encontro com uma mulher mãe em situação de pobreza socioeconômica relatos e fragmentos do seu cotidiano de modo que, a partir deles pudesse pensar e refletir sobre a maternidade. Para compor o fotograma⁵, na mesma textura das temáticas envolvidas proponho um cruzamento de histórias: Além dos relatos da mulher mãe com quem conversei⁶, trago partes da história do livro diário de Carolina de Jesus: Quarto de despejo, o qual teve sua primeira edição lançada em 1960. O livro continua atual no que remonta às lutas das mulheres mães e narra vivências de uma classe da população subalternizada que enfrenta, ainda hoje, condições de vida semelhantes às de Carolina.

Utilizo a alegoria do fotograma para que seja possível olhar para a vida dessas mulheres com os significados que uma fotografia pode remeter, ao

4 Município localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, na chamada região da campanha situado a 373 Km da capital Porto Alegre, faz fronteira com o Uruguai. No ano de 2020, segundo dados do IBGE, a população estimada era de 121.518 pessoas, das quais apenas 19% das pessoas com ocupação relacionada ao trabalho formal. Historicamente, essa região chegou a pertencer ao domínio espanhol passando ao domínio português depois de guerras, tendo o próprio município se originado em 1810 de um acampamento militar. Nesse contexto, para proteger o território de invasões, glebas de terras Sesmarias foram doadas para elites militarizadas que se dedicaram a criação de gado, o que representou a conquista econômica e ao mesmo tempo, resguardou as fronteiras meridionais. Dada sua constituição e trajetória, a região e o município repercutem ainda hoje, culturas e sensibilidades de ordem patriarcal, conservadora e autoritária. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage/historico>.

5 Também pode ser chamado de frame em inglês. Um fotograma é uma imagem estática capturada em um determinado instante de tempo durante a reprodução de uma sequência. Quando esses fotogramas são reproduzidos em rápida sucessão, cria-se a ilusão de movimento contínuo, o que ocorre no cinema, por exemplo. Um fotograma é uma imagem estática capturada em um determinado instante de tempo durante a reprodução de uma sequência, quando esses fotogramas são reproduzidos em rápida sucessão, cria-se a ilusão de movimento contínuo (DUARTE, 2007, p. 40).

6 Mulher mãe com quem eu conversei sobre a maternidade, seu lugar social, suas lutas diante da vida.

contemplar uma imagem é possível definir algumas situações daquele contexto, no entanto, por se tratar de uma cena que está “congelada”, não se pode determinar com exatidão o antes e o depois da imagem. É provável que muito da cena impressa possa ser traduzida em palavras, mas nem todos os significados e impressões podem ser declaradas como “aquilo que é”, mas como “aquilo que parece ser”. É desta forma, que olho para a vida das duas personagens reais desse estudo, compreendendo que a história de vida de cada uma é muito mais do que eu posso e consigo mensurar, ainda que o recorte se refira ao contexto da maternidade em situações de pobreza. O texto é como a fotografia que se congela no tempo/espço, mas as narrativas continuam a ocorrer ainda que não haja mais ninguém para ouvi-las, porque fazem parte dos acontecimentos da vida e estes continuam a desenrolar-se e a resistir através de cada mulher mãe em situação de pobreza socioeconômica.

Dessa forma, ao longo do texto me refiro a essas duas mulheres como as Carolinas, assim no plural. Há momentos em que as histórias se cruzam, muitos momentos, e outros em que são bastante distintas, levando-se em conta principalmente o período histórico em que cada narrativa se passa. A primeira e autêntica Carolina, escritora nascida em 14 de março de 1914, em Minas Gerais, e falecida em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo. Durante sua vida, Carolina começou a registrar suas experiências diárias e pensamentos em cadernos encontrados no lixo. Seus escritos eram uma forma de expressar sua realidade e os desafios enfrentados pela população marginalizada. Enquanto a “outra” Carolina é contemporânea deste tempo, uma simpática senhora de 63 anos (quando ocorreu a entrevista em 2022). Ao longo da escrita, quando for necessário diferenciá-las assim o faço, e quando os relatos das mesmas ecoarem em relatos de outras mulheres em situações que se entrecruzam, me refiro como “as Carolinas”. Tanto por abranger as duas mulheres para as quais eu volto a minha atenção, assim como por poder representar, a partir das suas vozes, uma esfera de outras mulheres, as quais, do mesmo modo, fazem parte de um contingente de pessoas marginalizadas pela sociedade e que enfrentam dificuldades para sobreviver e para cuidar dos seus filhos, como fruto de uma condição de pobreza socioeconômica.

O mundo é permanentemente construído através do diálogo, o qual remonta inúmeras vozes que se envolvem entre si e também permite apontar para realidades com ritmos próprios, o desejo de ouvir as vozes que se pronunciam diante da sua

existência marcam o meu interesse de pesquisa nesse estudo. Neste caso específico, as existências de mulheres, mães, negras, empobrecidas e solitárias⁷ – a ordem talvez não importe tanto - situadas em uma ordem social que demanda muitas funções e oferece muito pouco em retorno. Através destas duas vozes, procuro tecer os elementos que se expressam, às vezes em comum, por ora distintos e que podem apontar para caminhos contrastantes que necessitam ser (re)conhecidos com seus potenciais aprendizados e histórias de resistência.

A expressão “mulher voz” que utilizo, representa a escrita essencial da autora Carolina Maria de Jesus em seu diário, onde ela relata suas experiências como catadora de lixo na grande cidade de São Paulo. Moradora da favela do Canindé, Carolina narra o seu cotidiano como “mulher-mãe-trabalhadora-escritora”, sendo a única responsável pelo cuidado e sustento de seus três filhos. Essa narrativa se desenvolve em um contexto político e social marcado pela completa negligência do estado em relação à pobreza que se agrava, refletindo uma apatia política e social generalizada. O enunciado mulher voz destaca a importância da voz de Carolina Maria de Jesus como uma representante da realidade das mulheres e dos moradores de favelas, trazendo à tona as dificuldades enfrentadas por esses grupos marginalizados. Sua escrita e testemunho fornecem uma perspectiva autêntica e visceral sobre as condições de vida precárias e a falta de assistência do estado.

Para contribuir com os objetivos da pesquisa, a fim de favorecer com a reflexão crítica proposta, adiciono os relatos de uma mulher negra de 63 anos de idade. Ela é separada, possui escolaridade até o segundo ano do ensino fundamental e é mãe de quatro filhos adultos, atualmente cuida de seu bisneto. É importante ressaltar que essa mulher vivenciou a perda de seis dos dez filhos que teve ao longo de sua vida, é moradora de uma comunidade periférica localizada no município de Bagé. A região em que ela reside enfrenta desafios socioeconômicos significativos, como falta de acesso a serviços básicos, infraestrutura precária e altos índices de pobreza. Essa realidade de vulnerabilidade social e econômica afeta diretamente a vida dessa mulher mãe e de sua comunidade.

Nas duas histórias de vida são encontradas semelhanças entre si e ao incluir os relatos dessa outra Carolina em questão, a pesquisa busca dar voz e visibilidade a uma experiência de vida marcada por desafios e adversidades, proporcionando um

⁷ Solitárias no sentido de assumirem sozinhas a maior parte das responsabilidades para a provisão dos cuidados e necessidades dos filhos.

retrato mais abrangente das condições enfrentadas por indivíduos que vivem em comunidades periféricas. Essa perspectiva contribui para uma compreensão mais aprofundada das complexidades das desigualdades sociais, destacando a interseccionalidade de gênero, raça e classe social.

Os relatos apresentados oferecem uma perspectiva única e valiosa sobre as lutas e os processos de resiliência das Carolinas diante de situações adversas em que suas vidas estiveram. Suas histórias convidam a refletir sobre a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e efetivas para enfrentar as desigualdades estruturais e promover a inclusão social das pessoas que vivem em comunidades periféricas.

Comumente, as regiões que estão à margem apresentam aspectos históricos e culturais singulares, característicos de uma linha divisória invisível, a qual evidencia o centro e a periferia ou a importante metrópole e a primitiva colônia, ao utilizar um referencial teórico decolonial⁸, para relacionar essas realidades. Não se trata de uma imprevisibilidade que as mulheres desta pesquisa, cada qual no seu tempo – passado, presente e o tempo construído aqui, imaginário, aquele que se origina a partir da representação das duas histórias – estejam situadas em moradias periféricas. A partir desse lugar é que se percebe o cotidiano, os percursos possíveis e também aqueles que são negados a essas mulheres mães. Existir e resistir são verbos conhecidos e praticados à exaustão, e é diante desse plano que eu apresento meu trabalho. Não para extrair ainda mais algum impulso vital (considero que alguns movimentos possam fazer isso), mas no desejo de tomar a perspectiva da potência emancipatória contida no ato de ouvir sua própria voz e, então, expressá-la como movimento em direção a possíveis transformações.

Não há de haver apenas dificuldades e cansaço nessas histórias de maternidades, como o poder financeiro neoliberal - atual expressão do capitalismo, que oferece às mulheres determinadas posições, fortalecendo às desigualdades e as precarizações em múltiplos sentidos da vida - insiste em produzir tal imagem, como

8 O movimento decolonial abrange diversas formas de crítica teórica, articuladas por várias camadas de pensamentos e propõe um projeto epistemológico, ético e político a partir de uma crítica à modernidade ocidental em seus postulados históricos, sociológicos e filosóficos. Critica a suposta universalidade do conhecimento e a superioridade da cultura ocidental, incluindo os sistemas e instituições que reforçam essas percepções. A decolonialidade é sinônimo de "pensar e fazer" decolonial e questiona ou problematiza as histórias de poder que emergem da Europa (QUIJANO, 2007, p. 93).

se nos dissessem ocultamente que tais vidas, de tão miserável existência nem deveriam existir, deveríamos poupá-las, por isso também, de forma encoberta, escreve-se um projeto de morte para os empobrecidos. No entanto, é preciso se recusar a trabalhar apenas com aspectos dolorosos, um outro jeito de olhar para a vida sempre pode se fazer presente, podemos declinar dos discursos fatalistas em relação à vida das mulheres, sobretudo, correlacionados à pobreza e notar as persistências diante das dificuldades que se apresentam, determinadas a criar os seus filhos, a buscar por direitos sociais e especialmente a não se deixar sucumbir.

Nas falas dessas mulheres, não raro compostas com relatos permeados por relações abusivas, violência física, abandono, exaustão e solidão – os filhos ficam, estão ali com elas e lhes é cobrado assumir o dever de dar conta das crianças, da saúde, da educação e de todo processo de desenvolvimento que envolve cuidar da criação dos filhos. Simples não é. Na busca por compreender essa realidade de mulheres que fazem parte de uma minoria em termos de poder, torna-se essencial ouvir suas narrativas com todos os sentidos, não apenas com os ouvidos. É por meio dessa abordagem que se estabelece um vínculo profundo entre as histórias compartilhadas e o tecido deste texto/pesquisa. “Quem tiver uma história e souber narrá-la, estará no poder”, diz a escritora polonesa Olga Tokarczuk, frase que nos empurra para a importância de narrativas que possibilitem uma mudança da ordem das coisas, às quais podem contribuir para um olhar mais plural para a realidade das vidas, onde se possa contemplar a sua totalidade ao abrir novos campos de percepção e compreensão. Sem permanecer presas nos moldes de mulher e maternidade estabelecidos em padrões estereotipados ditados a partir dos poderes hegemônicos, e assim possibilitar que novas compreensões circulem e não sejam silenciadas.

Portanto, a partir da necessidade de se compreender mais profundamente as histórias dessas mulheres, envolvendo os seus filhos, as suas individualidades, respeitando a dinâmica intrínseca das suas realidades e modos de vida, percebo a imprescindibilidade de ouvir suas vozes, suas narrativas e seus aprendizados, frutos de suas vivências em um lugar social pouco condescendente. Um espaço para que as mulheres possam contar suas histórias a partir de um olhar periférico do mundo, dispondo de referenciais teóricos que contribuem para uma análise que busca encarar a realidade dos povos oprimidos sem massacrá-los, mas compreender as

forças históricas e culturais que forjam essas realidades. Para essa tarefa encontro na epistemologia decolonial e na teoria da interseccionalidade adequadas aliadas, segundo Kimberlé Crenshaw a interseccionalidade é compreendida por:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A partir dessa perspectiva/arcabouço, é possível direcionar o olhar para os lugares que as mulheres mães ocupam, frequentemente inferiorizados e também desumanizados, onde o direito à existência, muitas vezes é negado de fato e de direito. Para que possa haver um processo de abrangência e compreensão, é preciso adotar as perspectivas multidimensionais que envolvem a pobreza. Nessa perspectiva, os objetivos da pesquisa são:

Objetivo Geral:

O objetivo geral deste estudo é perceber as experiências de mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica, por meio da comparação dos relatos de duas Carolinas: Carolina Maria de Jesus, autora do livro "Quarto de despejo", e uma mulher do presente em situação de pobreza socioeconômica.

Objetivos específicos:

1. Compreender as semelhanças e diferenças nas experiências das duas Carolinas, considerando o contexto histórico, social e econômico em que vivem/viveram.
2. Observar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em situação de pobreza socioeconômica na criação e cuidado de seus filhos, destacando as interseccionalidades de gênero, raça e classe social.

3. Contribuir para a visibilidade e valorização das vozes das mulheres em situação de pobreza socioeconômica, buscando ampliar a compreensão das desigualdades estruturais.

2.1 Caminhos Metodológicos

O horizonte da maternidade não é mais algo distante para mim, se antes, quando ingressei no mestrado minha história de vida já era conduzida de forma natural para uma pesquisa com mulheres moradoras do território onde trabalhava, desde então, pensava em abordar o protagonismo dessas mulheres diante do contexto familiar e social em que se encontravam. No entanto, o que era distante da minha existência ficou notório, eu me tornei mãe durante esse processo inicial do mestrado, e a partir desse acontecimento os aprendizados e o olhar para as questões teóricas que eram apresentadas e discutidas, passou a ser vivenciado de um outro modo. É até mesmo difícil explicar esse “outro modo”, diante de uma dimensão que inicialmente não estava planejada e que passou a exigir a integralidade de tudo que eu tinha e substancialmente àquilo que eu também não tinha. A maternidade na minha visão, exprime muito sobre “esse ter e não ter” para oferecer aos filhos, tanto no sentido emocional quanto material, e às necessidades a serem supridas para esse novíssimo ser humano que se apresenta ao mundo de modos indeterminados e plurais, estão diante das muitas formas de ser mãe e das muitas possibilidades e condições necessárias para se exercer o papel da maternidade.

Logo, o tema central de interesse foi incorporado pelo “ser mãe”. Ao início da escrita, não despropositadamente, foi inserido um texto sobre maternidades plurais, de minha autoria, que obviamente é referenciado a partir do meu local social e das vivências decorrentes desse contexto. Para a escrita desse estudo, com os elementos já citados, está a minha conexão *carnal* com o tema da maternidade que se somam com reflexões pessoais feitas ao longo dessa jornada e as muitas leituras necessárias ao método acadêmico. Na mesma confluência dos acontecimentos, a minha professora orientadora de pesquisa sinalizou sobre o pesquisar/participar e como essa conexão com o tema de pesquisa tende a fomentar a compreensão da malha que envolve as ações do estudo e assim, atuar como poderoso auxílio para

unir os pontos entre o que se pesquisa com quem produz a pesquisa. A perspectiva é de um local marcado pela situação de pobreza sócio econômica, onde também se captura a coexistência da maternidade presente na vida dessas mulheres, de suas narrativas e histórias de vida.

Do mesmo modo em que a maternidade é um processo tão habitual – no mundo existe algo em torno de 7,8 bilhões de pessoas até o ano de 2022 – e cada um desses habitantes nasceu de uma mulher que deu à luz – impossível ser de outro modo – de maneira que se trata de um tema universal e ao mesmo tempo um tanto secreto em minha opinião, já que cada maternidade é única. Nesse caminho, posso falar sobre a necessidade de pesquisar com as duas Carolinas, as quais são referência para este trabalho, duas mulheres e mães que de forma indubitável permitem, a partir dos fragmentos das suas histórias de vida, encontrar muitas outras mulheres mães as quais possuem aspectos que se conectam com a vida das Carolinas.

Como movimento para conhecer e reconhecer – prática possível a partir dos outros, do diálogo e do movimento da partilha, fundamental ao conhecimento, busquei conhecer melhor, através das falas das Carolinas e outros fragmentos, a classe social invisibilizada ocupada por essas mulheres. Utilizo a categoria de “mulheres mães” como uma categoria para marcar as características de gênero e de exercício da maternidade, características em comum com as Carolinas apresentadas no estudo. As histórias de vida das Carolinas podem permitir uma compreensão das realidades enfrentadas por outras mulheres mães, as quais também vivenciam situações de pobreza socioeconômica. A utilização do termo “socioeconômico” serve para designar a qual tipo de pobreza me refiro, àquela pobreza caracterizada pelas dificuldades de acesso à renda, moradia, trabalho e serviços essenciais, ou seja, um tipo de pobreza econômica, situada em um estrato social habitado por tantas mulheres e presente na realidade social do país. Ao mencionar o termo socioeconômico interessa logo, conectar com o sistema capitalista o qual regula as relações sociais em que estamos situados e como não deixaria de ser, também é assim para as Carolinas. A acumulação é o objetivo da existência dos capitalistas e, do mesmo modo, a finalidade última do sistema. Contudo, enquanto a riqueza é produzida e acumulada em um polo, no outro há produção de miséria social (STOTZ, 2005 apud ACCORSSI, 2011, p. 49).

A partir da estruturação da proposta, a proposição da maternidade diante de uma visão não apenas individual, mas coletiva, onde além da conversa com a Carolina do tempo presente, me conectei com outras mulheres que conheci e que deixaram marcas por meio de suas histórias. O local de partida para situar o estudo é caracterizado pela presença marcante de vulnerabilidades sociais e econômicas, embora o tema vá além desse local, é a partir dali que minhas inquietações tomam forma. Esse lugar de partida se refere a um CRAS ou Centro de Referência em Assistência Social, é uma unidade de atendimento que faz parte das políticas de assistência social no Brasil. É um equipamento público de base territorial que tem como objetivo promover a proteção social, prevenir situações de vulnerabilidade e risco social. A maior parte dos atendimentos realizados neste local é orientado para mulheres, porque são as mulheres a maior parte do público que procura espontaneamente o serviço, assim como são as mulheres a maioria nas participações das demais atividades que ali ocorrem: oficinas, rodas de conversa e serviços de fortalecimento de vínculos.

Os serviços de fortalecimento de vínculos são programas desenvolvidos e inseridos no trabalho do CRAS, com o objetivo de promover e fortalecer os laços afetivos, familiares e comunitários de crianças, adolescentes, mulheres e suas famílias. Esses serviços visam oferecer suporte e criar condições favoráveis para o desenvolvimento saudável e integral dos indivíduos, especialmente aqueles que vivem em situações de vulnerabilidade social⁹.

Nesse espaço acompanhei meninas virarem mães, mulheres que já eram mães em situações difíceis engravidarem novamente, avós assumirem o papel de mãe, mães terem filhos assassinados pelo envolvimento com o tráfico de drogas, mães terem os filhos presos e até mesmo mães que sofreram violências físicas dos seus filhos. Como trabalhadora situada neste contexto, foi possível observar que nem sempre as famílias conseguem desempenhar seu papel protetivo e auxiliar seus membros na superação das dificuldades. Ainda na esfera dos arranjos familiares, outra percepção crescente é o número de mães que desempenham sozinhas o cuidado com os filhos, sem a presença e divisão das responsabilidades com os pais, papel que vem sendo denominado como o de mães solo. Na Pesquisa Nacional por

9 Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social.

Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 28,9% dos domicílios brasileiros são chefiados por mulheres. Embora nem todas sejam mães solo, esse dado indica a presença significativa de mulheres chefes de família no país. Os registros de nascimentos no Brasil também podem fornecer uma estimativa do número de mães solo. De acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)¹⁰, em 2019, cerca de 31% dos nascimentos foram registrados sem a presença do pai na declaração de nascimento, proporção que sugere a presença de mães que estão criando seus filhos sozinhas.

Para uma melhor compreensão no que me interessava, com inserção situada na metodologia de pesquisa qualitativa, realizei uma entrevista semiestruturada com uma senhora de 63 anos, mulher negra e mãe, a qual será chamada de Carolina ao longo do texto, poderei falar sobre ela como dona Carolina ou Carolina do “tempo presente”. Essa senhora é moradora do território de CRAS onde trabalhei e a conhecia deste período. Ademais, nos estudos sobre o tema da pobreza uma autora brasileira chamada Carolina Maria de Jesus sempre esteve presente e na pós-graduação era frequentemente citada pelo primeiro livro que escreveu “Quarto de despejo: Diário de uma favelada”, teve sua primeira edição lançada em 1960. Nascida em 14 de março de 1914, em Minas Gerais, e falecida em 13 de fevereiro de 1977, em São Paulo. Por meio do seu diário, ela escrevia sobre a sua realidade na extinta favela do Canindé e relatou o dia a dia como catadora de lixo na cidade, a qual apresentava grande crescimento com muitos migrantes vindos de todas as partes do país e assim como Carolina acreditavam poder construir uma vida melhor em São Paulo. Deixou registrado nos seus escritos suas vivências e observações sobre a pobreza, a maternidade, a busca por sustento com três filhos para criar. Escreveu sobre discriminação racial, sobre a violência no dia a dia da favela e sobre muitas outras adversidades as quais teve de enfrentar. Ao empregar fragmentos do livro diário de Carolina Maria de Jesus e trechos da conversa com dona Carolina, é que proponho algumas reflexões e contextualizações sobre pobreza e maternidade ao longo do texto com suporte teórico de autores que trazem questões críticas e análises pertinentes ao tema e a sua compreensão.

10 Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/sistemas-de-informacao/nascidos-vivos-sinasc/>.

A fim de coletar os dados para posterior análise, utilizei a combinação de entrevista semiestruturada com uma mulher mãe em situação de pobreza (a transcrição dessa conversa está na seção apêndices), combinado às observações retiradas do primeiro livro publicado por Carolina Maria de Jesus, ao longo da densidade de informações e contribuições deixadas a partir do que escreveu em “Quarto de despejo: Diário de uma favelada”. Entendo que essa combinação pode permitir uma compreensão mais abrangente e aprofundada do tema investigado. As questões previamente elaboradas para entrevista, se referiam às vivências da entrevistada com relação aos filhos, ao trabalho e ao contexto socioeconômico, possibilitando que novas perguntas surgissem a partir do que era dito. Enquanto, os relatos escritos por Carolina no livro diário ofereceram uma visão mais íntima e contextualizada das experiências vivenciadas em um período de tempo maior (de 1955 a 1960) e também em um outro momento histórico do país.

No decorrer do texto será possível observar que em alguns momentos a realidade vivenciada pelas duas mulheres, de algum modo, reflete sobre a realidade de tantas outras mulheres em situação correspondente, nessas situações utilizarei o nome de Carolinas, para representar desde os relatos de Carolina Maria de Jesus, desde de 1955 até dona Carolina entrevistada em 2022. Pode-se observar no decorrer dessa linha do tempo, que algumas situações continuam a se repetir e ainda não foram superadas, sobretudo no que se refere as condições de pobreza, gênero, raça e desigualdade social.

Para que fosse possível vincular esses aspectos da pobreza e da maternidade, interessou utilizar falas e outros fragmentos, onde os tópicos da partilha são referentes a investigação sobre maternidade e situação socioeconômica dessas mulheres mães. Para Dosse (2012, p.6) a “singularidade da noção da história do tempo presente, reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do ‘espaço de experiência’ e no presente do passado incorporado”. O tema da pesquisa se refere à experiência e vivência da maternidade, situada em um lugar social e seguramente isso envolve uma relação com o tempo. Ou seja, compreender a questão da maternidade e seus desdobramentos dentro de um período de tempo, o qual não se trata apenas do tempo cronológico, mas da vivência do tempo, que tem uma relação sempre muito particular com as significâncias e resultam em desdobramentos únicos e pessoais.

Para observar os reflexos dissolvidos em vivências pessoais e comunitárias, como o que é contado através das falas das Carolinas, ocorre a criação de um processo novo e velho, no qual se atravessa o tempo presente e o passado. É interessante pensar esse tempo não só na condição de tempo calculado e subordinado ao relógio, no passar dos dias e das horas, um tempo no qual não determina a ocorrência de mudanças e transformações, mas poder pensar na qualidade desse tempo vivido, nas possibilidades sempre abstratas, mas, ainda assim, possíveis que jamais se anulam. Compreender a presença contínua de ambos em nosso modo de habitar o mundo e as sobreposições que dão origem a um “jogo”, muitas vezes quase impossível de se jogar – quando levamos em conta a situação de pobreza socioeconômica das mulheres mães, com regras contraditórias e opostas, com pesos e pontuações tão diferentes para essas “jogadoras”.

O trabalho social tem suas características de encaminhamentos e busca por soluções, é também um espaço para escuta, no entanto, percebo agora claramente que é uma escuta que gera a busca por tentar conduzir alguma ação, começar a partir de algum lugar, como encaminhar para a rede de serviços socioassistenciais e para as políticas públicas de proteção social – a difícil realidade exige que seja necessário fazer algo que esteja ao alcance. A escuta que busquei neste trabalho é outra, é de deixar ser, sem buscar soluções e encaminhamentos, é acolher o que é dito da maneira em que o conteúdo é apresentado, não ter pressa em achar as “soluções” e de certa forma maternas carinhosamente falas que são histórias de vida de pessoas e por isso, tem sua importância e dimensões imensas.

Na busca por compreender os temas abordados, de acordo com as diretrizes de uma ética que preza pela compreensão dos processos vividos por outras pessoas, é fundamental considerar a integralidade desses indivíduos. Nesse sentido, as duas “mulheres vozes” que foram parte deste estudo revelam, por meio de suas narrativas, que não se entregaram à marginalidade e à desistência. Pelo contrário, elas enfrentaram e continuam enfrentando as negligências sociais e políticas, persistindo na luta por uma vida melhor e mais digna. É necessário levar em conta um mundo de experiências para construir um referencial de conhecimentos, baseado em boas práticas e na compreensão empática.

Ao longo da escrita, há um jogo de palavras envolvendo o substantivo feminino “mulher” e outros atributos, como “mulher mãe” e, agora, “mulher voz” ou

"mulheres vozes". Essa abordagem busca conferir às mulheres o protagonismo que lhes é devido. As Carolinas, nesse contexto, encontram maneiras de expressar suas vozes e assumir o controle da narrativa de suas próprias existências, seja através da fala, da escrita ou de outras formas de expressão. Elas identificam as fissuras no sistema que as tornam invisíveis e aproveitam essas oportunidades para compartilhar suas histórias e suas vozes, tomando o poder para si. Ainda que aos olhos de outros essa tomada de poder possa parecer modesta, para aqueles que vivem e conhecem a realidade habitada por Carolinas, é perceptível que essas práticas geram resultados que ressoam de maneiras diversas e nem sempre mensuráveis. No entanto, isso não diminui o seu significado.

Essas mulheres surpreendem aqueles que não esperavam nada delas, seja por meio de vozes de protesto diante das dificuldades que enfrentam ou de vozes sábias de quem teve que aprender a lutar. São vozes que representam esperança, transmitindo a crença de que é possível superar adversidades e construir uma realidade melhor, ainda que esta realidade melhor não compreenda àquilo que seria o ideal, mas traçam um caminho para uma outra realidade.

Essas vozes, antes silenciadas ou subestimadas, emergem com força e resiliência. Elas desafiam estereótipos e preconceitos, rompendo com as expectativas limitadas que foram impostas a elas. Ao assumir o protagonismo de suas próprias histórias, essas mulheres mostram que são agentes ativas na busca por transformação social.

De manhã fui buscar água. Mandeï o João carregar. Eu estava contente. Recebi outra intimação. Eu estava inspirada e os versos eram bonitos e eu esqueci de ir na delegacia. Era 11 horas quando recordei do convite do ilustre tenente da 12ª Delegacia [...] O que aviso aos pretendentes a politica, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la (JESUS, 2020, p.34).

3. Entre as linhas da Pobreza

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se

Descobrem e, assim se descobrindo, com eles

Sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. (FREIRE, 2019)

A pobreza é anunciada na realidade brasileira como um tema de agenda pública, desde Carolina do passado até as “Carolinas” contemporâneas, já que no decorrer de algumas décadas as vivências relativas a pobreza continuam a produzir realidades análogas. Ao refletir sobre a palavra e o conceito de pobreza, é comum que os significados produzidos remetam a imagens de penúria, privação e ausência. Ainda que o resultado não seja diferente desse, não temos aqui a intenção de romantizar a escassez. Essas histórias de vida, onde pessoas conseguem superar a falta de alimentos, de moradia, de cuidados adequados para o seu desenvolvimento e, ainda assim, chegam até a universidade ou empreendem um negócio de sucesso e podem então, contar outro itinerário do que era esperado para suas vidas, pode ter um efeito deturpado no imaginário social¹¹ (atribuo ao significado desse termo os sentidos e as interpretações criados e compartilhados pela sociedade ou por grupos em determinado período, sem que haja muito controle sobre a circulação de tais significações). Um ideário que facilmente atribui aos indivíduos todas as responsabilidades, ao dirimir do Estado e das estruturas sociais os respectivos compromissos e encargos que lhes cabem.

Ao se ter em vista as discussões teóricas que buscam retratar o que é o fenômeno da pobreza, tomo neste estudo as perspectivas teóricas que concebem a pobreza como um fenômeno multidimensional, e não apenas utilizam critérios objetivos para compreensão do fenômeno, como a renda *per capita*¹² por exemplo.

Na linha do que tem se considerado mínimo necessário para sobreviver encontramos a abordagem chamada de subsistência, equivalente ao que hoje em dia se chama de pobreza absoluta. Essa condição está relacionada às questões de sobrevivência física. Essa perspectiva de análise unidimensional tem sofrido ataques devido a dois fatores: primeiramente, pelo reducionismo biológico-alimentar que ela atribui às necessidades do sujeito e, além disso, pelo fato de que não há como estabelecer um critério absoluto em relação à quantidade de energias e de nutrientes que os seres humanos necessitam para se manterem vivos, pois tais aspectos dependem de inúmeros fatores, tais como o lugar, as condições climáticas, as atividades realizadas, etc. (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 238).

11 Como referência para o conceito de imaginário social, tomo a perspectiva de Castoriadis (1982): “O imaginário social é o conjunto de imagens, de representações, de valores, de afetos que constituem a significação que os homens atribuem à sua existência social, aos seus conflitos, aos seus relacionamentos com a natureza, aos outros e a si próprios” (CASTORIADIS, 1982, p. 87).

12 Me refiro à renda média ganha por cada indivíduo durante um certo período de tempo.

Ao considerar que a manifestação da pobreza é mais complexa do que pode ser demonstrado pela categoria de renda per capita ou por outros critérios estritos, percebe-se que há uma necessidade de compreender um cenário mais amplo que engloba as várias dimensões da pobreza na vida das pessoas. A pobreza não pode ser reduzida apenas a um indicador objetivo, pois ela abrange uma gama de situações e experiências que vão além dos números. Embora a renda per capita possa fornecer uma medida inicial, é importante reconhecer que existem fatores contextuais, sociais e estruturais que influenciam a vivência da pobreza.

Ao levar em conta o período de observações empíricas nos territórios de CRAS onde trabalhei – centros que para que sejam instalados em determinada localidade devem observar algumas normativas: os territórios devem ser de alta vulnerabilidade social, com base em critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a renda per capita, a presença de situações de violência e outros indicadores que demonstrem a precariedade das condições de vida da população.¹³

Nos locais onde trabalhei e em outros casos, o cálculo médio de renda por pessoa não considera outras especificidades, como possíveis questões de saúde que podem exigir gastos com medicamentos e tratamentos não cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo quando oferecidos, muitas vezes há uma espera na fila para agendar consultas com especialistas. Nesses casos, os indivíduos são obrigados a arcar com as despesas das consultas por conta própria. Se houver a necessidade de cirurgia, é provável que também haja uma espera considerável, cuja duração depende do contexto, do número de profissionais disponíveis e da demanda de pessoas aguardando atendimento. Nesse sentido, o critério da renda por pessoa se fragmenta e pode não transmitir a verossimilidade das condições de uma determinada pessoa ou família. A medida de renda per capita, embora seja amplamente utilizada como uma forma de avaliar a pobreza, pode ser insuficiente para capturar a complexidade dessa realidade. Cabe considerar essas complexidades ao avaliar a situação de pobreza e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas.

13 Definições estabelecidas a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) instituída pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm.

Outro aspecto importante a ser considerado é o acesso a serviços básicos, como água, saneamento, eletricidade e transporte. Para muitas pessoas em situação de pobreza, esses serviços são escassos ou inexistentes, o que pode limitar seu acesso a oportunidades e serviços essenciais. Para lidar com a complexidade do fenômeno da pobreza, é pertinente adotar uma abordagem multidimensional, que leve em conta não apenas a renda, mas também outros aspectos relevantes para se compreender a situação das pessoas em situação de pobreza. Essa abordagem pode incluir medidas de vulnerabilidade social, que levem em conta outros enfoques, como a educação, a saúde, a situação de moradia e o acesso a serviços básicos.

O economista indiano Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade”, publicado em 1999, argumenta que a pobreza não pode ser simplesmente definida em termos de falta de renda ou recursos materiais. Em vez disso, ele propõe uma abordagem mais ampla, que leva em conta a capacidade das pessoas de realizar suas escolhas e viver de acordo com suas próprias preferências e valores. De acordo com Sen, a pobreza é uma privação de capacidades básicas que limita as oportunidades e escolhas das pessoas. Ele argumenta que a pobreza pode ser entendida em termos de privação de liberdade, em vez de falta de renda ou recursos.

Para medir a pobreza, precisamos de uma ideia sobre quais são as necessidades básicas das pessoas. Isso não é uma questão fácil, pois diferentes pessoas podem ter diferentes necessidades, dependendo das circunstâncias em que vivem. Além disso, essas necessidades podem ser influenciadas pelas normas culturais, pela situação política e pela história de um país. A pobreza pode ser vista como uma privação de capacidades básicas em diferentes esferas. E, como diferentes pessoas têm diferentes necessidades, as capacidades básicas também podem variar entre as pessoas. É claro que, além da privação de capacidades básicas, a pobreza pode ser associada a outras privações e privilégios. Mas a privação de capacidades básicas é o elemento mais central da pobreza (SEN, 2000, p. 17).

Na indicação de uma compreensão crítica da complexidade do fenômeno da pobreza, envolve considerar as múltiplas dimensões que influenciam a sua manifestação e perpetuação. O conceito de capacidades básicas transmite a ideia de que de forma variável a depender de cada pessoa ou grupo, há alguns determinantes essenciais que se referem às liberdades substantivas que as pessoas têm para viver uma vida plena e significativa. Elas representam as oportunidades reais de funcionamento e realização que as pessoas têm, levando em consideração seus recursos pessoais, sociais e culturais. Para Sen (1999), o desenvolvimento não

deve ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas também pela capacidade das pessoas de realizar as coisas que valorizam e têm importância em suas vidas.

A pobreza é anunciada na realidade brasileira como um tema de agenda pública, desde Carolina do passado até as “Carolinas” contemporâneas, já que no decorrer de algumas décadas as vivências relativas a pobreza continuam a produzir realidades análogas. Ao refletir sobre a palavra e o conceito de pobreza, é comum que os significados produzidos remetam a imagens de penúria, privação e ausência. Ainda que o resultado não seja diferente desse, não temos aqui a intenção de romantizar a escassez. Essas histórias de vida, onde pessoas conseguem superar a falta de alimentos, de moradia, de cuidados adequados para o seu desenvolvimento e, ainda assim, chegam até a universidade ou empreendem um negócio de sucesso e podem então, contar outro itinerário do que era esperado para suas vidas, pode ter um efeito deturpado no imaginário social¹⁴ (atribuo ao significado desse termo os sentidos e as interpretações criados e compartilhados pela sociedade ou por grupos em determinado período, sem que haja muito controle sobre a circulação de tais significações). Um ideário que facilmente atribui aos indivíduos todas as responsabilidades, ao dirimir do Estado e das estruturas sociais os respectivos compromissos e encargos que lhes cabem.

Ao se ter em vista as discussões teóricas que buscam retratar o que é o fenômeno da pobreza, tomo neste estudo as perspectivas teóricas que concebem a pobreza como um fenômeno multidimensional, e não apenas utilizam critérios objetivos para compreensão do fenômeno, como a renda *per capita*¹⁵ por exemplo.

Na linha do que tem se considerado mínimo necessário para sobreviver encontramos a abordagem chamada de subsistência, equivalente ao que hoje em dia se chama de pobreza absoluta. Essa condição está relacionada às questões de sobrevivência física. Essa perspectiva de análise unidimensional tem sofrido ataques devido a dois fatores: primeiramente, pelo reducionismo biológico-alimentar que ela atribui às necessidades do sujeito e, além disso, pelo fato de que não há como estabelecer um critério absoluto em relação à quantidade de energias e de nutrientes que os seres humanos necessitam para se manterem vivos, pois tais aspectos dependem de inúmeros fatores, tais como o lugar, as condições climáticas, as atividades realizadas, etc. (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 238).

14 Como referência para o conceito de imaginário social, tomo a perspectiva de Castoriadis (1982): “O imaginário social é o conjunto de imagens, de representações, de valores, de afetos que constituem a significação que os homens atribuem à sua existência social, aos seus conflitos, aos seus relacionamentos com a natureza, aos outros e a si próprios” (CASTORIADIS, 1982, p. 87).

15 Me refiro à renda média ganha por cada indivíduo durante um certo período de tempo.

Ao considerar que a manifestação da pobreza é mais complexa do que pode ser demonstrado pela categoria de renda per capita ou por outros critérios estritos, percebe-se que há uma necessidade de compreender um cenário mais amplo que engloba as várias dimensões da pobreza na vida das pessoas. A pobreza não pode ser reduzida apenas a um indicador objetivo, pois ela abrange uma gama de situações e experiências que vão além dos números. Embora a renda per capita possa fornecer uma medida inicial, é importante reconhecer que existem fatores contextuais, sociais e estruturais que influenciam a vivência da pobreza.

Ao levar em conta o período de observações empíricas nos territórios de CRAS onde trabalhei – centros que para que sejam instalados em determinada localidade devem observar algumas normativas: os territórios devem ser de alta vulnerabilidade social, com base em critérios como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a renda per capita, a presença de situações de violência e outros indicadores que demonstrem a precariedade das condições de vida da população.¹⁶

Nos locais onde trabalhei e em outros casos, o cálculo médio de renda por pessoa não considera outras especificidades, como possíveis questões de saúde que podem exigir gastos com medicamentos e tratamentos não cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Mesmo quando oferecidos, muitas vezes há uma espera na fila para agendar consultas com especialistas. Nesses casos, os indivíduos são obrigados a arcar com as despesas das consultas por conta própria. Se houver a necessidade de cirurgia, é provável que também haja uma espera considerável, cuja duração depende do contexto, do número de profissionais disponíveis e da demanda de pessoas aguardando atendimento. Nesse sentido, o critério da renda por pessoa se fragmenta e pode não transmitir a verossimilidade das condições de uma determinada pessoa ou família. A medida de renda per capita, embora seja amplamente utilizada como uma forma de avaliar a pobreza, pode ser insuficiente para capturar a complexidade dessa realidade. Cabe considerar essas complexidades ao avaliar a situação de pobreza e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas.

16 Definições estabelecidas a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) instituída pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm.

Outro aspecto importante a ser considerado é o acesso a serviços básicos, como água, saneamento, eletricidade e transporte. Para muitas pessoas em situação de pobreza, esses serviços são escassos ou inexistentes, o que pode limitar seu acesso a oportunidades e serviços essenciais. Para lidar com a complexidade do fenômeno da pobreza, é pertinente adotar uma abordagem multidimensional, que leve em conta não apenas a renda, mas também outros aspectos relevantes para se compreender a situação das pessoas em situação de pobreza. Essa abordagem pode incluir medidas de vulnerabilidade social, que levem em conta outros enfoques, como a educação, a saúde, a situação de moradia e o acesso a serviços básicos.

O economista indiano Amartya Sen em “Desenvolvimento como Liberdade”, publicado em 1999, argumenta que a pobreza não pode ser simplesmente definida em termos de falta de renda ou recursos materiais. Em vez disso, ele propõe uma abordagem mais ampla, que leva em conta a capacidade das pessoas de realizar suas escolhas e viver de acordo com suas próprias preferências e valores. De acordo com Sen, a pobreza é uma privação de capacidades básicas que limita as oportunidades e escolhas das pessoas. Ele argumenta que a pobreza pode ser entendida em termos de privação de liberdade, em vez de falta de renda ou recursos.

Para medir a pobreza, precisamos de uma ideia sobre quais são as necessidades básicas das pessoas. Isso não é uma questão fácil, pois diferentes pessoas podem ter diferentes necessidades, dependendo das circunstâncias em que vivem. Além disso, essas necessidades podem ser influenciadas pelas normas culturais, pela situação política e pela história de um país. A pobreza pode ser vista como uma privação de capacidades básicas em diferentes esferas. E, como diferentes pessoas têm diferentes necessidades, as capacidades básicas também podem variar entre as pessoas. É claro que, além da privação de capacidades básicas, a pobreza pode ser associada a outras privações e privilégios. Mas a privação de capacidades básicas é o elemento mais central da pobreza (SEN, 2000, p. 17).

Na indicação de uma compreensão crítica da complexidade do fenômeno da pobreza, envolve considerar as múltiplas dimensões que influenciam a sua manifestação e perpetuação. O conceito de capacidades básicas transmite a ideia de que de forma variável a depender de cada pessoa ou grupo, há alguns determinantes essenciais que se referem às liberdades substantivas que as pessoas têm para viver uma vida plena e significativa. Elas representam as oportunidades reais de funcionamento e realização que as pessoas têm, levando em consideração seus recursos pessoais, sociais e culturais. Para Sen (1999), o desenvolvimento não

deve ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas também pela capacidade das pessoas de realizar as coisas que valorizam e têm importância em suas vidas.

Isso significa que a pobreza não pode ser entendida apenas como uma questão de renda ou falta de recursos financeiros, mas também como um conjunto de fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que interagem e afetam a vida das pessoas.

O perigo das definições nas quais a relatividade do fenômeno é considerada ponto chave é o fato de que se pode cair em uma armadilha ideológica ao não se conseguir mais nomear ou quantificar quem é pobre, ao se radicalizar o discurso da cidadania, pobre e pobreza deixam de existir... Por outro lado, as concepções que consideram a multidimensionalidade da pobreza puderam chamar atenção para os fatores antes negados e que alimentam o círculo vicioso no qual a pobreza se insere. Ou seja, a pobreza é muito mais complexa que os determinantes econômicos conseguem avaliar e medir (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012, p. 238).

Nessa perspectiva, cabe analisar as desigualdades sociais, os sistemas de exclusão e discriminação, as políticas públicas, as estruturas econômicas, a cultura e a história da sociedade em questão, entre outros fatores que podem influenciar na pobreza. Essa abordagem crítica permite entender que a pobreza não é um fenômeno isolado, mas sim um aspecto de uma sociedade mais ampla e complexa, que pode perpetuar a exclusão e a marginalização de determinados grupos sociais.

Além disso, a compreensão crítica da pobreza também reconhece a importância da participação ativa das pessoas afetadas pela pobreza na identificação e enfrentamento das suas causas e consequências. Isso significa que a escuta e a valorização das experiências e perspectivas das pessoas em situação de pobreza são fundamentais para o desenvolvimento de políticas e programas mais efetivos e inclusivos.

Em termos produtivos não se pode considerar o Brasil um país pobre no que diz respeito à capacidade produtiva e geração de riquezas, todavia é um país com muitas pessoas em situação de pobreza socioeconômica, acontecimento que vem se agravando de modo drástico principalmente no último período, ao se considerar a grave crise econômica fomentada pós pandemia causada pelo vírus COVID-19 SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2).

O período mais intenso da pandemia no país, se deu entre 2020 até o início de 2022, com ondas de maior intensidade do vírus o que acarretou 702.907¹⁷ mortes até o dia 31 de maio de 2023. A partir de 2022 houve uma diminuição gradual nos casos e transmissão, segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS). Nessa conjuntura, as populações mais pobres enfrentam maior propensão a contaminarem-se com o vírus, quanto ao acesso ao diagnóstico precoce e a possibilidade de alcançar os cuidados adequados. Esses fatores influenciam nas taxas de mortalidade, ao considerar-se também a situação de trabalho, onde de certa forma, ocorre um impedimento do afastamento do trabalho, por ser o “ganha-pão” necessário à sobrevivência.

Desigualdade não é um sinônimo para pobreza, mas tem relação com a produção e perpetuação da mesma. Para Azeredo (2010), a desigualdade decorre de um caráter relativo, na medida em que seu sentido é estabelecido na relação com determinantes econômicos, políticos e sociais, entre outros. No caso brasileiro, esses determinantes são conhecidos e reconhecidos pelo modo como os grupos sociais têm acesso, não acesso, ou acesso precarizado a bens e recursos. Embora o país tenha uma economia forte e diversificada, a riqueza está concentrada nas mãos de poucos, enquanto a grande maioria da população vive em condições precárias. Além disso, a desigualdade de renda é acompanhada por outras desigualdades, como a desigualdade de gênero e de raça, o que torna a situação ainda mais difícil para as pessoas que já estão em situação de vulnerabilidade.

Não é por acaso que o Brasil é visto pelo mundo como um dos países com maior desigualdade social, fator diretamente ligado à situação de extrema pobreza por significativa parcela da população. De acordo com os dados mais recentes, a porcentagem da população brasileira em situação de extrema pobreza era de 6,5% em 2019. Esse número representava cerca de 13,5 milhões de pessoas vivendo com cerca de R\$ 11 por dia, ao utilizar a linha de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial¹⁸. Em relação aos dados mais recentes, a porcentagem da população brasileira que vive em situação de pobreza é de 29,4%, o que equivale a cerca de

17 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19>.

18 Os dados mais recentes sobre a porcentagem da população brasileira em situação de extrema pobreza foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Síntese de Indicadores Sociais, publicada em dezembro de 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf.

62,5 milhões de pessoas, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021. Além disso, a proporção de crianças menores de 14 anos abaixo da linha de pobreza chegou a um auge de 46,2% em 2021, de acordo com o mesmo estudo. O mundo inteiro sentiu os impactos negativos da pandemia, como o aumento do desemprego, diminuição da renda e da produção. São números assustadores na situação brasileira, o cenário que já era muito desafiador teve um agravamento severo e as populações mais vulneráveis são as que mais sentem tais disrupturas econômicas.

Outro fator que contribui para a persistência da pobreza no Brasil é a falta de políticas públicas efetivas para combater a desigualdade social e a pobreza. Embora tenha havido avanços nas últimas décadas, muitas vezes as políticas públicas são ineficazes ou insuficientes para atender às necessidades da população mais vulnerável.

As vulnerabilidades sociais referem-se a condições ou características que tornam determinados indivíduos ou grupos mais suscetíveis a riscos e desvantagens em diferentes aspectos da vida. Essas vulnerabilidades podem estar relacionadas a fatores como falta de acesso a serviços básicos, como saúde e educação de qualidade, moradia precária, exclusão social, violência, discriminação, entre outros. A falta de políticas públicas efetivas agrava as vulnerabilidades sociais e dificulta a superação da pobreza. É necessário que as políticas sejam abrangentes e integradas, abordando não apenas a renda, mas também as questões estruturais que perpetuam a desigualdade e a pobreza. Isso inclui investimentos em educação de qualidade, acesso a serviços de saúde, programas de transferência de renda, promoção da igualdade de gênero, políticas de inclusão social e medidas para reduzir a violência e a discriminação (BARROS et al. 2006, p. 28).

Sen (1999) propõe que a atenção das ações governamentais se direcionem para as capacidades e liberdades como instrumentos essenciais para o desenvolvimento humano, permitindo que as pessoas vivam uma vida com dignidade e escolhas significativas. Ele argumenta que a abordagem das capacitações é fundamental para entender a desigualdade e a injustiça social, pois nos leva além da mera análise de indicadores econômicos e nos ajuda a considerar a diversidade de experiências e necessidades das pessoas. Pensar nas capacidades

e desejos das pessoas em situação de pobreza socioeconômica, ele propõe que devemos considerar as capacitações, ou seja, as habilidades, as oportunidades e as liberdades que uma pessoa tem para fazer o que valoriza e para alcançar seus objetivos. De acordo com a abordagem das capacitações de Sen (1999), o foco deve estar nas capacidades que as pessoas têm para viver uma vida que valorizam. Essas capacidades incluem a capacidade de ter boa saúde, acesso à educação, emprego digno, participação política, liberdade de expressão e muitos outros aspectos importantes para a realização humana. Nem todas as pessoas em condições de vulnerabilidade social se situam em condições de pobreza, no entanto, as pessoas em condições de pobreza podem ser consideradas em situação de vulnerabilidade social, além de considerar as desigualdades estruturais que podem limitar sua realização. O autor argumenta que a distribuição de capacitações deve ser uma preocupação central, e que é necessário identificar e superar as desigualdades que impedem algumas pessoas de alcançarem seu pleno potencial.

Ao longo deste trabalho, procuro através dos estudos sobre pobreza alcançar as “*minhas*” Carolinas, as quais podem representar através das categorias de gênero e de raça – características que predominam no país com relação aos índices de pobreza – os quais podem ser traduzidos em rostos de mulheres negras. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes a 2019, a taxa de desocupação (pessoas desempregadas em relação à população economicamente ativa) das mulheres negras era de 18,2%, enquanto a das mulheres brancas era de 12,8%, a renda média mensal das mulheres negras era de R\$ 1.254, enquanto a das mulheres brancas era de R\$ 2.527, a taxa de analfabetismo das mulheres negras era de 12,9%, enquanto a das mulheres brancas era de 5,3% e em relação à mortalidade materna, as mulheres negras têm uma taxa de 65,2 óbitos por 100 mil nascidos vivos, enquanto as brancas têm uma taxa de 35,7 óbitos por 100 mil nascidos vivos¹⁹. Apresento esses dados para que seja possível que nos localizemos neste cenário brasileiro, mas sobretudo, as “Carolinas” devem aqui representar uma espécie de experiência que não é apenas estatística mas que é transpassada por identidades, as quais são retratadas através de nomes: de mulheres – mães – negras em situação de pobreza ou empobrecidas. Ou então,

19 Informações retiradas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2020. Os dados foram divulgados em março de 2021, disponível em: www.ibge.gov.br.

o nome de Carolinas, assim no plural, nome que tomo como escolha nesse estudo, para refletir os contextos de vivências de mulheres, mães e negras.

O fato é que as mulheres têm, em geral, salários mais baixos e trabalhos mais precários. Além disso, em muitos países, os empregos disponíveis para as mulheres estão concentrados em setores onde os salários são mais baixos, tais como serviços, comércio e trabalho doméstico remunerado. Por fim, a discriminação de gênero é tão entranhada em muitas sociedades que as mulheres têm menos acesso aos recursos econômicos, incluindo educação e treinamento, que lhes permitiriam obter empregos mais bem remunerados." (ÁVILA, 2003, p. 29).

Ainda nos conceitos pertinentes, Telles (1999) afirma que a pobreza se transformou em um desenho de gente abandonada e desumanizada, para a autora "o problema da igualdade parece se esgotar no acesso aos mínimos de sobrevivência" (1999, p. 9). Ou seja, em casos extremos, onde há pobreza absoluta, trata-se de pessoas que lutam para sobreviver. Viver e sobreviver se confundem nesses casos, pessoas em condição de vulnerabilidade e riscos sociais vivenciam a pobreza, a qual está materializada como produto da desigualdade, como condição histórica e localizada geograficamente. "Um desenho de gente abandonada e desumanizada", essa frase produz impacto ao ser lida ou, pelo menos, deveria produzir, interpreto o que a autora referiu como uma condição social que de tanto as pessoas em situações de vulnerabilidades e pobreza serem espezinhadas pelo sistema econômico e social, em algum momento podem desistir de tentar buscar por reconhecimento social e condições dignas de vida.

Do mesmo modo, as pessoas que podem contar com algum privilégio, de tanto serem expostas a cenas de outras pessoas na rua com cartazes pedindo comida, ou algum dinheiro, vestidas com roupas velhas e calçados gastos, ou mesmo sem calçados, acabam por dessensibilizarem-se e quando se percebem – ou não percebem – nada naquela cena de desamparo humano causa alguma indisposição mais profunda, talvez algum aborrecimento que deve ser esquecido em seguida, quando se segue o caminho para casa – uma casa confortável.

Referindo-se a outras esferas atravessadas pela pobreza, além das privações materiais, as pessoas empobrecidas estão expostas a maiores vulnerabilidades e riscos sociais. Associa-se a essa ideia a falta de oportunidades de expressão e, conseqüentemente, de escuta sobre o que elas têm a dizer sobre sua condição. No contexto da pobreza, é comum observar as orientações que são propostas às

peessoas, com uma premissa oculta de que é isso que lhes falta, orientação sobre as formas corretas de fazer as coisas - cuidar da casa, dos filhos e do seu autodesenvolvimento.

Segundo Jessé Souza, as pessoas empobrecidas são aquelas que estão “do lado errado da divisão social do trabalho”, ou seja, aquelas que são excluídas dos setores mais dinâmicos da economia e da sociedade e que sofrem as consequências da falta de investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Ele destaca ainda que a pobreza é resultado de um sistema econômico e social injusto, que concentra a riqueza nas mãos de uma elite privilegiada e perpetua a exclusão das pessoas empobrecidas (SOUZA, 2022, p 21.). Em vista disso, o termo pessoas empobrecidas transmite a ideia de que algo ou alguma força age ou agiu sobre essas pessoas e a pobreza é o resultado desse processo. Essas forças atuantes seriam, para Jessé de Souza, relacionadas ao sistema econômico vigente determinando a concentração de renda para alguns e a falta de investimentos e precariedade em estruturas fundamentais para os empobrecidos, pessoas que tendem a ficar presas nesse ciclo de subalternidade.

Visto que, de certa forma, ainda há um pressuposto de que a pobreza é um lugar de muitas faltas, não apenas da falta de condições econômicas, mas que as pessoas que vivenciam essa situação, são faltosos em relação aos saberes e também as práticas com que decidem ou podem levar a própria vida, carecendo sempre de intervenções segundo Paraiso (2011). Ao enfatizar a ideia de que a pobreza ainda é vista como uma condição que resulta de falhas ou deficiências individuais dos sujeitos que a vivenciam, em vez de uma questão estrutural relacionada a desigualdades sociais e econômicas mais amplas. Essa visão pode levar a uma tendência de culpabilizar os indivíduos empobrecidos e desvalorizar suas experiências e saberes, ignorando a complexidade das condições sociais que os afetam.

Porquanto, as configurações dos processos que envolvem a pobreza devem ser consideradas em sua pluralidade e diferença de significado para quem vivencia. Aqui, interessa as histórias de duas mulheres mães que enfrentam ou enfrentaram, a condição da pobreza e todas as nuances que andam juntas com essa realidade.

Imersas em desigualdades históricas quanto aos modos de ser e de viver e representadas por vezes como desestruturadas, tais famílias vivenciam a realidade do desemprego ou inserções precárias, cujas consequências são

os baixos rendimentos, à falta de oportunidades educacionais, acesso limitado e baixa qualidade dos serviços de saúde e infraestrutura habitacional (AZEVEDO, 2010, p. 106).

A pobreza com o caráter multidimensional que possui, também produz dificuldades de acessar serviços básicos, mais um dos componentes dessa trama social tão complexa, ao se levar em conta também, o limitado patrimônio cultural que essas condições de vida são capazes de forjar. Ao entendermos que o capital cultural não é um luxo ou uma excentricidade, mas um conjunto de saberes construídos historicamente onde, uma série de códigos civilizatórios são incorporados e transformados em práticas empregadas em transformações materiais e simbólicas, as quais podem gerar possibilidades de desenvolvimento social e não estão ao alcance do todos. É claro que, nem sempre dessa forma, nem todas as transformações são positivas e nem toda mudança pode ser chamada de desenvolvimento, mas o que quero dizer é que nossa civilização produziu muitos códigos de acesso a lugares e coisas, saberes indispensáveis à entrada e participação de pessoas que “portam” tais códigos, isso é o que podemos chamar de capital cultural²⁰.

Ninguém nasce com um capital cultural na sua memória genética, mas o local social de nascimento é muito significativo e pode ser até mesmo determinante. Vamos aos exemplos, para Pierre Bourdieu o capital cultural pode existir sob três formas:

No estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens culturais – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar, ela confere ao capital cultural – de que são, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais (BOURDIEU, 1979, p. 2).

As desvantagens sociais resultantes de condições econômicas desfavoráveis tendem a dar continuidade a uma conjuntura denominada de *Ciclo da Pobreza*, que segundo Ricardo Paes de Barros pode ser definido por:

²⁰ Pierre Bourdieu em seus estudos de *Reprodução Social* define Capital Cultural como: “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 28).

O ciclo da pobreza é um processo de transmissão intergeracional da pobreza que ocorre quando os filhos de famílias pobres têm uma probabilidade maior de serem pobres do que filhos de famílias não pobres. Isso acontece quando as famílias pobres têm um menor acesso a recursos e serviços que melhorariam o bem-estar dos seus filhos, como educação e saúde, o que limita as suas oportunidades futuras" (BARROS, 2021, p. 38).

Esse ciclo pode incluir várias dimensões interconectadas, mas considera a perpetuação da pobreza como uma possibilidade existente e muito próxima, no contexto familiar de pessoas que se encontram nessa situação e que possuem poucos recursos materiais e subjetivos para romper com tal dinâmica. No trabalho que desenvolvi anteriormente, a localização geográfica se referia a um território vulnerável e com índices os quais davam conta da precariedade da localidade, índices que antecedem a instalação de uma unidade de referência em políticas de assistência social (CRAS). Como parte do trabalho, era comum realizar atividades nas escolas e me recorde de observar o sucateamento dessas instituições: malcuidadas, os banheiros em péssimas condições, os alunos que muitas vezes saíam mais cedo, pois faltava professores e em algumas portas o uso de correntes para fechá-las. Essa imagem me lembrou outra imagem, a de um presídio. Nas escolas do centro da cidade os alunos têm aulas de línguas estrangeiras desde o período de alfabetização, aulas de música e contato com esportes elitizados. A formação contínua com aulas de empreendedorismo, passeios de imersão em museus e outras tecnologias. Como seria possível disputar pelas mesmas oportunidades em um cenário futuro relacionado ao mercado de trabalho? Desse modo, o ciclo da pobreza tende a se reproduzir enquanto as políticas públicas para essas pessoas continuarem sendo "pobres" e precárias.

Por essas razões, o caminho não é apenas longo mas também muito difícil de ser percorrido, a metáfora de um labirinto espinhoso poderia representar melhor a ideia do que é a mobilidade social nesses tempos e como é difícil alcançá-la. Não é possível contar com o incentivo do sistema para isso, ao percorrer esse caminho de escrita parece notório olhar para essa realidade. Se, é no território onde se constrói as identidades das famílias pobres, desse modo, vão se desenhando através de visíveis fronteiras as diferenças entre os lugares que recebem investimentos em infraestrutura, projetos de urbanização e todo um arcabouço destinado a ser eficiente no que se propõe, em lastimável contraste aos lugares que experimentam o

abandono das gestões públicas. Isso significa que o ambiente físico e social em que essas famílias vivem influencia suas oportunidades e possibilidades de avanço. Essa disparidade contribui para perpetuar as desigualdades e dificulta ainda mais a mobilidade social daqueles que estão em situação de pobreza.

Por território, neste contexto de comunidade periférica, entende-se o que Milton Santos (2007, p. 14) se refere como “território usado”: “O território usado é o chão mais a identidade, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho: o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Conceber o território como produto de uma construção social resultado de uma complexa trama de relações entre diferentes atores sociais e instituições. Ali está a casa, o posto de saúde, as escolas, os pequenos comércios, o contato com a vizinhança, os saberes que são compartilhados, particularidades que geram movimentos que dão vida a esse espaço. Lugar situado geograficamente, mas que também assume outras variadas características e identidades a partir da apropriação e atuação dos sujeitos envolvidos.

No entanto, esse contexto territorial serve como ponto de partida para reflexões sobre outras questões relacionadas à maternidade, especialmente no contexto das duas mulheres cujas vozes são representadas na pesquisa. Essas duas mulheres, chamadas Carolinas, compartilham suas experiências pessoais e, ao fazerem isso, também retratam outras mulheres que se identificam com as mesmas características: são mães, são mulheres negras, trabalhadoras e vivenciam a realidade da pobreza socioeconômica. Embora existam muitas mulheres em situação semelhante em termos quantitativos no país, elas fazem parte de uma classe social invisibilizada e marginalizada. Essa invisibilidade é alimentada por uma herança histórica que remonta ao período colonial, quando os povos africanos foram escravizados e oprimidos, sem que tenha ocorrido reparações adequadas em relação à perda de liberdade e aos sofrimentos aos quais esses povos foram submetidos.

Para seguir caminho, é preciso mencionar a presença do fenômeno da interseccionalidade nas vivências dessas mulheres, considerando sua maternidade, identidade racial, posição socioeconômica e o legado histórico do racismo e da exploração – o tema da interseccionalidade receberá mais atenção logo adiante no

texto. Esses fatores estão intrinsecamente ligados e influenciam a forma como essas mulheres enfrentam desafios e dificuldades no contexto da pobreza. Ao abordar essas questões, as vozes de mulheres como as Carolinas, são amplificadas e contribuem para um melhor entendimento das complexidades e impactos das desigualdades sociais e históricas a que estão submetidas.

Além disso, nas falas das Carolinas percebe-se que as estruturas de poder - que perpetuam a marginalização e a exclusão - estão atuantes, e para contrapor essas linhas de força, o instrumental que o diálogo pode propor é anunciado. Para que se possa pensar em formas mais inclusivas e que fomentem uma maior conscientização sobre a importância de ações afirmativas e reparadoras para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

3.1 Das Carolinas ao autoritarismo: Reflexões sobre as histórias de vida de mulheres pobres e a realidade socioeconômica no Brasil

As histórias de vida de mulheres como as Carolinas, nos habitam? Diria que teoricamente sim, ao considerarmos que são pessoas que fazem parte do mesmo sistema econômico que nós/outros, um sistema que reproduz a miséria e a desigualdade. Contudo, um sistema por si só é um objeto que não possui vida própria, dito de outro modo, o que move um sistema social e econômico são as pessoas, será que estou certa? Ou, podemos pensar que um sistema fortemente construído a partir de ideologias trabalhadas como pilares, já pode mover-se sozinho? Sigo pensando e não sei dizer se as histórias de vida de mulheres mães pobres nos habitam de modo geral, ou de certo modo, são sempre distantes. Penso haver uma tentativa de apagamento dessas realidades, ao tomar o exemplo de que algumas pessoas ainda se surpreendem ao ouvir relatos sobre situações enfrentadas por pessoas de classes subalternizadas – como se não conhecessem essas dinâmicas – e de fato, provavelmente não conheçam. Seria um mecanismo de distanciamento criado para diminuir qualquer resquício de responsabilidade com o todo? Quanto ao sistema, acredito que o mesmo se movimenta de modo mais ou menos autônomo na medida em que já criou raízes e que soube “adubar” o solo

onde cresceria com ideologias, justificativas e responsabilizações meritocráticas do sucesso ou infortúnio pessoal.

Ainda sobre a suposição de que as vidas das mulheres e pessoas empobrecidas nos habitam ou não, ou habitam alguns e a outros não, me ocorre a concretude da realidade do nosso último governo presidencial, o qual se encerrou em dezembro de 2022 no Brasil – esse mandato foi exercido pelo agora ex-presidente, o senhor Jair Messias Bolsonaro. Então, ao analisarmos as políticas sociais que foram aniquiladas nesse período, sustentadas por argumentos relativos à saúde da economia e endossadas por uma parcela grande da população, penso que as vidas empobrecidas não habitam nem se quer de forma imaginária o pensamento de muitos. Neste último período, o modelo econômico adotado foi de “austeridade” e cortes de políticas públicas, sobretudo na Assistência Social, pasta que conheço melhor devido ao meu trabalho. Os cortes realizados, incluíram a redução do orçamento destinado às políticas sociais, compreendendo também a Assistência Social. Esses cortes afetaram programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Neste período, foi proposta uma revisão dos critérios de inclusão no Cadastro Único, que é utilizado para identificar e selecionar famílias elegíveis para programas sociais - essa revisão gerou preocupações sobre uma possível exclusão indevida de famílias em situação de vulnerabilidade. O governo suspendeu editais de chamamento público para seleção de projetos sociais, prejudicando a continuidade e implementação de programas e serviços voltados para a assistência social.²¹ E também, o Ministério da Cidadania, responsável pela assistência social, promoveu alterações nas Normas Operacionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o que gerou debates e críticas de organizações da sociedade civil e diversos grupos que pensam no social como investimento e não como despesa a ser banida. Esses cortes representam apenas mais um dos aspectos políticos de atuação do neoliberalismo, onde as políticas afirmativas tendem a ser desmanteladas e tais derribadas tem suas raízes fixadas no conservadorismo e autoritarismo, características que tiveram sua manifestação máxima na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro.

21 Referência: CASTILHO, Daniela; LEMOS, Esther L. **A necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira.** *ESPAÇO TEMÁTICO: VIOLÊNCIA, SAÚDE E CLASSES SOCIAIS* Rev. Katálysis 24 (2) Maio, 2021.

A rigor, o autoritarismo é recorrente na história brasileira, inclusive, com longos períodos de ditadura, a exemplo do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar, deflagrada em 1964, prolongando-se até meados dos anos 1980. No Brasil do Presente, o autoritarismo, fincado na pesada arquitetura do Golpe de 2016, emerge com novas configurações. Pesquisas desenvolvidas pelo Varieties Democracy (V-DEM) (2020) indicam que, nesta segunda década do século XXI, práticas democráticas vêm se restringindo no Brasil, passando o país a ocupar o quinto lugar no ranking internacional das nações que mais diminuíram o índice da democracia (LÜHRMANN; MAERZ et al.; 2020) [...] Com a polarização, cada vez mais intensa, entre esquerda e direita. A vida brasileira está marcada pela disseminação do ódio, de tensões permanentes entre os poderes da República, com ataques frontais ao Legislativo e ao Judiciário, por segmentos da extrema-direita bolsonarista. Investidas constantes contra as mídias fazem parte do arsenal de ódio do bolsonarismo, inclusive com episódios de ataques pessoais contra jornalistas, quando no exercício das suas funções (CARVALHO; ARAÚJO, 2021, p.147).

O golpe de 2016, deflagrado pelo governo de Michel Temer, se conecta com os acontecimentos políticos subsequentes no país, nos quais a eleição de Jair Bolsonaro exacerba a concretização do pensamento conservador, autoritário e de extrema direita no Brasil. “A questão do autoritarismo adentra as pautas de discussão da vida brasileira, exigindo reflexões críticas acerca do que denominamos Brasil do Presente, período gestado nos últimos cinco anos, a partir do Golpe de 2016” (CARVALHO et al., 2021, p.147). Mas o que mulheres como as Carolinas têm a ver com isso? Para começar, essas mulheres que integram as classes subalternizadas, fazem parte dos primeiros grupos a sofrerem com as perdas de direitos defendidas no governo de Michel Temer e subsequentemente, continuam a vivenciar os cortes das políticas públicas direcionadas para a população que fazem parte, no governo de Jair Bolsonaro que sucede Temer. Elas representam a antítese da figura das “pessoas de bem” conceito amplamente conhecido e associado a uma parcela dos eleitores de Bolsonaro. As “pessoas de bem” são tipicamente descritas como sujeitos brancos, de classe média-alta, heteronormativos, que se consideram empreendedores de seu próprio sucesso pessoal e profissional, além de defensores da meritocracia. Por outro lado, as Carolinas são mulheres negras e empobrecidas,

dependentes de programas federais de transferência de renda e não se encaixam no conceito conservador tradicional de família.

No contexto social, ainda que não seja explicitamente mencionado, há uma insinuação de que as Carolinas seriam consideradas parte do grupo das “pessoas de mal”. Este conceito, que me permito criar, é atribuído às pessoas pertencentes às classes subalternizadas, descritas como pobres por suposta preguiça e falhas morais, incapazes de escolher adequadamente um cônjuge provedor, e que supostamente querem e se aproveitam dos programas governamentais. Seriam pessoas que, ao longo da vida, teriam tomado decisões equivocadas em sequência e não aprenderam nada com o suposto brilho das pessoas do primeiro grupo, as “pessoas de bem”. Cabe ressaltar que, em alguns momentos da escrita, permito-me expressar com liberdade e ironia para imprimir uma perspectiva singular e autêntica. Essa abordagem não pretende fugir excessivamente às normas acadêmicas, e esse adendo tem o intuito de esclarecer esse aspecto.

No decorrer da história recente, houve um período em que se pensou que as distâncias entre as “pessoas de bem” e as “pessoas de mal” haviam diminuído um pouco. Acredita-se que o primeiro grupo teria compreendido, em certa medida, as realidades do segundo grupo e não se oporia aos investimentos governamentais em programas de transferência de renda ou acesso à universidade, reconhecendo a importância desses investimentos na construção de um futuro com menos desigualdades. No entanto, os ressentimentos e até mesmo o ódio estavam latentes e foram despertados por várias forças, tornando-se visíveis com mais clareza desde então.

Ao entender que as Carolinas representam mulheres em situação de pobreza, enfrentando privações e condições precárias, a pobreza coloca-se então, como privação de um conjunto de necessidades básicas, e a partir dessas primeiras privações outras se apresentam de modo ressonante (SILVA, 2002). Quanto a isso, as condições de moradia são desfavoráveis, da mesma forma as condições de trabalho e também o território onde habitam, para Carolina escritora a favela do Canindé sintetiza esse cenário de ausências dos mínimos.

Eu ia sair, mas estou tão desanimada! Lavei as louças, varri o barraco, arrumei as camas. Fiquei horrorizada com tantas pulgas. Quando eu fui pegar água contei para D. Angelina que eu havia sonhado que tinha

comprado um terreno muito bonito. Mas eu não queria ir residir lá porque era litoral e eu tinha medo dos filhos cair no mar.

Ela disse-me que só mesmo no sonho é que podemos comprar terrenos. No sonho eu via as palmeiras inclinando-se para o mar. Que bonito! A coisa mais linda é o sonho.

Achei graça nas palavras de D. Angelina, que disse-me a verdade. O povo brasileiro só é feliz quando está dormindo (JESUS, 2005, p.127)

Já a Carolina do presente, usuária do Centro de Referência em Assistência Social, CRAS, que está situado na sua comunidade e como nos relata, utiliza deste serviço sempre que necessita de alimentação – nesse fragmento podemos perceber a importância concreta das políticas assistenciais em sua vida, um tipo de política pública com a qual Carolina escritora não pode contar.

Vou lá e faço, faço, as Irmãs também me ajudam muito, elas sabem a minha situação e tudo, elas me ajudam muito. Às vezes quando eu preciso mesmo, eu vou na Casa da Família e digo: “Delissandra²², hoje eu vim te pedi” e ela prontamente... aí lá no 21²³ eu não vou, peço pra um rapaz ir lá buscar pra mim, dou minha carteira de identidade, ele vai lá e me traz.

Muito embora, eu tenha acompanhado durante alguns períodos a Secretaria de Assistência Social do município de Bagé, não estivesse cumprindo com a garantia de oferecer o direito ao benefício eventual de uma cesta básica para aqueles que dela necessitavam, temos nesse exemplo, a concretude sobre o que falávamos anteriormente, a não importância dada pelo governo anterior, a essas políticas de garantias de direitos, especialmente no que se refere as populações mais vulneráveis.

Os cortes de gastos com os serviços públicos são sentidos de formas diferentes entre homens e mulheres, justamente por sua inserção diferenciada no sistema capitalista. São às mulheres que cabe o cuidado com aqueles que são ignorados pelo estado, esta situação é representada através da vida das duas personagens. Ambas cuidam dos filhos sozinhas, a Carolina do presente, além de cuidar dos filhos, cuidou também dos netos e agora cria o seu bisneto atualmente com 8 anos, enquanto ela está com 63 anos de idade.

O trabalho das mulheres é a variável de ajuste entre as lógicas e tempos contraditórios do mercado movido pelos lucros e do cuidado da vida humana. Em que pese a sobrecarga de trabalho e a disponibilidade permanente de inúmeras mulheres, há uma crise do cuidado e da forma

22 Carolina do presente se refere a coordenadora do CRAS Ivo Ferronato.

23 Se refere à localização atual da Secretaria de Assistência Social do município, o nome do local é conhecido por “Quilômetro 21”.

como a sociedade responde às necessidades básicas das pessoas, de se alimentar, compartilhar afetos, se sentirem seguras. A deslocalização da produção de mercadorias se combina a uma deslocalização do trabalho de cuidados com um enorme contingente de mulheres do sul e de áreas mais pobres migrando para o norte ou para áreas mais ricas para cuidar das crianças, velhos e doentes, enquanto ninguém cuida delas. O mesmo acontece no interior dos países (MARCHA MUNDIAS DAS MULHERES, 2015, p. 29).

Em Quarto de despejo, Carolina narra os dias em que sente um mau estar tomar conta do seu ser, de todo seu corpo, ela fala sobre as náuseas que sente por não ter ingerido nenhum alimento e mesmo assim ela precisa ir trabalhar, procurar no meio do lixo algo que possa oferecer para venda, para que possa ter algum item alimentício, como ela mesma escreve, para oferecer para os três filhos. A situação do abandono absoluto, não poder contar com mais ninguém além de si mesma e viver daquilo que os outros descartavam é a sua (e de muitas outras) realidade. A favela do Canindé como representação de outras favelas, em um universo onde se vive a concretude da pobreza absoluta.

A vida de Carolina está encerrada nesse espaço-temporalidade: buscar água, catar lixo, vender lixo, comprar comida, fazer a comida, dar a comida aos filhos, banhar os filhos, leva-lós a escola, refazer o mesmo percurso (ou um outro já definido anteriormente), lavar roupa etc., recomeçar tudo, sempre. (SOUZA, 2012, p. 84).

Ao utilizar da sua escrita, Carolina narra e denuncia o que são as condições de vida em uma comunidade marginalizada, através de um importante recurso, utiliza sua voz na forma escrita, para contar aos quatro cantos do mundo o que é a realidade crua da vida em condições de pobreza absoluta, onde o que se ganha no dia se consome na noite. Tanto o livro de Carolina, quanto os relatos da Carolina do presente, ainda que em épocas distintas, nos trazem a possibilidade de pensar de forma reflexiva a trajetória de muitas outras mulheres, as quais representadas por essas duas vozes, expressam as histórias de muitos enfrentamentos necessários à sobrevivência.

Quando falamos de sobrevivência estamos falando do mínimo necessário a vida, o restante vem depois dessa condição primeira: sobreviver. Lutar pelo mínimo coloca as pessoas em uma condição muito precária e dificulta a busca de sentidos emancipatórios do viver, se está sempre presa em um ciclo de garantir o hoje, o agora – pensar em planejamento futuro é uma questão que presumivelmente não

caiba nessas condições. “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.” (JESUS, 2005, p.33).

A descontinuidade das políticas públicas, constantemente negligenciadas durante as mudanças de poder político em conformidade com as diretrizes neoliberais globais, tende a não receber a devida atenção em relação às consequências desastrosas causadas à grande parte deste hemisfério. Sempre há uma justificativa econômica “plausível” para os cortes e interrupções de programas sociais. Enquanto o número de pessoas em situação de extrema pobreza aumenta no Brasil e no mundo, como as mulheres mães que fazem parte desse grupo marginalizado do sul conseguem se manter e ainda cuidar de suas famílias e filhos?

Os territórios marginalizados, onde nossas duas autoras/personagens vivem, representam de maneira social, cultural e estética a pobreza e o lugar onde as pessoas pobres são “colocadas” para viver. Para Carolina, o lixo se tornou seu sustento, uma metáfora da situação socioeconômica brasileira que afeta uma grande parcela da população, que nunca foi priorizada (MEIHY; LEVINE, 1994, p.22). As histórias dessas duas mulheres estão intimamente ligadas à matriz colonial, pois são descendentes de povos escravizados e habitam submoradias, onde os poderes políticos e sociais não abriram verdadeiramente espaços para uma inserção equitativa nos lugares sociais de direito e garantias, em comparação com o restante da sociedade.

Em um fragmento da conversa com Carolina do presente, a mesma relata sua vinculação com o território das Palmas, um território Quilombola próximo ao município de Bagé.

Região das Palmas - Localizada à 60 km de Bagé, é uma localidade com imensas formações rochosas conforme o relatório sócio-histórico-antropológico elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a comunidade descende da ex-escrava Margarida Sabóia, que se fixou na região ao final do século XIX. Naquela época, Bagé – localizada na Campanha Meridional do RS, e fazendo fronteira com o Uruguai – presenciou inúmeros conflitos como a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), a Guerra do Paraguai (1893-1870) e a Revolução Federalista (1893-1895). Estes contextos de instabilidade levaram escravos e negros libertos a se refugiarem na região fronteira, muitos dos quais retornando dos países vizinhos quando os conflitos se encerravam e se fixaram na região (KOSBY, 2021, p.40).

Recordo o dia da conversa com ‘*minha*’ Carolina em sua casa, uma casa de madeira azul aos moldes de um chalé, um chalé de pessoas empobrecidas, o céu estava mais azul que o azul do seu chalé, era um dia agradável e ela me convidou para sentar em baixo de uma árvore, na sombra e pediu ao menino, seu bisneto que me trouxesse uma cadeira... quando estava a transcrever esse diálogo, nitidamente pude ouvir o canto dos pássaros. É um pátio alentador, cheio de plantinhas e coisas, percebi que a cerca que o envolve foi construída a partir de alguns materiais de sucata, como pude ver na continuidade de um fio de arame onde surgia um aro metálico de algum pneu, não mais metálico para dizer a verdade, mas cor de ferrugem. Por algum motivo, que não sei dizer ao certo, minha interlocutora não me convidou para entrar na sua casa, durante a conversa ouve um momento em que relatou utilizar o fogão a lenha para cozinhar, comprar lenha ou mesmo juntar pedaços de madeira é muito mais econômico a comprar botijão de gás de cozinha.

O gás eu não uso. Eu tenho fogão, eu compro lenha. E mais a alimentação...É porque agora mesmo, tô fazendo cursinho, eu faço guardanapo eu vendo tudo, então dá pra um leite pro guri, um pão, criança sempre qué uma gulodícia né...

Ao observar o pátio da Carolina do presente, suponho que ela, assim como Carolina Maria, recolhem objetos que foram jogados fora para reaproveitá-los de outro modo no seu espaço-casa.

A aridez da paisagem das ruas de chão poeirentas, no meio das nuvens de terra que se formam atrás dos automóveis, transitam àquelas mulheres que, assim como Carolina caminham da sua casa até o posto de saúde ou até o CRAS, caminham em busca de soluções, informações, algum alimento para o corpo ou mesmo para o espírito cansado – a esperança exige sempre muita caminhada.

Essas mulheres mães, que compõem o grupo de marginalizados, estão fora dos padrões eurocêntricos de vida, e sempre se espera delas que busquem soluções para suas vidas empobrecidas e também para a vida de seus filhos. No entanto, devido a diversos fatores físicos, sociais, culturais ou emocionais, muitas vezes enfrentam dificuldades temporárias para buscar seus direitos. Não obstante, independentemente do contexto social ou econômico político, a culpa é sempre atribuída a elas quando as coisas não vão bem. Se os filhos se envolvem em problemas, a culpa é das mães por deixá-los sozinhos enquanto trabalham, pois não têm com quem deixá-los. Se estão desempregadas, também é culpa delas. Se a

família não tem moradia, adivinha de quem é a responsabilidade?! E quando enfrentam dificuldades alimentares e outras adversidades... tu bem sabes, também é colocada sobre elas a maior responsabilidade por essas desventuras. Além disso, o sistema patriarcal impõe expectativas desproporcionais sobre elas, colocando a responsabilidade total pelo bem-estar da família em seus ombros. Essa pressão constante de ter que “correr atrás” de soluções para todas as dificuldades que se apresentam não são responsabilidades unicamente individuais, mas sim de um sistema que perpetua desigualdades e não oferece suporte adequado para superação de tais adversidades.

Discursos semelhantes ao pensamento descrito no parágrafo acima, permeiam o imaginário social e eu diria que estão fortalecidos dentro de uma lógica de supervalorização da meritocracia. A invisibilidade do trabalho doméstico das mulheres e sobretudo a imensa carga que as acompanham como únicas responsáveis pelo cuidado dos filhos – ao falarmos em cuidado devemos ter em mente o comer, o vestir, o dormir, os cuidados de higiene, o explicar os inúmeros códigos do mundo para essa criança – trata-se de uma grande demanda que fica a cargo quase que exclusivamente das mulheres mães. E toda essa sobrecarga se refere a mulheres mães com dificuldades de acesso ao mínimo necessário, precisam trabalhar todos os dias e trazer comida para casa, a sustentabilidade da vida na mão das mulheres mais uma vez.

Já que a barriga não fica vazia, tentei viver com ar. Comecei a desmaiar. Então eu resolvi trabalhar por que eu não quero desistir da vida. Quero ver como eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima. (JESUS, 2005, p. 55)

Quando pergunto para Carolina do presente sobre como ela poderia explicar o que é a pobreza, ela diz “*A dificuldade né, que a gente passa, tem hora que a gente passa dificuldade pra tudo né... (inaudível) mas a gente vai indo né, inquietando a vida, né*”. Em determinado momento ela diz:

Eu me considero (uma pessoa pobre), e tenho orgulho. Eu tenho. Tem gente que se desespera, não, eu não me desespero, que um dia eu vou ter, que se a gente perdê a esperança de não ter nada, aí pior, aí que ih, que cai a casa. Eu não me desespero assim, às veiz tem uma vizinha que diz “ah, porque eu ando apavorada” eu digo te acalma muié que um dia tu vai tê, tudo tem o seu tempo. Eu tenho orgulho de ser pobre, o orgulho assim

“fulana, tu quer fazer uma limpeza na minha casa?” vou, bem tranquila sou pobre, vou bem tranquila. Tem gente que diz “ah, eu vou sair no centro” mas a gente vê que vai trabalhá, com vergonha de dizer que vai trabalhá, eu não eu não tenho vergonha.

Em uma perspectiva socioeconômica, desde Carolinas, a sustentabilidade da vida não tem sido uma prioridade para o sistema econômico e como consequência, por serem os “donos da bola” os governos tendem a reproduzir a mesma lógica, sobretudo os governos identificados com a direita. Os parâmetros de desenvolvimento tomados para análise se referem aos números e índices relativos ao grau de desenvolvimento do capitalismo, não são números decorrentes da sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2003, p.13). A culpabilização e responsabilização sistemática às mulheres mães reflete a falta de reconhecimento das desigualdades estruturais presentes na sociedade.

3.2 Carolinas: Interseccionalidade, Ousadia e Resistência em meio às opressões sociais

Como parte dos movimentos deste estudo, é importante incluir a teoria da interseccionalidade, que é construída a partir do pensamento de mulheres negras, historicamente sujeitas a sobreposições de opressões em suas experiências de vida. A compreensão do termo “interseccionalidade” vai além do seu sentido acadêmico e abrange também o sentido político, conforme destacado por Sueli Carneiro: “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2002, p. 05). Mulheres que não fazem parte dos grupos dominantes enfrentam trajetórias marcadas por maiores vulnerabilidades, sendo as mulheres negras as primeiras a serem afetadas em suas experiências, assim como as mulheres em situação de pobreza. Para essas duas mulheres representadas aqui, suas vidas personificam concretamente o que um conceito teórico pode representar, com as demarcações da teoria interseccional inscritas em suas próprias peles. É importante ressaltar que as relações de raça também estruturam as relações capitalistas, ou seja, raça, gênero e classe se alimentam mutuamente em uma relação consubstancial (KERGOAT, 2010, p.86).

Dessa forma, essas mulheres vivenciam os territórios sociais, políticos e econômicos da sociedade, e é no cruzamento desses eixos que compõem a teoria interseccional que “o tecido da vida” é constantemente moldado. De forma prática, é difícil perceber qual opressão decorre da raça, qual é resultado do gênero e quais outras se originam da classe social, pois essas opressões são vivenciadas de maneira inseparável. As consequências dessas opressões, tão presentes na realidade das Carolinas e que as afetam de maneiras distintas e não universais, geram a irrefutável produção de desigualdades, que se manifestam de maneiras dinâmicas tanto na vida individual quanto coletiva. É nesse contexto que busco significar e proporcionar apoio para a reflexão, quando as Carolinas nos emprestam suas histórias para se pensar na vida de outras mulheres, as quais vivenciam o mesmo contexto histórico.

Carolina, em seu livro-diário, utiliza uma escrita incomum se comparada ao estilo formal dos escritores, mas imprime em sua narrativa sensibilidade, contradições e análises políticas da conjuntura nacional da época. Podemos perceber seu senso de humor aguçado, especialmente ao descrever as interações com seus vizinhos. Sua produção é brilhante e extremamente original em relação aos modelos de escrita conhecidos até então. Após a publicação de seu livro, Carolina pôde experimentar o sabor do sucesso, que lhe permitiu finalmente sair da favela, um desejo constantemente expresso em seu diário. No entanto, há um “mas” a ser mencionado. Após o lançamento do livro, Carolina não é reconhecida pelos seus pares escritores, pois carrega consigo a tripla condição de subalternização: mulher, negra e pobre. Depois do momento em que seu “exótico” livro se torna conhecido e a agitação inicial passa, a ela já não se permite que figure entre os escritores eruditos, cultos e supostamente intelectualmente superiores. Ela não possui o “berço” dos escritores, escreve com erros de português e carrega em seu corpo outras marcas sociais, como sua cor preta e outras inscrições em seu corpo que comunicam sua dura trajetória de vida, resultado das longas jornadas de trabalho e do peso que teve que carregar - em todos os sentidos.

As Carolinas não ultrapassaram o segundo ano da educação primária, mas mesmo sem dominar a cultura formal, elas dominam a cultura da vida. Possuem conhecimentos que superam em quantidade e formas o conhecimento erudito. A partir de suas vivências, elas se tornam capacitadas para contribuir de maneira

significativa para a compreensão da sociedade brasileira, a partir da ótica de duas mulheres negras e pobres vistas como marginalizadas.

É importante observar a vivacidade, inteligência e ousadia de Carolina Maria de Jesus. Vou usar novamente, a metáfora de um fotograma para uma rápida viagem no tempo. Em sua posição social como catadora de lixo, moradora de um barraco e cozinhando em latas, ela ousou dizer que escreveria um livro e ameaçou os vizinhos bêbados e violentos, assim como as vizinhas fofoqueiras, dizendo que todos eles seriam retratados em seu livro. Essa atitude revela que comportamentos reprováveis para ela não passariam despercebidos, pois seriam expostos ao público. Essa pausa é importante, pois, em meio à soma de opressões vivenciadas, Carolina profetizou o lançamento de seu livro e isso se concretizou. Foi uma grande conquista em meio às opressões, que tendem a diminuir a força pessoal, mas Carolina não se rendeu e desafiou as imposições que os outros tinham para ela. Carolina ousou sonhar.

A autora usava do diário como ameaça à possíveis agressores na vida cotidiana, mas também era uma escritura que ameaçava a ordem social, uma vez que trazia em si mesma a possibilidade de desestabilização da estrutura de classes. Ele representava, igualmente, uma ameaça porque há em sua obra uma definição de ética, que consistia na responsabilidade de levar adiante a missão de observadora atenta e denunciar as mazelas sociais (SOUZA, 2012, p. 102).

Ocorre que, como já mencionei, depois do lançamento do seu livro Quarto de Despejo e do sucesso que alcança, até mesmo sendo traduzido para outras línguas, Carolina não encontra em seus pares escritores brasileiros um lugar de pleno reconhecimento, a almejada ascensão social não ocorre da forma que planejou. Sua tentativa de se inserir em uma comunidade letrada, vindo de uma camada social subalternizada não logra o sucesso pretendido. Para essa comunidade considerada erudita, Carolina não domina os códigos sociais necessários para entrar pela estreita porta da aceitação e do reconhecimento. Não obstante, seu corpo de mulher negra e pobre, carrega marcas não condizentes com o “*dress code*”²⁴ do clube dos letrados. A esse período cabem muitas análises, contudo minha intenção é observar a

24 Se refere a um conjunto de padronizações e regras que ditam quais tipos de roupas devem ser utilizadas a depender da situação.

manutenção dos tensionamentos, os quais continuam a atuar como linhas de forças a oprimir Carolina em um seu novo e desejado contexto, agora não mais catadora de lixo, mas escritora com livro lançado e vendido em vários países, contextura que então, não foi suficiente para seu ascendimento social. Ela havia imaginado um cenário, onde a partir do poder financeiro que a publicação lhe traria, poderia então desfrutar dos prazeres antes negados como comida farta, uma moradia mais confortável e segura, roupas e calçados novos e de certo modo, a sua nova condição lhe trouxe isso, o acesso aos bens de consumo antes negados. O que ela não podia imaginar era que continuaria a sofrer discriminações, sexismo e racismo pelo grupo social que sempre idealizou.

Carolina Maria de Jesus instaura no texto nacional a experiência histórica do sujeito marginalizado na modernidade, dando a ver a condição profunda da colonialidade brasileira ao mostrar a desigualdade (racial, de gênero e de classe) no epicentro do espaço moderno; dessa forma, desvelando as várias faces do desenvolvimento ao apresentar o lado opressor e violento da metrópole de São Paulo em meados do século XX – quando o progresso dava o tom das políticas materiais e discursivas da cidade. Em suma, depois das linhas de Carolina Maria de Jesus, o consenso diante da ideia positiva de “metrópole do progresso” tornou-se inviável, pois sua escrita deflagrou o outro lado da modernidade: a colonialidade, evidenciada nos processos acelerados de racialização da pobreza, de favelização urbana, concentração da violência – aspectos evidentes e inerentes do desenvolvimento econômico (MIRANDA, 2020, p.250).

3.3 As Carolinas e o Trabalho Doméstico

Carolina do presente, relata que teve um trabalho fixo na casa de um advogado conhecido na cidade, trabalhou durante anos como doméstica “*Ali eu era dona da casa, eles saíam eu só enxergava eles a hora que eles saíam, depois chegavam só pra almoçar e depois saíam, sumiam de novo, eu vinha embora e deixava a chave com a guria que morava lá, depois eu ia só no outro dia*”. Trabalhou durante dez anos nessa casa, cumprindo com responsabilidade tudo que era esperado dela, no entanto, sobre ter seus direitos assegurados através da carteira de trabalho regularizada pelo patrão, refere: “*Não, nunca tive a carteira assinada nunca, nunca*”.

As mulheres negras eram trazidas do continente africano não somente para trabalhar nas lavouras, mas também para trabalhar na casa dos senhores como amas de leite ou mucamas. Assim, tanto as escravizadas das

senzalas, como as escravizadas domésticas poderiam trabalhar para casais ou para colonos solteiros (OLIVEIRA, 2008, p.109).

A personagem social da empregada doméstica tem suas raízes ligadas de modo estreito com a escravização dos povos africanos, a situação da Carolina do presente, ainda é uma repercussão dessas práticas - no seu caso e em muitos – o trabalho que ocorre durante anos de maneira absolutamente irregular. Hoje, sem nenhuma garantia de direito ao trabalho prestado, aos 63 anos não pode se aposentar por não ter tido sua contribuição à previdência social regularizada. Um crime cometido por uma família de alta classe da cidade, onde o chefe da mesma é advogado. Nunca foi denunciado e não irá responder judicialmente pelas graves omissões. A ambiguidade representada pelo trabalho doméstico: o misto de afeto e de desigualdade, um afeto construído junto a relações desiguais e injustas de trabalho (CANDIOTA; VERGARA, 1996, p.53). “*Como se fossem da família*”, então, não necessita haver a regularização das proteções sociais, pensamento impresso nas práticas escravocratas.

A vivência da Carolina do presente, nos permite pensar também a ausência de equipamentos públicos como creches e escolas integrais para possibilitar o desempenho do trabalho remunerado e a garantia do cuidado aos filhos, neste período em que as mulheres mães não podem trabalhar e cuidar dos filhos ao mesmo tempo. Mecanismos de ausências do estado que reforçam a manutenção das desigualdades sociais históricas. Quem repara os filhos e filhas das empregadas domésticas quando estão trabalhando? A ausência de infraestrutura pública adequada para apoiar as trabalhadoras domésticas em suas responsabilidades familiares é mais uma das questões que se apresentam nesse painel de desafios para as mulheres mães. A falta de creches e escolas integrais dificulta a conciliação entre trabalho remunerado e cuidado infantil, colocando as mães em uma posição delicada. Carolina do presente relata que seus filhos foram criados dentro da vila, evitando o contato com a rua, mas também destaca que dois deles abandonaram precocemente a educação formal. Na experiência de Carolina do presente, ela diz:

Tudo comigo, tudo tudo. Todos os meu foram criados aqui dentro da vila, que eu vejo as veiz as criança aí na rua assim, os meu foram tudo criado aqui, não andavam na rua atirando pedra, esse aqui (se referindo ao bisneto) me dizem “ah, que tu não deixa ele brincar na casa de ninguém”,

não, criança é dentro do pátio, criança não precisa sair pra se dar com os amiguinho, criança é dentro do pátio.

Pergunto se alguém lhe ajudava a cuidar dos filhos quando não estava, se a sua mãe lhe ajudava e de modo direto ela responde “*Não, ficava assim arreparando. Não ficava ASSIM com eles, ficava arreparando e o mais velho cuidava dos pequeno, fazia tomar banho, levava pro colégio, buscava do colégio*”. Podemos observar que dos quatro filhos de dona Carolina, dois não deram continuidade a vida escolar, pararam de frequentar a escola ainda no ensino fundamental.

Os eixos distintos e sempre atuantes das intersecções, que se sobrepõem e caracterizam múltiplas formas de exclusão, continuam a atuar ainda que haja uma mudança financeira na vida dos sujeitos subalternizados. Melhor dizendo, quando falamos em formas de exclusão, significa pensarmos na materialização das dificuldades, as quais demarcam grupos subalternizados em uma linha do tempo continua, não importando se em algum momento as pessoas pertencentes a este grupo, consigam superar questões econômicas – as pressões sociais atuantes continuam a forçar sua permanência no grupo de origem com persistentes demarcações.

De mulheres como as Carolinas, as quais vivenciam a precariedade do que é essencial, com possibilidades diante a realidade que se apresenta, estão os direitos sociais que não são operacionalizados de modo eficiente a garantir a cidadania dessas famílias. Todos são corresponsáveis, sobretudo o estado, pela instituição de políticas públicas eficientes, direcionadas a compor uma rede de atenções complementares e articuladas, em face à complexidade da realidade social e econômica desde o passado histórico até o presente. Essa matriz de dominação ideológica e colonial, subalterniza o gênero feminino, a população negra e, de forma mais intensa, as mulheres negras em situação de pobreza (BERNARDINO-COSTA, 2015, p.78).

As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Nesse caminho, o feminismo negro vai propor questionamentos como por exemplo, se existe algum tempo durante suas vidas onde as mulheres negras podem parar de trabalhar. Sobreposições de vulnerabilidades adquirem um peso

ainda maior na velhice, lembremo-nos que as intensidades e a frequência das vulnerabilidades nunca terá a mesma gravidade para todas. Djamila Ribeiro em *“Feminismos plurais”* (2018) diz:

A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem (RIBEIRO, 2018, p. 152).

Em vista disso, a matriz colonial moderna e teoria da interseccionalidade como “aporte teórico metodológico para se pensar múltiplas exclusões e como de fato construir estratégias para o enfrentamento desse paradigma” (CRENSHAW, 2002, p.36). Diante desse contexto, é fundamental que o Estado e a sociedade assumam a corresponsabilidade de implementar políticas públicas eficientes, voltadas para a promoção da igualdade e da cidadania dessas famílias. Isso implica reconhecer e valorizar o trabalho doméstico, assegurando direitos trabalhistas e previdenciários, além de investir em infraestrutura de cuidado, como creches e escolas integrais, para garantir o desenvolvimento pleno das crianças e o equilíbrio entre trabalho e família para as mulheres.

Em suma, o relato de Carolina nos alerta para a persistência das desigualdades sociais e econômicas que afetam as mulheres negras no contexto do trabalho doméstico. Através da interseccionalidade e do feminismo negro, os quais constituem uma ordenação política que convoca a sociedade a repensar e transformar essas estruturas opressivas, com vistas a construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as mulheres mães possam olhar para o seu futuro com mais opções de escolhas, com relação a formação e ao trabalho que desejam executar.

4. Desigualdades Sociais e a Supressão do acesso ao Sonho: Reflexões sobre o Contexto Pós-Colonial

O possível êxito de algumas pessoas nesse contexto pós-colonial tem sido atribuído à sua própria força de caráter e esforço individual, sem que o contexto histórico, social e o local de nascimento sejam considerados como fatores

determinantes para esse bom desempenho. Essas crenças são amplamente compartilhadas na vida cotidiana, sem que haja muita reflexão sobre os seus efeitos.

O descaso do Estado para com as populações historicamente mais vulneráveis têm sido caracterizado por certa preguiça mental e falta de espírito empreendedor, uma perspectiva claramente proveniente do racionalismo neoliberal. Afinal, a culpa da miséria é atribuída àqueles que estão na miséria! Esse pensamento decorre da ideologia da meritocracia, que está intimamente ligada ao sistema econômico vigente. Existe a necessidade de instituir esse tipo de pensamento para justificar a manutenção das desigualdades sociais, que são partes integrantes desse mesmo sistema. Assim, historicamente, os sentimentos de desvalorização, indiferença e até mesmo ódio em relação às pessoas de classes subalternizadas são mantidos, pois há uma sustentação ideológica de que essas pessoas desejam permanecer nessas condições e não estão dispostas a fazer o que deveriam para transformar suas realidades.

Em "Quarto de Despejo", Carolina descreve o mundo de agruras em que ela e seus pares vivem. Ela narra a dificuldade que enfrenta para conseguir uma cesta básica no centro da cidade. Os problemas começam com a obtenção de dinheiro para o transporte, uma vez que a favela do Canindé é muito distante para ir a pé. Carolina sempre leva consigo sua filha menor Vera, e precisa deixar seus outros filhos na favela, entregues à própria sorte. Essa representação reflete uma realidade que ainda se prefigura no presente, na realidade brasileira. A necessidade de cuidado está inserida em um sistema que não disponibiliza o necessário para que as mulheres mães, em grande parte sozinhas, possam trabalhar para sustentar a casa, ao mesmo tempo em que os filhos estejam amparados. Essas circunstâncias refletem um tipo de pensamento invisível que mencionei anteriormente, no qual as famílias subalternizadas não desfrutam do mesmo reconhecimento social de suas necessidades, como é o caso das escolas públicas de turno integral. A mulher mãe precisa comprovar que está trabalhando para conseguir uma vaga na escola, o que já é uma dificuldade, pois os trabalhos tendem a estar no âmbito da informalidade. Além disso, mesmo que ela consiga garantir a entrada dos filhos na escola, as instituições têm um calendário que fecha durante o período de férias escolares, pelo menos por três meses no verão e mais quinze dias no inverno. Para Carrasco, essas

ocorrências estão intimamente ligadas aos componentes hierárquicos de valores, resultado de uma longa tradição patriarcal liberal (CARRASCO, 2003, p.16).

Para uma melhor compreensão das desigualdades na América Latina, podemos recorrer ao conceito de “Colonialidade do poder” criado por Anibal Quijano (2005). Esse conceito permite compreender o padrão de poder que se constitui com o capitalismo moderno/colonial. O sistema mundo moderno/colonial é uma unidade de análise que vai além dos Estados-Nação, abrangendo as transações econômicas, políticas e culturais em escala mundial. Ao contrário do conceito elaborado por Wallerstein (2006), que utiliza a categoria “sistema mundo moderno”, Quijano introduz o termo “colonialidade”, destacando que a colonialidade é constitutiva da modernidade e representa seu lado oculto (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 149).

A divisão racial do trabalho, desde os tempos coloniais até o presente, tem se mantido: raça, trabalho e gênero são “naturalmente” associados, e isso tem sido excepcionalmente bem-sucedido (QUIJANO, 2005, p. 106). Da mesma forma, os aspectos da produção de conhecimento também foram divididos: para os países colonizados, os saberes produzidos por seus povos originários foram reduzidos a folclore e superstições, pois os corpos colonizados não são considerados capazes de construir conhecimento. Da mesma forma que ocorreu com Carolina escritora, a ela não foi permitido superar uma hierarquia rigidamente estabelecida, tanto racial quanto de gênero, para ocupar um novo lugar social.

A partir da narrativa de Carolina do presente, é possível inferir que a supressão do acesso a direitos a mantinha constantemente em um mesmo ciclo de vulnerabilidades. Ela não podia obter crédito junto ao sistema bancário, por exemplo, caso não tivesse uma renda comprovada. Embora esse crédito possivelmente não fosse transformar sua realidade, poderia permitir que ela pagasse em parcelas o exame de saúde que aguarda há dois anos, cujo custo é de oitocentos reais.

Ah é pobreza porque tá tudo muito caro, né... a gente precisa de um exame e a gente não tem, a gente morre porque não tem o dinheiro pra pagar... eu mesma tô há 2 ano esperando um exame pelo SUS, tô esperando até hoje... até hoje que chame...É um exame que me deu dois infarte então, de vez em quando me dá uma aculeração, uma açuleração no coração, fico desesperada e aquela dor no peito, aquela dor no peito, bah fico ruim. Então a gente tinha que pagá, tem que pagá, é de esteira né, é só em Porto Alegre pra fazer esse exame, aqui no doutor Vargas tem, mas é 800 reais, da onde eu vou tirar esses 800 reais?! Eu não tenho 800 reais pra fazer...

Situações que muito tem em comum com grande parte da população brasileira, as pessoas pertencentes a classes subalternizadas não possuem proteção social, não tem acesso ao trabalho formal e também não tem acesso ao crédito, entre os muitos desalinhos sociais produzidos e alimentados por uma ordem perversa, suas vidas vão sendo traçadas por insólitos percursos.

De um lado a realidade de vida dessas mulheres, de outro um pensamento social fortemente construído, o qual não se trata de uma mera opinião sobre o panorama social, mas que atravessa as camadas sociais e se materializa na manutenção do mesmo estado de coisas. Como se bastasse a mudança de atitude frente a vida e assim, todos os problemas se resolveriam – ao menos é o que me parece, e o que se pode interpretar a partir de certas práticas e discursos políticos econômicos atuais. Esse pensamento, certamente, não representa a totalidade, não é possível consentir com uma narrativa totalizadora, no entanto, é um pensamento que tomou forma, uma forma admitida de modo evidente para alguns, com conteúdo às vezes não verbalizado, mas vigente em diversas práticas políticas correntes.

Gostaria de observar alguns aspectos deste “outro lado”, porque também me movimento de certa forma, por ele. De um lado a realidade das mulheres empobrecidas, as quais pude acompanhar através do meu trabalho como técnica de uma unidade de referência em assistência social, do outro lado o acesso à pessoas, ambientes sociais mais reconhecidos, acesso à livros, a cultura, a internet, programas de televisão pagos e outros. Ao observar este outro “lado”, encontramos alguns movimentos curiosos, a título de exemplo os livros dedicados ao sucesso pessoal em alta e vigorosamente indicados por *gurus* e figuras públicas, os quais representam tudo àquilo que é desejado pelo discurso econômico neoliberal de sucesso, os mantras alinhados com os *chakras*, as posturas de *yoga* elegantes nos colchonetes, o tempo diário dedicado à meditação e a respiração diafragmática, como potencialidades que trariam o restante da tranquilidade e desenvolvimento pessoal esperado.

Noite passada, tive um sonho bem entusiasta e o compartilho com vocês leitores, estava em Portugal em uma praia perdidamente linda - algo que nunca aconteceu, nunca estive na Europa – estava desfrutando sozinha desta bela paisagem, havia conhecido umas pessoas por lá que me indicaram outros lugares para ir, lembro que tirava muitas fotografias, ora não poderia perder a ocasião de

divulgá-las oportunamente no *instagram*. Foi quando, recebi um telefonema de um dos meus genitores, honestamente não lembro se era o pai ou a mãe, um dos quais, me trouxe apressadamente para a “realidade”, dizia que eu precisava voltar para cuidar da minha filha, pelas explicações turbulentas que dei – ainda durante o etéreo do sonho - eu estava lá de modo ilegal, sequer passaporte tinha... lembro de sentir algum desespero. Justifiquei que iria resolver e retornaria – não sei como fui e muito menos saberia retornar, mas *ok*. Sem valer-me de instrumental psicanalítico, o tal sonho imprimiu aspectos em plena concordância com a minha realidade, nunca fui a Europa mas pode ser que ainda vá, de todo modo, suas paisagens compõem o meu imaginário simbólico, de alguma maneira tive acesso a essas imagens no decorrer do tempo vivido e pude conferir a elas algum significado estético. Por outro lado, estava lá sem documentos, ilegalmente e precisava fotografar tudo e ao mesmo tempo me manter secreta para não ser presa, quando surge a fala do genitor que é fatal, só faltou me dizer que precisava retornar o quanto antes para concluir a dissertação de mestrado, essa mesma aqui. Porque afinal de contas, não iria cuidar da minha filha de três anos enquanto eu, a mãezinha, estava por aí – Europa, *baby!* - ilegal e divertida.

Vamos aos fatos, o que gostaria de dizer é que todo imaginário necessita ser construído e enriquecido com imagens, desejos e sonhos para que possam, se possível materializarem-se na concretude da vida. E aos empobrecidos, também é retirado essa possibilidade de criar expectativas com o presente e com o futuro, contingentes que possam se transformar em esperanças. O projeto de finitude construído para as classes subalternizadas, começa com o não direito ao sonho, ao projeto de vida – por isso é que, nas resistências operacionalizadas por mulheres oriundas das camadas empobrecidas é que se pronuncia o que foi proibido de ser.

O impronunciável já vem sem pronunciando, e de acordo com os seus aprendizados, primeiramente é preciso livrar-se da *ralé*²⁵ - a perceber que ao longo do tempo, são estes os ensinamentos pronunciados pela modernidade – até mesmo a autoconsciência da superioridade de uma classe privilegiada vai sendo construída de modo “invisível” e extremamente eficaz.

25 Termo utilizado pelo sociólogo Jessé de Souza, empregado de forma provocativa para se referir a uma classe empobrecida de pessoas infelizes e desesperadas, num país que nega, esconde e eufemiza todos os seus conflitos e problemas e que segundo o autor, nunca foi, na verdade, sequer percebida como uma classe social.

E neste estado de coisas, as classes privilegiadas aparentam sentir orgulho em humilhar as classes marginalizadas, repetem de modo incansável esse tipo de discurso que culpabiliza, criminaliza, humilha e envergonha àqueles que não tiveram sequer uma oportunidade real e descente de ascensão social.

Se a classe alta come pratos gourmet, com pouca comida, quase que como se não tivesse a necessidade de se alimentar, precisamente como negação de nossa origem animal, esse hábito passa a ser contraposto, como sinal de superioridade às comidas gordurosas e aos pratos cheios da classe trabalhadora, que supostamente se animalizariam. A simpatia imediata construída inevitavelmente por pessoas que compartilham dessas escolhas, assim como o desprezo pelos que não compartilham, é vivido e experienciado pelos privilegiados como expressão óbvia, e sequer refletida e consciente de sua própria superioridade inata como seres humanos. O mesmo acontece com todas as outras oposições da vida cotidiana, como a opção entre beber vinhos caros e a cerveja barata das classes populares, com a roupa, com o modo de falar e assim por diante (SOUZA, 2022, p.18).

Enquanto “ainda” não é possível destinar essas embarcações de pessoas pobres e atrasadas para fora do alcance, diante da vista das “pessoas de bem”, o estado vai cumprindo esse papel. O tempo vai passando e a “ralé” vai sobrevivendo mesmo assim, teimosamente. Deve ser a água bebida do esgoto durante a curta infância, pensam alguns, hábito excêntrico que compõe sistema imunológico sem igual.

Eles contestam a economia-ideologia da falta, essa ideologia ocidental-patriarcal que transformou mulheres, negros/as, povos indígenas, povos da Ásia e da África em seres inferiores marcados pela ausência de razão, de beleza ou de um espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica (VERGÉ, 2020, p.39).

Os hábitos de consumo e o estilo de vida em todas as dimensões vai construir um conjunto de avaliações que nem sequer serão percebidas como instrumentos de opressão e humilhação de alguns grupos sociais sobre outros (SOUZA, 2022, p.19).

A produção intencional de pessoas deixadas à margem, as quais tendem a ser tratadas com desprezo social por não poderem ocupar lugares de reconhecimento, leva-nos ao que Jessé de Souza chama de “linha da dignidade”, onde abaixo dessa linha está a produção de pessoas que não são percebidas como humanas de tão humilhadas e animalizadas, além de não serem confiáveis e ainda destinarem seus votos a políticos corruptos (o que é dito pelas classes privilegiadas), pois se nada sabem, como saberiam também escolher em quem votar.

4.1 Entre a Invisibilidade e a Resistência

Os comportamentos de desprezo e desconsideração às necessidades de existência das mulheres pobres, parecem vir de todos os lados, tanto do lado das classes dominantes - uma linha de força profusa e perceptível - mas não só, há também o abandono daqueles que deveriam estar ao seu lado, mas por múltiplas causas não estão - homens também oprimidos, um tanto de companheiros cambaleantes e ausentes. Percebe-se que há uma “naturalização” da ausência do homem pai nos núcleos familiares mais desfavorecidos, assim como a “desresponsabilização” pelo cuidado com a vida dos filhos. De onde vem essa conduta que se repete à exaustão e leva quase todos à desventura e ao sofrimento?

Os exemplos de gerações passadas parecem não ter sido suficientemente instrutivos para gerar mudanças significativas de rota, o ciclo se repete. Prefigura haver uma fabriqueta invisível de moer vidas e transformar o futuro em uma exausta repetição do passado. O derramamento desse modelo é posto em prática e estende-se a vida familiar e comunitária, aprisionando todos envolvidos em um ciclo, onde acaba sendo quase impossível construir trajetórias modificadas.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer da sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar (FREIRE, 2019, p.69).

Na estrutura da dominação, os oprimidos, essa vasta população subalternizada, estão como quase “coisas”, as quais não tem finalidades. Em face de tudo isso, a pedagogia do oprimido proposta por Paulo Freire, tem uma função importante para compreensão destas dinâmicas sociais e possui suas origens teóricas oriundas em território nacional. Nesse sentido, tanto a educação problematizadora quanto suas ações decorrentes, afloram como caminhos possíveis para a conscientização com a intenção de formar cidadãos transformadores da ordem social, econômica e política. Temos nessa compreensão da estrutura social vigente, a indicação de possibilidades de transformações.

Para além das teorias, é preciso pensar nas existências, nas condições para que os sujeitos descubram e conquistem sua própria destinação. Freire (1983) nos propõe esse pensamento e um sentido dialógico para compreensão das realidades,

pressupondo a variedade de saberes sobre as coisas, e não apenas um tipo de saber no qual tende a reforçar as opressões, considera não ser possível romper com esquemas verticais de poder fora do diálogo e da prática reflexiva das apontadas subculturas dos proletários e marginais, as quais lhes cabem recriar os próprios caminhos.

Então, a realidade social, objetiva, não existe por acaso, transformar tal realidade também não será consequência de mero acaso. Podemos partir à problematização das questões que envolvem a vida dessas mulheres mães subalternizadas, através da escuta de si – ao considerar ser possível abrir novas alternativas à conscientização de modos de pensar, problematizando tensionamentos da vida cotidiana, onde sempre ocorrem dualidades e uma proibição quase secreta de “Ser” no mundo.

Ter como ferramenta o diálogo, leva a acreditar que através dele pequenas e grandes transformações podem ocorrer, nesse movimento de consciência intencionada ao mundo, como definiu Paulo Freire, é a consciência de fazer parte de uma dimensão existencial da vida humana. Não haverá transformações sociopolíticas apenas vindas de fora, a transformação ocorre com quem se dispõe, e antes dessa disposição ocorrer no sujeito está à premissa importante de compreender e problematizar o seu contexto social. Tantos debates acadêmicos sobre transformação social pensada sobre *o outro*, sem que esses *outros* estejam implicados nos processos de pensar a sua própria transformação. Modo primoroso para jogar energia e potência pela janela - no sentido de saber freiriano, onde o conhecimento é também a força da ação, o qual tem finalidades práticas, tem em si uma ética profunda e essa é uma das ideias relevantes com a qual busco suporte, para transformar o pensar é tão importante quanto o fazer.

Se olharmos mais de perto, para a configuração familiar das mulheres mães, poderemos notar que a figura do homem pai se apresenta, nestes dois casos de Carolinas, de modo mais específico, como uma figura controvertida. Como já disse, embora haja um tipo de observação que se endereça para a vida dessas duas mulheres neste estudo, contudo, observemos que a situação familiar a qual representam, espelha o contexto de muitas outras mulheres mães em contexturas semelhantes, onde a pobreza vai além da escassez financeira e material mas atravessa modos de vida também empobrecidos.

A Carolina do presente revela que não pode contar com o pai das crianças, seu marido e único homem com quem se relacionou durante toda sua vida. No entanto, seu ex-marido retornou depois de 30 anos de “*deixado*” para viver em umas peças nos fundos de sua casa e a cada necessidade médica, seja de urgência ou não, Carolina é que precisa lhe dar amparo. Ela conta:

Quem mora aqui com a senhora? É só eu e ele agora (bisneto)... Meu ex-marido mora ali no quatinho (tom de voz baixo) depois de 30 anos de deixado ele mora ali. Ele voltou, ele pediu moradia? Não, porque ele tá doente, os guris (inaudível) ele alugava uma casa mas ficava muito longe, ele pegava a chateá né, de médico né, essas coisas, sempre eu que vou na frente...

Interessante observar quando Carolina do tempo presente se refere à separação do marido, o modo como ela emprega o artigo. Ela não fala 'deixada', o que sugeriria que o marido foi quem a 'deixou', mas de modo sagaz ela diz 'deixado'. Porque, ora, foi ela quem o deixou, e não importa se foi exatamente assim. Mas a sua forma de narrar, o ponto em que percebemos que ela não se vitimiza e impõe para si uma versão de resistência. Nunca pôde contar com o sujeito de modo decisivo, e quem é deixado é ele, não ela. Essa é a sua versão, a que me interessa aqui.

Ele vivia pras campanha por aí, não parava em casa, ele não foi muito ASSIM, só é muito inérgico até hoje. Ele é tudo pros filho, ah ele faz as coisa pra eles. Teve um dia que eu fiquei aqui com ele e bah, parecia que ia morrer, aí a minha guria que tava morando nas Palma²⁶ veio, aí chegou eu disse “oh, levem numa UPA”, cansada de levar lá na UPA já, aí levou e deu um troço nele, o doutor chegou lá, botaram um soro nele, aí deu... fartou... uma coisa no cérebro que fartou “- *Oxigênio?*”, é, no cérebro... aí ele ficou toda aquela noite, aí vieram aqui e me chamar, apavorada, tá aí eu fui... Chegando lá, a dotora perguntou a senhora sabe o que ele tem? Sei dotora, sei, porque eu passo com eles no médico e sou eu que tem que dizer o que eles tem! Ele tem eczema pulmonal, aí eu digo assim, isso é diário dotora, isso é farta de, de... cosa que dá no cérebro, já é duas veiz que dá, aí ele ficou na UTI e quando eu vi já tavam todos eles lá (os filhos) ... Eles tem

26 Região das Palmas - Localizada à 60 km de Bagé, é uma localidade com imensas formações rochosas Conforme o relatório sócio-histórico-antropológico elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a comunidade descende da ex-escrava Margarida Sabóia, que se fixou na região ao final do século XIX.

Naquela época, Bagé – localizada na Campanha Meridional do RS, e fazendo fronteira com o Uruguai – presenciou inúmeros conflitos como a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), a Guerra do Paraguai (1893-1870) e a Revolução Federalista (1893-1895). Estes contextos de instabilidade levaram escravos e negros libertos a se refugiarem na região fronteira, muitos dos quais retornando dos países vizinhos quando os conflitos se encerravam e se fixaram na região.

uma relação, comigo é a mesma coisa, é só dizer - “ah a mãe tá doente, a mãe tá doente”, quando vê chega tudo...

Desejar encontrar um bom marido é uma das construções de desejo do patriarcado, ocorrência muito incerta nessa conjuntura social. Um bom marido seria aquele capaz de proteger sua esposa e também proporcionar alguma segurança alimentar e de moradia, alguém capaz de dar conta das necessidades primárias de sobrevivência e cuidar da família.

Este cenário de um bom marido, não se realizou para as Carolinas, assim como para tantas outras mulheres. Em seu diário, Carolina narra ter um filho de cada pai e não ter nenhum contato com os pais dos meninos, ocasionalmente recebe algum dinheiro ou a visita de um homem (o qual não revela seu nome) bem-apegoado e com algum recurso financeiro, conforme narra, o qual seria o pai da filha mais nova, Vera. O auxílio que recebe eventualmente deste homem, não proporciona nenhuma garantia a si ou sua filha, Carolina descreve o desejo da filha em poder tomar um refrigerante e ter sapatos novos, quando a leva consigo para o trabalho de catadora no centro da cidade.

Desde a divisão sexual do trabalho, as tarefas domésticas e o trabalho do cuidado foram atribuídos como “naturalmente” destinados às mulheres, aos homens o trabalho remunerado, o espaço público e outras regalias, de modo bastante abreviado é que exponho esse contexto sócio-histórico, para podermos seguir com a análise das duas personagens. É nesse movimento que a organização social vai se realizando e produzindo homens voltados para as tarefas do trabalho e da rua. Enquanto na esfera da vida familiar toda a engenhosidade necessária para mantê-la em ordem e funcionando, cabe as mulheres esse papel. A combinação homem provedor e mulher dona de casa apresentada como dupla que se complementa, logo começa a ruir e evidencia as fragilidades de tal formação.

Todavia, são essas as formações iniciais que elaboram as relações patriarcais as quais estão impressas em nosso cotidiano e no panorama da vida das nossas mulheres vozes. O formato de constituição destes homens, transpassados pelas relações construídas através do patriarcado e a sobreposição da miséria em suas vidas, concebe sujeitos com aspectos embrutecidos, investidos por desejos de dominação e agressividade não contida, desprovidos de capacidades autorreflexivas – não puderam pensar sobre si mesmos e suas histórias de vida e assim quem sabe, elaborar novas rotas.

Despossuídos dos fatores de formação indispensáveis ao desenvolvimento das saudáveis sociabilizações e elaborações dos afetos, que constituem sujeitos mais ou menos capazes de estabelecer relações de reciprocidade, esses homens que foram meninos e também não receberam afeto e cuidados adequados, mas cresceram e tornaram-se homens do jeito que puderam alcançar.

Como se é possível ofertar a “outra face” quando se é impedido de possuir sequer uma; quando a “face”, desde criança, nunca foi alvo de afeto e carinho? O drama do amor dos pobres chega a limites onde a impossibilidade de saber amar ratifica e justifica a punição imposta às mulheres tanto pelos homens quanto por elas mesmas. (BERG; SILVA; TORRES, p. 39, 2020)

Nas histórias de vida das Carolinas, a figura do marido e pai dos filhos se reflete nessa figura ausente, tanto no aspecto moral quanto nos aspectos de presença física. As Carolinas precisaram se “endurecer” ao longo dos caminhos que percorreram, as duas imprimem em suas trajetórias os aspectos marcantes de não ter muito com quem contar, mas de modo obstinado são forjadas em mulheres que são o seio da vida dos filhos e de outros ao seu entorno. Carolina do presente criou os filhos que sobreviveram às gestações, depois uma neta e agora o bisneto. Além de tudo, ela corre por todos, inclusive pelos seus irmãos.

Entre vivo e morto tenho dez (filhos), mas agora tenho só... perdi um com 28 ano, o último agora, faz dez ano e agora tô só com 4, duas mulher e dois homi, são tudo independente né, mora cada um na sua casa. A Cati e a Ana, o Luís André e o Luís Adriano, são os que eu tenho agora. *Quantos faleceram? E, de que ele faleceram?* Seis. Uns pegaram e eles não eram bem de tempo e doutor tiraram gêmeos e não... eram muitos fraquinhos. *Quantos a senhora perdeu logo em seguida do parto?* Uns quatro, duas barriga de gêmeos (silêncio).

Pergunto a ela, se recebe algum tipo de ajuda para cuidar do bisneto.

A mãe dele lhe ajuda? Não, a mãe dele mora lá no Prado Véio, que ela tem outro pequeno né, eu nem quero que ela ajude, se ela ajuda esse, então, o pequeno lá não tem, né. Faz dois ano que ela mora lá e eu nem sei que jeito é a casa dela, esse aqui (bisneto) já foi lá ele sabe. Eu tenho outro filho que mora ali em baixo também e não vou, onti um que mora lá no Prado Véio que veio me vê, ele, a mulher e a guriuzinha, passar o dia comigo, foram de tardezinha. Das casa pro curso... esse (bisneto) foi criado dentro do CRAS ali, né, eu ia pro curso e levava ele...

A falta da figura de um marido também perseguia Carolina escritora, mas ela retrucava a quem lhe cobrava por tal presença, afirmando que preferia ser assim

livre, que homem algum entenderia seu gosto pela literatura e o modo que levava sua vida junto aos filhos catando lixo nas ruas de São Paulo. Nos dois casos, os formatos de família muito distantes dos modelos de família nuclear, patriarcal e fundada a partir do casamento monogâmico e indissolúvel. Carolina sustentou o papel de mãe solteira dentro da favela, o que decerto não foi nada fácil, pois a figura do homem lhe era cobrada e poderia eventualmente, trazer-lhe alguma proteção.

Frequentemente repetia que era preciso ser mais tolerante com os filhos porque eles não tinham mais ninguém do mundo a não ser ela.

Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar (JESUS, 2005, p.19).

Carolina, estabelecida na favela do Canindé, também não encontra apoio nas outras mulheres da comunidade, suas vizinhas. Mas ao contrário, menciona suas preocupações em ter de sair para buscar o sustento para os filhos e ter de deixá-los sozinhos no barracão.

Cheguei no inferno. Abri a porta e pus os meninos pra fora. A D. Rosa, assim que viu meu filho José Carlos começou a impricar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo. Uma mulher de 48 anos brigar com uma criança! As vezes eu saio e ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas minhas crianças. Quando eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas (JESUS, 2005, p. 13).

De todo modo, Carolina dizia preferir estar sozinha do que apanhar do marido, como ocorria com algumas vizinhas - situação comumente narrada no seu diário. Achava um absurdo os homens pais daquelas crianças, mandarem os filhos buscar "pinga" para eles, e em seguida bebiam e ofereciam para os próprios filhos.

Carolina nos apresenta e nos remete a uma realidade ainda pungente nas camadas populares do país. Durante os acompanhamentos que realizei nas comunidades periféricas em que trabalhei, pude constatar que a "cachaça" também fazia e faz parte da vida de uma parte significativa dessas famílias. O abuso do álcool está presente como uma possível recompensa em vidas não reconhecidas e não valorizadas socialmente, como uma espécie de "máscara" usada como subterfúgio para a tristeza e o desespero. Ou talvez seja uma sensação familiar de relaxamento dos nervos proporcionada pela bebida alcoólica.

Que modo de vida é esse que condena a busca imediata por melhores condições de vida e se manifesta como tirania e uma forma de virilidade sádica que agride e ofende os outros? É um comportamento de quem aparentemente não sabe o que está fazendo, mas será mesmo que eles não sabem? Essa é uma pergunta para a qual não tenho uma resposta definitiva.

Tive sonhos agitados. Eu estava nervosa que se eu tivesse azas eu voaria para o deserto ou para o sertão. Tem hora que eu revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjos estes filhos (JESUS, 2005, p. 78).

As Carolinas optam, em determinado momento da vida, por permanecerem sozinhas, não desejam mais em suas vidas a vulnerabilidade produzida pela dor arbitrária causada pelos “ex-des-companheiros”. Elas renunciam a essa pseudo companhia dos homens, a essa construção de lar incapaz de gerar vivências protetivas e elegem como melhor caminho seguirem sós.

Como sintetizado na frase de Pierre Bourdieu “é como se nada fosse realmente possível, quando nada é possível”, que percebe-se que as esperanças são aniquiladas diante da realidade de impossibilidades em que se encontram. Precariedades que se entrelaçam com outras precariedades e colocam o futuro desejado à prova, sobretudo para as camadas mais pobres da população.

4.2 A complexidade da maternidade em contextos de escassez

Em uma perspectiva mais profunda das coisas, não desejo que a aparência da matéria pesquisada possa definir previamente os rumos levando a uma cristalização das possibilidades. Tomando por livre inspiração o poeta Manoel de Barros, considerado o poeta das miudezas, também aprecio o contato com os “ciscos de rua e as moscas de pensão”, uma vontade de não descartar as coisas tomadas por “inúteis e ordinárias”; olhar para elas com a razão, mas também com algo a mais, algo que permita olhar para os lugares simbólicos que minhas personagens estão ou estiveram inseridas e não encontrar apenas a poeira e o descaso. Insisto em ver mais que os abandonos, declino da ideia de aceitar o

descarte. A linguagem poética permite tocar em elementos vulneráveis com algum cuidado, no sentido de possibilitar o uso de uma linguagem que não pretende quebrar o que já foi partido, mas que pode trazer outras perspectivas.

Neste âmbito social, onde se articulam o descaso e o abandono, entre outras coisas, há uma problematização de certas maternidades em detrimento de *outras* - ocorre um deslocamento dos processos sociais, nascente de um tipo de maternidade visto como problemático. É neste contexto, que se processam ideias preconcebidas sobre o papel da mãe nas famílias empobrecidas, lugar onde decorre a referência ao modelo de maternidade das mulheres brancas pertencentes à classe social burguesa, onde o desempenho da “boa maternidade” é medido pelo potencial de consumo dessas mulheres e por outros privilégios que a sua classe social permite alcançar. E, esse modelo é algo irrealizável para este outro grupo de mulheres, o grupo com o qual tenho percorrido um caminho.

Mulheres que “perderam” suas vozes porque o sistema vigente no mundo pretende assim, enquanto a crueldade dessas estruturas opressoras não é vista de forma nítida, só pode ser esperada uma incapacidade de reagir. Como se organizar coletivamente diante da fragmentação e quando não se pode perceber contra o que se deve lutar (?). Afinal de contas, é um mundo inteiro construído em cima da invisibilização, exploração e descarte daqueles considerados como “não tão importantes assim”.

Dentro da grande organização social onde nos inserimos, a sociedade, é a instituição familiar responsável pelo primeiro nível de socialização dos seres humanos. Através deste convívio, transcorre a sobrevivência, os aprendizados e tudo isso passa pelos cuidados que envolvem alimentação, higiene, saúde, educação e vida social. Esses encargos não têm sido distribuídos de forma paritária entre os genitores ou demais membros da família, mas na maioria das vezes cabe a figura materna que desempenhe o papel de “dar conta”. Ao ser demandada que desenvolva todos os papéis citados, os quais não representam tarefa fácil para ninguém, coisifica-se a sua individualidade e inflige-lhe socialmente um comportamento padronizado, reflexo da sua condição “natural” de mãe: exemplo de amor e abnegação em prol dos filhos, independente das relações sociais de classe (FARIA, 2012, p.86).

Podemos refletir a respeito do que significa, no imaginário social, essa “condição natural” atribuída às mães de amar incondicionalmente seus filhos e de prover todas suas necessidades físicas e emocionais sem considerar a individualidade dessa mulher e o seu lugar social. Qual a sua renda (?); Tem uma renda (?); Qual sua rede de apoio (?); Será que existe uma rede de apoio (?); Qual o seu trabalho (?); Tem acesso à escola integral e ao transporte (?); Como faz para ter assistência médica e medicação quando é necessário (?). Essas são condições mínimas para se construir uma *maternagem*²⁷ com inteireza, e muitas dessas condições dizem respeito às políticas públicas oferecidas (ou não) pelo estado. O que ocorre, e não precisa ser cientista social para ver, é que esse mínimo não tem sido garantido às mulheres mães em situação de escassez financeira, no entanto, ainda se espera que ocorram grandes transformações no futuro da pátria amada Brasil.

O acúmulo de atribuições e cobranças é interiorizado e acabam por fazer parte do que é esperado das mulheres mães dentro do imaginário social. A reprodução dessa estrutura aprendida ocorre dentro de cada uma de nós, ou seja, algo a princípio exterior passa a ocupar um lugar interno, de forma não consciente, que ocorre em um modo irrefletido até certo ponto. Vamos copiando esses movimentos e os reproduzindo, e nesse *habitus* (interiorização das estruturas sociais, tanto individuais quanto coletivas) fica impregnado de tal maneira no indivíduo, no seu sentido e na sua visão de mundo, que o elemento consciente não o identifica (BOURDIEU, 1989). Assim, o modelo concebido interiormente é reproduzido e propagado mesmo por aqueles que sofrem com ele, e para que haja mudança a consciência deste modelo precisa ser discutida.

Estar na condição de mãe é muito mais que um imperativo biológico ou algo determinado socialmente, considerando que a maternagem é resultado do exercício do aprendizado da função a se desempenhar, no caso a maternidade e não algo automático que acompanha todas as mulheres de forma intrínseca. Podemos dizer

27 Maternagem é um termo que se refere ao conjunto de práticas e cuidados realizados por mães ou pessoas que assumem o papel de cuidadoras principais de crianças. Envolve desde a alimentação, higiene e saúde dos filhos até o estabelecimento de vínculos afetivos, o suporte emocional e o estímulo ao desenvolvimento infantil. Referência: Fonseca, C. L. (2010). Maternidade e Cuidado: Uma Análise da Experiência de Ser Mãe. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(1), 84-91.

que os frutos da maternagem precisam nascer acompanhado da mãe, do filho, da rede de apoio e também a sociedade, e nenhum nascimento é algo simples.

A discursividade que produz e sustenta esse processo de politização da maternidade também articula e explicita problemas sociais contemporâneos (em especial de educação e saúde) a certos modos de sentir e de viver a maternidade. E essa operação permite descolar tais problemas dos contextos e processos sociais mais amplos em que eles são gerados para vincular sua solução a determinados tipos de relação mãe-filho e ao exercício de uma determinada forma de maternidade (MEYER, 2005, p. 82).

Nesse enredo, encontram-se a multiplicidade de mulheres, com seus atributos individuais, suas histórias de vida, idades, grupos étnico-raciais e classes sociais distintas. Diferentes formas de ser mulher e viver a maternidade podem coexistir ao considerarmos diferentes camadas sociais, e é nessa diversidade que encontramos elementos para uma melhor análise e compreensão.

Penso ser impossível dissociar a análise das relações de gênero deste tema pesquisado, assim como a instituição família e seus sentidos, esses são elementos interatuantes no ambiente das mulheres mães. Para Pinnelli (2004, p.56), os conceitos estão interligados, a análise das relações de gênero e de família “sendo as mudanças em um, ligadas às mudanças na outra e estando ambos sujeitos à força das mudanças sociais”. Chegamos a um ponto elementar, é impossível dissociar as percepções sobre as mulheres que viraram mãe do seu contexto familiar, para que se possa compreender a forma de convivência entre as pessoas, suas redes de apoio e seus protagonismos. Temos aqui um elemento novo, ou melhor, um elemento recente, visto que não há nada de muito novo, mas nem por isso deixou de ser um oceano com sua imensidade de sentidos, falas, significações e compreensões.

Resgato a referência do conceito de família, essa unidade ou pluralidade de onde cada um de nós começou uma trajetória quase sempre marcada por descontinuidades, algumas rupturas e muitos recomeços. Obviamente, não pretendo que nos paralisemos apenas no modelo tradicional de família, mas que possamos olhar para essas mulheres que desejosamente – ou não – tornaram-se mãe. É necessário incluir um modelo de cosmovisão²⁸ para interpretar de maneira subjetiva

28 Cosmovisão compreendido como um termo que se refere ao conjunto de crenças, valores, concepções e pressupostos que uma pessoa ou grupo possui sobre a realidade, o universo, a existência e o propósito da vida. É uma forma particular de ver e interpretar o mundo, fornecendo uma estrutura para compreender e dar significado às experiências e eventos. LEITE, M. S. C. (2010). **Cosmovisão, educação e formação de professores**. *Revista Brasileira de Educação*, 15(44), 385-398.

os lugares simbólicos de onde se sai e para onde teimosamente se volta, tanto em termos de repetição involuntária ou até mesmo através das negações sociais e políticas. A ponderação sobre os significados da pobreza nesses ambientes familiares, como necessária reflexão sobre as relações sociais que se estabelecem e abarcam formas de viver e de organizar-se diante da necessidade premente de dar conta do cuidado com todos os aspectos que o mesmo envolve.

Algumas famílias, como a de Carolina Maria de Jesus, vivenciaram a dura realidade da fome e da escassez de alimentos para as refeições. Sua escrita em forma de diário, que posteriormente se transformou em livro, abrange o período de junho de 1955 a janeiro de 1960, ano em que foi publicado. Desde então, até os dias atuais, o Brasil continua enfrentando a lamentável realidade de pessoas e famílias que vivem sem segurança alimentar, lutando diariamente para encontrar formas de driblar a fome.

Quando deitei adormeci logo e sonhei que estava noutra casa. E eu tinha tudo. Sacos de feijão. Eu olhava os sacos e sorria. Eu dizia para o João: - Agora podemos dar um ponta pé na miséria. E gritei: - Vai embora miséria! A Vera despertou-se e perguntou; - Quem é que a senhora está mandando ir-se embora? (JESUS, 2005, p.162).

O ano é 2022 e Carolina do presente narra suas atribulações e todo movimento que precisa dispor para garantir o direito à alimentação.

Tem uma senhora que sempre me ajuda, eu vou lá e limpo a casa pra ela essas coisas assim e ela sempre me dá uma cesta básica, sempre, sempre... uma cesta básica... com tudo, sabonete, tudo... aí eu não boto preço e ela vai lá e me dá uma cesta básica, e só pra mim e pra ele dura, né, como só os dois, faço almoço e ainda sobra pra ele de noite, aí ele janta né, eu não janto de noite, né.

Ao considerar a complexidade social e buscar uma compreensão abrangente das experiências e do papel das mulheres mães de famílias de classe trabalhadora, é possível adotar diferentes perspectivas. No entanto, existem algumas questões fundamentais que devem ser abordadas nessa discussão, tais como: mulher e pobreza, mulher e trabalho, mulher e família/filhos. A abordagem desses temas ocorre de forma abrangente, com base nas teorias desenvolvidas sobre cada um deles, a fim de revelar os aspectos conceituais e especulativos e conectar-se com a realidade dessas pessoas. Ao articular dimensões subjetivas e simbólicas em um estudo, discorre uma aventura em um universo profundo, ciente de que não há

garantias para compreensão de todos os significados, pois isso não seria alcançável. Certamente, não desejo cair na armadilha de reduzir significados sempre complexos.

Berquó (2002, p.245) estabelece que a partir de um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais e comportamentais que vão se sucedendo ao longo do tempo, e que produzem variações nas trajetórias das mulheres, é possível observar a complexidade das relações entre gênero, trabalho e família. Essas transformações têm impacto significativo na vida das mulheres mães de famílias em situação de pobreza socioeconômica, uma vez que influenciam tanto suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, quanto as dinâmicas de cuidado e responsabilidades familiares. À vista disso, Márcia Macedo (2008) defende:

É preciso problematizar o risco da generalização de leituras que reforçam estereótipos de vulnerabilidade e pobreza, homogeneizadores de uma realidade que – sem negar as dificuldades objetivas enfrentadas por esse grupo social – não é monocromática e demanda, portanto, uma análise capaz de reconhecer a existência de uma complexidade que não pode ser contida em modelos estereotipados (MACEDO, 2008, p. 26).

A autora traz um sentido de precaução importante, não reforçar através das pesquisas, estereótipos já bastante difundidos e muitas vezes sem compromisso fidedigno com a realidade, contido em modelos preconcebidos como “as mulheres são as mais pobres entre os pobres” (LAVINAS, 1996, apud GONZÁLEZ DE LA ROCHA, 1999).

Os estudos de gênero oferecem um olhar crítico à matriz cultural dominante, no que diz respeito aos modelos de família, de maternidade e maternagem. Através disso, podemos perceber que os modelos ainda circulam de forma mais ou menos rígida, especialmente no que se refere ao que é esperado da mulher mãe, em que a “ética do cuidado” (SCAVONE, 2001) é supervalorizada e as demandas de cuidado sejam prioritariamente esperadas da mãe, em um contexto social que prevê um modelo de maternidade ou maternagem, socialmente construído, baseado na hipertrofia das responsabilidades parentais das mães (SCAVONE, 2001).

Ainda sobre o tema da pobreza e seu entrelaçamento na vida das mulheres:

As análises de gênero, a partir dos anos 1980, vão fornecer ferramentas para a realização de uma série de estudos que, ao procederem a uma avaliação de um conjunto de indicadores estatísticos sobre o crescimento da pobreza no mundo, terminaram por identificar um amplo contingente de mulheres entre a população mais pauperizada nos países pobres (MACEDO, 2008, p. 28).

Alguns estudos sugerem a ocorrência do aumento de lares chefiados por mulheres em situação de pobreza econômica. Se por um lado se torna evidente a necessidade de políticas públicas para minimizar e combater essa situação, por outro, pode se dar a entender que esse dado tem relação com a desorganização familiar e quebra dos tradicionais valores familiares. Ou seja, há o risco de uma interpretação equivocada, em vez de se compreender que essa é uma situação que é resultante da pobreza, se sugere que as mulheres são as que causam a pobreza dos seus lares chefiados apenas por elas. Ainda há algo sutilmente mais cruel, que é o fato de que as mulheres ao se tornarem beneficiárias de programas sociais, terminam ao receber uma conotação negativa, como se fossem exploradoras do estado, de um sistema inchado demais. Na conversa com Carolina do presente, ela conta “*A minha renda agora é de 600 pila. Do governo, 600 reais tem que fazer dá o que dá (riso)*”.

Sai a figura do “pai-esposo-provedor”, aquele que é mais valorizado pelo mercado de trabalho, melhor remunerado e socialmente mais reconhecido - neste cenário é muito difícil que as mulheres tenham a possibilidade de se familiarizar com o mercado de trabalho e as suas regras, pensar em investir na carreira é algo muito distante e até mesmo irreal. É como se sempre fosse esperado das mulheres que estejam cuidando de alguém, que atendam os membros das suas famílias, os seus filhos e o que resta disso quase sempre é o trabalho doméstico em outros lares, trabalho precarizado, mal remunerado e sem garantias sociais.

O capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vida descartáveis. A indústria da limpeza é uma indústria perigosa para a saúde, em todos os lugares e para aquelas e aqueles que nela trabalham. Sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos (VERGÈS, 2020, p. 25).

O movimento feminista propõe uma crítica ao termo “feminização da pobreza”, por que não falar em ‘pauperização das mulheres?’” (BRUSCHINI et al apud FARAH, 2004, p. 55). Uma prudência com a junção dos termos “feminização” e “pobreza” a fim de evitar conotações pejorativas. Safa (1999), entrega outro argumento, quando reflete que as unidades domésticas chefiadas por mulheres não se materializam num fenômeno relacionado unicamente à pobreza e à economia, interessa também entender, a participação dessas mulheres em outras redes de apoio e solidariedade

e como influenciam nas suas relações objetivas e subjetivas em termos qualitativos à manutenção e subsistência familiar e, também, na elaboração de projetos pessoais. Ou, poderia falar em sonhos e projetos futuros, aquela matéria etérea que confere a vida mais cores e esperanças.

É um desafio tentar compreender, como a partir de numerosas objeções e desigualdades na vida dessas mulheres, elas se constroem com base em tantos entrelaçamentos, (não)opções e alternativas de vida. Compreendo que nesse decurso, se evite colocar essas mulheres em um lugar de vitimização, reconhecendo que é um lugar social de muitas dificuldades, contudo, a dimensão de ser agente da própria vida nunca deve ser retirada de ninguém. Respeitar a história de vida de cada pessoa, passa por não retirar o que há de caminhos possíveis, e nesse sentido cada uma constrói sua narrativa dentro da própria história.

Na escolha das perspectivas epistemológicas e também ontológicas que orientam o estudo, fica claro a opção por um caminho que leva a uma concepção ontológica relacional, “na linha do raciocínio aqui desenvolvido, a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais” (SAFFIOTI, 2002, p. 2). Ao considerar as relações sociais como um elemento central na história das pessoas, fomos levadas a investigar as estruturas sociais, as instituições e as dinâmicas de poder que moldam as vivências das mulheres mães de famílias de classe trabalhadora em situação de pobreza socioeconômica. Considerar as dimensões objetivas e subjetivas da vida social possibilita ver essas mulheres mães como indivíduos situados em dinâmicas e estruturas sociais, mas também protagonistas das suas vidas.

Carolina desempenha o papel de protagonista da sua vida muito bem, obrigada. Mulher negra, com três filhos, com potente personalidade e o amor à literatura, realiza o trabalho extenuante de catadora, prepara a comida para os filhos, os leva a escola, se orgulha de poder proporcionar educação a eles e, determinadamente, ao final do dia, escreve no seu diário o que se tornaria o seu futuro livro. Antes mesmo de ser “descoberta” ela já falava das suas pretensões como escritora e até mesmo chegou a fazer contato postal com um editora fora do país.

Fiz café e mandei os filhos lavar-se para ir na escola. Depois saí e fui catar papel. Passei no Frigorífico e a Vera foi pedir salchicha. Ganhei só 55 cruzeiros. Depois voltei e fiquei pensando na minha vida. O Brasil é

predominado pelos brancos. Em muitas coisas eles precisam dos pretos e os pretos precisam deles. [...] Quando eu estava preparando para fazer o jantar ouvi a voz da Juana que pediu-me alho. Dei-lhe 5 cabeças. Depois fui fazer o jantar e não tinha sal. Ela deu-me um pouco. (JESUS, 2020, p 107).

Carolina deixa visível de quais posicionalidades sociais ela fala, e seu nome empresta, nesta pesquisa, a voz narrativa que serve para si e para todas Carolinas que vieram depois. Os resquícios da colonialidade brasileira são apontados a partir das desigualdades racial, de gênero e de classe que Carolina desvela a cada página, escrita pelo punho de uma mulher semianalfabeta, de qual localização e hierarquia de classe ela fala e a partir de onde vê o mundo. “Ninguém escapa às hierarquias de classe, raciais, sexuais e de gênero, linguísticas, geográficas, e espirituais do sistema mundo” (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2007, p. 41).

4.3 Reflexões sobre Desigualdade de Gênero e Políticas Públicas

Como mencionado anteriormente, o território onde começa meu estudo possui um CRAS instalado, isso diz bastante sobre as vulnerabilidades sociais e sobre o reconhecimento concreto disso. Entre outras causas sociais, algumas características se repetem com maior frequência e maior intensidade nesses locais, na estrutura familiar onde há uma tendência à ausência dos pais biológicos, rendimentos precários e não compartilhamento das responsabilidades no que se refere ao cuidado com os filhos.

Vaitsman afirma que “a sociedade industrial moderna constituiu-se, entre outras coisas, pela separação do público e do privado e pela doutrina das esferas separadas por naturezas sexuais desiguais, expressas na ideologia, nas políticas e na legislação” (1994, p. 60). Nessa divisão, coube às mulheres as responsabilidades com o cuidado doméstico e da família, como já foi dito. Esse princípio trouxe muitas desvantagens às mulheres que desejassem fazer uma opção de vida diferente à vida doméstica. Socialmente ainda colhemos esses resultados, como o mercado de trabalho foi se organizando em torno do trabalho predominantemente masculino e a forma que isso afetou a todas as mulheres, contudo, as mulheres negras e pobres

foram ainda mais atingidas com essa contingência e sentem os eventos decorrentes de modo ainda mais rigoroso.

Szmanski destaca “o mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo” (1995, p. 27). Contudo, no que concerne às características das famílias, as desigualdades de gênero, quanto às responsabilidades nas funções de cuidado, de saúde, de desempenho escolar, nutrição e desenvolvimento em geral, acabam sendo funções que são quase exclusivamente, cobranças que recaem sobre as mulheres mães de uma classe empobrecida que não dispõe de recursos para promover uma dinâmica familiar mais facilitada, naquilo que o capital financeiro pode proporcionar e proporciona para as classes privilegiadas.

Podemos observar esse conjunto de linhas de forças atuantes na articulação entre maternidade, vulnerabilidade social e políticas públicas, onde as mulheres são colocadas em um lugar de agentes centrais para responder às ações propostas pelas políticas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social (para exemplificar, temos as ações do Programa Bolsa Família e o cumprimento das responsabilidades instituídas, assim como os programas de planejamento familiar e o programa Primeira Infância Melhor – PIM). A questão, é observar que são as mulheres que estão no centro das possíveis soluções dos problemas sociais deste contexto, ou seja, no cenário de diferentes formas de organização familiar, o papel central de agente de mudança – em meio a todas as carências – é designado às mulheres mães, ao trabalho feminino mais uma vez.

A perspectiva de gênero também permite compreender como as mulheres mães vivem e organizam suas vidas, situadas em um território determinado, sendo este o *locus* das suas vivências, dificuldades e aprendizados. Esse território apresenta algumas características, junto a elas está à questão do desemprego entre as mulheres, as mesmas não costumam possuir ensino formal completo e muitas pararam de estudar no ensino fundamental, também não tem qualificação profissional exigida pelo mercado, em decorrência desses fatores o trabalho que costumam ocupar é o de fazer faxina, limpar a sujeira de outras casas como foi no caso das Carolinas, trabalhava procurando no meio da sujeira dos outros, objetos que pudessem lhe render algum dinheiro.

Pode-se dizer que esse é um fator de aumento de vulnerabilidade, porque esse tipo de trabalho – o trabalho doméstico ou como diarista – não é amparado por carteira de trabalho e a necessidade obriga às mulheres a aceitarem o que vier do empregador, não há possibilidades de negociação quando se ocupa uma condição de desproteção social. Um dos compromissos entre as funções dos Centros de Referência em Assistência Social é instruir e apontar para os direitos dos trabalhadores, principalmente das trabalhadoras domésticas e diaristas, pois são esses os tipos de trabalhos mais frequentemente executados pelas mulheres que por ali circulam. Muito embora, se saiba que na prática, entre a necessidade de trabalhar para obter renda e o que deve ser cumprido pelos empregadores, exista muitas omissões por parte dos empregadores e também dos governos.

Quanto à autonomia do corpo e da sexualidade das mulheres pobres, podemos considerar como mais um dos eixos que aumentam a desigualdade de gênero. Para Azeredo (2010, p.9), um dos marcadores mais importantes da identidade feminina é, sem dúvida, a maternidade. A condição de mulher, sempre associada ao papel de mãe, cuja responsabilidade no cuidado com os filhos parece uma imposição de ordem da natureza, limita as oportunidades de construção de outros marcadores identitários necessários à ordem civilizatória. Pode-se pensar que a configuração da maternidade posiciona as mulheres pobres como responsáveis pela situação de pobreza da família, ou como agentes motores encarregados para sair da mesma pobreza. Muitos são os discursos sociais e culturais que atribuem faltas às mulheres mães e, do mesmo modo, os deveres são jogados nas suas costas sem se levar em consideração as situações estruturais da pobreza, já que o que é oferecido pelo estado é muito pouco diante de tantos obstáculos materiais, culturais e políticos.

5. Redes de apoio: Fortalecendo laços para enfrentar desafios

Em um lugar social marcado por inseguranças, se faz necessário articular linhas de força que contribuam para o enfrentamento das dificuldades, e isso ocorre nas comunidades através da solidariedade, principalmente entre as mulheres. O desejo de sentir-se protegido é condição íntima do sujeito (CASTEL 1998, p. 171).

No cenário atual, além de todas as dificuldades historicamente construídas, podemos acrescentar algumas perdas dos direitos sociais duramente conquistados. Direitos que poderiam garantir alguma segurança, essas proteções sociais são indispensáveis para pessoas que nascem e crescem em condições desfavoráveis e distantes do modelo de formação que é exigido pelo mercado.

O trabalho no Brasil consolidou-se sob o signo da informalidade, da precarização e da desproteção. Desse modo, o acesso à condição de empregabilidade desenhou-se como privilégio, e não como condição. Nesse sentido, sujeitas a formas de assalariamento precário e vinculadas a um sistema protecionista que conforma a assistência como direito, porém se assenta nos “mínimos sociais”, as famílias pobres brasileiras tornaram-se verdadeiras equilibristas na fronteira público/privado, driblando toda ordem de insegurança social (AZEREDO, 2010, p. 584).

Com essas palavras, a autora parece tirar uma fotografia da realidade das famílias em condição de pobreza, é preciso muito invencionismo para driblar essa condição de negações a uma vida melhor. A minha observação, enquanto trabalhadora e pesquisadora, a respeito dessas e outras dificuldades enfrentadas dentro de uma comunidade também é proveniente da apreciação dessa realidade de perto, é clara a derrocada e os retrocessos das jovens e incipientes políticas que buscavam garantir os direitos sociais com equidade, ou seja, mais do estado para aqueles que mais precisam. Em pouco tempo se vê uma mudança drástica nas vidas dessas pessoas, e a fome voltou a sentar junto à mesa dessas famílias, realidade que há muito não se via como no último período. Pode-se compreender a partir de Simmel, a noção de que o sujeito é qualificado como pobre “a partir do momento em que são assistidos ou quando sua situação lhes dá direito à assistência, mesmo se ela não tenha sido concedida, que eles passam a fazer parte de um grupo caracterizado pela pobreza” (SIMMEL apud PAUGAM, 1999, p. 43).

Outro aspecto visualizado no cotidiano de trabalho, é que as mulheres pobres contam com a ajuda de outras mulheres pobres, no cuidado dos filhos ou em outras situações. Segundo Costa, isso ocorre independentemente de haver ou não creches (COSTA, 2002, p. 312). Dessa maneira, formas alternativas de proteção vão ocorrer em dinâmicas onde as mulheres se responsabilizam pelas suas e também por outras crianças. Fonseca fala sobre a “circulação de crianças”, segundo a pesquisadora, trata-se de uma prática onde “cuidar das crianças não se limita à mãe, nem ao casal, mas mobiliza uma rede de adultos que se estende para além do grupo de parentesco” (FONSECA, 2002, p. 57). No interior da vida em uma comunidade,

algumas famílias não permanecem por muito tempo, vivem de aluguel e muitas vezes é preciso deixar a casa, com isso, nem sempre esses vínculos de compartilhamento de cuidado podem ser estabelecidos, porque o fator tempo é importante para que ocorra essa vinculação. No entanto, pude perceber que algumas famílias podiam contar com outras pessoas da vizinhança para reparar as crianças durante uma saída da mãe, e essa atitude tendia a ser de reciprocidade entre as famílias.

A maternidade e a pobreza estão repletas de proposições presentes na vida cotidiana, entre elas há um termo mais recente, a rede de apoio. A responsabilidade de cuidados com os filhos sempre foi tão intrinsecamente “colada” ao papel da mãe, que esse termo muito pouco era mencionado ou tinha sua importância debatida socialmente. Podemos imaginar sem grandes esforços que a existência de uma rede de apoio social é capaz de promover maior qualidade no desempenho do papel de proteção e cuidados da família – mãe. A rede de apoio é um conjunto de pessoas, grupos ou instituições que oferecem suporte emocional, social e prático a um indivíduo ou a uma comunidade. Essa rede pode incluir familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, profissionais de saúde, entre outros. É um conceito que enfatiza a importância das conexões e dos recursos disponíveis para ajudar indivíduos e comunidades a enfrentarem desafios, lidarem com crises e alcançarem um maior nível de resiliência e qualidade de vida (LANDIM et al., 2006, p.19).

Considerar apenas o microsistema familiar como recurso se torna reducionista, pois são os recursos dos diferentes contextos associados à família que poderão compor o ambiente ecológico de adaptação dos indivíduos. Estas interações no contexto podem aumentar ou diminuir o impacto de fatores de risco (JULIANO & YUNES, 2014, p.78). Os processos de resiliência, tão profícuos à vida humana, são potencializados quando se compartilha com outras pessoas de referência as dificuldades ao longo de todo ciclo da vida, ainda que essas pessoas não sejam sempre as mesmas. Ter com quem contar é substancial, diante da ausência de políticas que garantam de modo eficaz as proteções sociais mínimas, as pessoas buscam por alternativas que possam ser protetivas no enfrentamento das adversidades.

É conhecida a tendência de se considerar apenas o microsistema familiar, quando se percebe os sucessos ou insucessos nas famílias, falando de um modo

geral. Ocorre que esse modo geral, é composto por um escopo de ideias que permeiam o imaginário social de forma majoritária e equivocada muitas vezes. Nesse mesmo contexto, entram os ideais da meritocracia e do esforço individual para se obter “vitórias” na vida. Contrapor essas ideias é possibilitar que o imaginário social possa ser recheado por conceitos mais humanizados e substituir o conceito de meritocracia pela garantia de direitos – arremessar a possibilidade real para as garantias sociais e a necessidade de equidade – a qual deveria estar nas agendas políticas para uma possível sociedade menos desigual. Sustentar ideias que culpabilizam as mães pelos caminhos errados dos filhos por exemplo, é um modelo exaurido e que está colado ao patriarcado. Não é viável para alguém conseguir dar conta de todas as necessidades dos filhos sozinha, é preciso dividir essa responsabilidade e, sobretudo ter com quem contar, desde a vizinha até instituições, sempre importantes como a escola – exemplos para ilustrar o que pode ser considerado uma rede de apoio.

Carolina do presente, perdeu um filho aos 28 anos por overdose, ela não sabia que o filho usava drogas.

De que ele faleceu? Olha, depois que me chamaram, o filho quando fica homi feito a gente não sabe o que acontece (uhum) quando me chamaram ele já tava na UTI, o dotor disse que foi uma overdose eu acho que ele tava usando droga... o dotor disse que era uma overdose, uma overdose... A senhora não sabia? Não, por que ele morava independente, morava lá no bairro Ivone. Ele vinha, mas quando vinha era assim de noite, de tarde, vinha me vê e voltava pra lá... morava lá né, trabalhava pra lá.. então, a gente, como se diz, os filho tão independente e a gente não sabe o que se passa né, a gente sabe quando tão pertinho da gente, a gente sabe o que tá se passando... o dotor disse que era uma overdose...

Penso ser importante propor um deslocamento do modelo de maternidade unitário, com referências padronizadas situadas na experiência da classe média para se pensar em sujeitos – mães e filhos – como pessoas que se formam e se desenvolvem em outro contexto, onde não é possível apagar as diferenças de gênero, raça e classe, por mais incômodas que elas sejam - para uma maioria em termos de poder. Compreender um conjunto mais amplo de influências que operam nas situações estruturais de pobreza, proporcionar o direito a interlocução, no sentido de ouvir o que as pessoas empobrecidas têm a dizer sobre suas formas de viver, educar e trabalhar e não repetir exaustivamente sempre a mesma teoria, que

coloca essas pessoas em um lugar de não saber, de incapacidades e de faltas. No encontro com outras mulheres mães, instituições ou outro tipo de rede de apoio que se possa encontrar para partilhar trajetórias, exercem papel de proporcionar outros arranjos necessários à vida, os quais têm função de resistência na constante luta por dias melhores.

6. Considerações finais

O tema trabalhado nesta pesquisa se relaciona com a narrativa associada às vivências da maternidade na perspectiva das mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica, afim de possibilitar a conexão com suas falas e vivências sobre esse contexto. Embora o termo mulheres mães suponha a existência de filhos, procurei mirar na centralidade das mulheres durante esse trabalho. Os filhos, certamente, também são importantes nessa espécie de fotograma que procurei montar. Mas ainda assim as mulheres mães receberam minha maior atenção, tanto por me identificar com os papéis de mulher e mãe, quanto por ter acompanhado muitas mulheres mães durante esses anos de trabalho – nesse período, foram substancialmente elas que sempre me inquietaram. Os sentimentos que reverberaram em mim foram os mais variados, admiração, espanto, tristeza, encorajamento, desânimo e também incompreensão. Eu também, muitas vezes fiz julgamentos sobre suas escolhas, algo provavelmente relacionado a uma pretensão de necessitar compreender as suas opções de vida. O privilégio de ter estudado um pouco mais, ter uma graduação e poder continuar por esse caminho de aprendizado e formação acadêmica pode trazer algumas armadilhas e uma delas é desejar compreender e categorizar as vidas de outras pessoas, nesse caso outras mulheres. Compreender as “escolhas” que fizeram em relação aos seus companheiros, por exemplo. Pensar em fazer uma escolha trás logo a mente a liberdade que se supõe ter para escolher, porque sem liberdade pode ser que aquilo que chamamos de escolha seja apenas o que é possível em certos momentos.

Com a aproximação situada no contexto de pobreza, tomei como referência primeira os escritos da autora Carolina Maria de Jesus em seu primeiro livro, Quarto de despejo: Diário de uma favelada. Essa obra é muito mais do que apenas um livro, o que já seria muita coisa certamente, no entanto, Carolina, uma mulher negra e

pobre que pensava e refletia – uma quebra gigantesca de paradigma dentro do universo dos autores e formadores de pensamento há seis décadas, na realidade brasileira – produziu uma narrativa em primeira pessoa, onde faz a escrita da experiência vivida. De forma reflexiva Carolina falava das dificuldades das pessoas pobres, da realidade de um país que prometia o progresso e trouxe temas como as diferenças sociais, as questões de território e as divisões dos espaços públicos entre as classes. Carolina problematizava a sua realidade, falava do que ela mesma vivia, observou nuances sutis de questões sociais complexas a tal ponto que seu livro é vivo até hoje, o que escreveu ali ainda é atual na realidade brasileira.

Com Carolina do presente, pude formular algumas perguntas a partir do que ele me contava, observava aquela senhora desde a época do trabalho no CRAS, levava seu bisneto junto consigo nos atendimentos e nos serviços de convivência que participava. Andar lento e sorriso no rosto, eu sorria de volta porque era irresistível, mas ficava pensando naquela vida de tantas lutas e ainda tinha um sorriso para oferecer. Que mulher!

Em relação a Carolina Maria de Jesus, o estudo se deu a partir da sua escrita e outras leituras sobre ela. Depois de ter terminado a leitura de Quarto de despejo, onde apesar das situações difíceis é possível depreender um certo tom de humor de Carolina, vivenciei momentos de fascínio e busquei por vídeos e todo conteúdo que pudesse me falar mais sobre alguém tão interessante que compartilhou seus sonhos e suas utopias a partir do que escreveu. Procurei saber sobre onde estariam seus filhos hoje e o que mais lhe tenha ocorrido depois do lançamento do seu livro, descobri que a sua filha Vera Eunice – Carolina menciona mais de uma vez o desejo comprar sapatos novos pra ela – se tornou professora.

Nessas duas mulheres mães Carolinas do estudo, coloco minha admiração, não apenas pelas resistências que empregaram em suas vidas, mas por ter nelas, encontrado pessoas inteiras, integras, éticas e com muito a ensinar.

Dos eventos e acontecimentos, os quais dão sentido ao enredo de fundo, o contexto social onde ocorre a investigação do tema, é o contexto de pobreza socioeconômica. Com o intuito de unir as circunstâncias da contextura apresentada, para então se obter uma produção de sentido, busquei nessa mesma perspectiva compreender os sentidos implícitos daquilo que é dito e não dito, e que se situa dentro de histórias de vida, as quais apresentam dimensões que não são

comportadas apenas no que pode ser alcançável dentro de um contexto de pesquisa.

A narrativa de Carolina também aborda as preocupações relacionadas aos seus filhos, a necessidade de suprir suas necessidades materiais, os preconceitos que enfrentava no dia a dia e a ausência de apoio, tanto de um marido quanto do Estado. Nesse sentido, a Carolina do presente, que também enfrenta muitas dificuldades, relata que recorre a algumas políticas públicas que, embora não sejam totalmente suficientes, auxiliam e são importantes para tornar a situação um pouco mais amena.

A partir do meu local de trabalho, hoje não mais em um Centro de Referência em Assistência Social, mas uma instituição de acolhimento para irmãos de zero a dezoito anos, trabalho ainda vinculado a Secretaria de Assistência Social do município, pude observar o crescimento das dificuldades em relação as garantias de direitos das pessoas em situação de pobreza socioeconômica. Dentre essas dificuldades, está a fome como a mais impactante, posso dizer que essa é uma realidade que não era percebida de forma tão intensa no dia a dia do trabalho como no último período e esse panorama também está relacionado com os cortes nas políticas de assistência social.

As tramas que envolvem a pobreza, como a partir de Carolina podemos refletir, são históricas, políticas e sociais e atravessam a fibra do tempo na realidade brasileira, remontam o período da colonização até o presente. As conquistas destinadas aos grupos socialmente discriminados estão em constante perigo de morte, essa é a natureza que se pode ler com relação aos cortes de investimentos públicos destinados a mitigar os fatores de riscos sociais para as populações empobrecidas. Basta uma pequena distração e bum! Os direitos duramente conquistados são perdidos e quem mais sofre são todos aqueles que são discriminados e oprimidos, especialmente as mulheres negras.

Neste momento da viagem, é duro reconhecer que o promessa de progresso brasileiro é uma promessa destinada exclusivamente a alguns grupos de privilegiados. Assim como é penoso perceber, que o número de pessoas em condições precárias de vida tem aumentado, como os índices tem demonstrado. A imagem que compõe esse fotograma final foi descrita por Carolina Maria de Jesus na década de 1950: o retrato da insegurança alimentar - da fome, para dizer com

palavras que tensionem a realidade - continuou a ser desenhado e avançou na realidade brasileira. Em 2014 o país havia saído do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas por meio de estratégias de segurança alimentar e nutricional. No entanto, a partir de 2017, a fome começou a aumentar novamente, e em 2018 o Brasil voltou a figurar no Mapa da Fome da ONU.²⁹ A profunda desigualdade estrutural é uma cicatriz permanente na realidade brasileira, como apontou Carolina, e a manifestação da fome, de não ter o que comer e não ter alimentos para oferecer aos filhos, uma catástrofe consentida de certo modo. Na vivência da instituição de acolhimento, meu atual trabalho, o Lar dos Irmãos Santo Estevão, muitas crianças que chegam trazem consigo as marcas da fome nas suas vidinhas tão recentes. Essa situação se evidencia por alguns comportamentos, como quando as cuidadoras necessitam dar o alimento ao mesmo tempo para todos os bebês, porque choram muito ao ter de esperar (na instituição, as crianças até três anos de idade fazem parte do grupo do berçário). Outro comportamento que demonstram é quando veem a “tia” da cozinha chegar com os pratos servidos, batem palminhas e festejam. No decorrer do tempo, a situação tende a se normalizar, pois aprendem que vai haver o alimento em todas as refeições do dia, as quais seguem uma rotina bem programada. Escrever esse pequeno relato foi doloroso, é uma situação que eu não havia escrito, mas que apenas era mencionado entre as trabalhadoras da instituição. Mais uma vez, as situações sociais se conectam e precisam ser descritas e problematizadas, no contexto de pobreza socioeconômica a insegurança de não ter garantido o que comer no outro dia é uma das faces mais terrificantes.

As violências intrínsecas do sistema capitalista, a luta pela voz que possa ser ouvida, aos elementos de uma cultura escravocrata e patriarcal ainda não desmontados, a não desistência da vida, todas essas situações que seguem significando a realidade e que são bem conhecidas por todos àqueles que são colocados no quarto de despejo da sociedade, que esse trabalho possa trazer alguma reflexão, ainda que miúda, para os próximos passos em direção ao prometido futuro.

29 Disponível em: <http://www.tce.ms.gov.br/noticias/artigos/detalhes/6241/fome-no-brasil-e-drama-diario-de-19-3-milhoes>. Acesso em: 15 de mai. 2023.

7. Onde deu para chegar de bicicleta³⁰

Passaram-se três anos daquela primeira escrita, com a qual começo a apresentar meu trabalho de pesquisa. O primeiro capítulo, “Decifra-me”, ganhou forma em 2020, mesmo ano do nascimento da minha filha, que hoje está com três anos de idade. Eu e ela passamos, desde então, por muitas fases de desenvolvimento – ela pelo desenvolvimento infantil, que segue seu curso e eu por fases da construção da mãe que me torno. Depois da licença maternidade retornei ao meu trabalho no CRAS, lembro que estava desejosa por esse retorno, sentia falta de conviver com as pessoas, colegas de trabalho e todas as pessoas que participam no dia a dia do trabalho. O ambiente doméstico era repetitivo, os dias se sucediam de forma muito semelhante, desejava o trabalho como nunca havia me ocorrido.

Ao longo do processo vivi várias fases, houve a fase de acordar muitas vezes durante a noite, o primeiro adoecimento onde me deparei com angústias imensas, que pareciam intermináveis nos dias febris. Depois, a fase de dar os primeiros passos e assim fomos indo, dias de muito cansaço outros em que conseguia dormir melhor, depois outros dias em que o dente começava a nascer e novos comportamentos desafiadores que se apresentavam. Era necessário que eu me ocupasse dessas novidades e pudesse gerenciar da melhor forma as nossas vidas, havia necessidade de procurar espaços internos de paciência, ânimo e também espaços de encantamento – movimentos lindos acontecem nesse descobrir o mundo a partir do olhar da criança recém-chegada.

Alguns meses depois do retorno ao trabalho no CRAS, fui convidada para assumir a coordenação de uma instituição de acolhimento para grupos de irmãos, ainda situada no âmbito da assistência social, mas agora não mais no campo da proteção básica e sim no âmbito da proteção especial de média e alta complexidade. A fala da minha coordenadora foi nesses termos “não vai, é uma loucura!”. Mas eu fui, depois de sete anos era o momento de experimentar novos ares e outros desafios – eu não quantificava o “tamanho” desses novos desafios, porque não conhecia de perto o funcionamento de uma instituição. Contudo, além do movimento

³⁰ A ideia para esse título surgiu, quando um amigo, no dia da defesa da dissertação, eu bastante chateada com meu desempenho, disse: “É como no título daquele curta-metragem: Foi onde deu para chegar de bicicleta!” O amigo se chama Luiz Antônio Chies e me inspirou com essa definição para nomear o último capítulo dessa pesquisa.

que me empurrava para a novidade no campo de trabalho, seria agregada uma função gratificada no meu salário, já que o valor do mesmo não era corrigido há alguns anos, ocorreu que me interessei um pouco mais. Nesse período, estava apurando a possibilidade de financiar um imóvel para eu e minha filha morarmos, uma casa para habitar com nossos próprios tempos e nossos ritmos.

A nossa casa virou realidade, depois do tempo de espera para o imóvel ficar pronto, em janeiro de 2023 nos mudamos. Ah, que delícia ser a dona da casa! Essa decisão de financiar uma casa nasceu com a vinda da minha filha, estava confortável na casa dos meus pais, desconfortavelmente confortável - por isso permanecia. A Maria trouxe essa necessidade de um espaço nosso, sem as opiniões, interferências e as críticas que surgiam. Aqueles dizeres que são para o “bem” de alguém, para o bem de quem está em uma situação de poder, só se for. Pois bem, deixei a máquina lava e seca para trás, peguei minhas coisinhas e da minha filha e fomos!

A nova realidade da nossa moradia trouxe consigo outros papéis e novas atribuições, aumentaram as funções de cuidado – as quais tendem a ser invisibilizadas mas que sustentam a organização de modelos sociais tidos como saudáveis. No encalço de uma criança limpa, penteada e bem alimentada que chega na hora na escola, tem alguém por trás que certamente deixou para depois tarefas a serem cumpridas. Especialmente no meu caso – e de muitas outras mães solo – onde não divido as tarefas com mais alguém, nem o genitor e tampouco uma funcionária, que obviamente teria de ser remunerada pelo seu trabalho, situação que não é viável para mim.

Sou uma mãe solo trabalhadora que está determinada a concluir um mestrado acadêmico. Não tenho sentimento de pena por mim, mas eu sei muito bem o quanto custou os caminhos percorridos até aqui, tanto pelo aspecto emocional quanto pelos aspectos físicos. Houve períodos em que o corpo mandou sinais, quase como se gritasse para comunicar que o ritmo estava disparatado. Como se dissesse que a frase que circula por aí “enquanto eles dormem, eu trabalho” não é sustentável, sobretudo quando existe a necessidade de se doar para outra pessoa, na verdade o corpo gostaria de dizer “dorme sim, minha filha!” O que quero sinalizar é que se o mundo moderno trouxe possibilidades antes inviáveis para as mulheres, também trouxe consigo uma sobrecarga difícil de equilibrar. As marcas indelévels do patriarcado, forjado também pelo sistema econômico neoliberal continuam a ditar os

ritmos de produção e de resultados, o que gera muitas inviabilidades para as mulheres mães e para todos que estão do lado de “fora” desse sistema.

No interior da universidade, em uma sala de aula da pós graduação ouvi um dizer, vindo de uma docente, revelar a saudade sentida da época em que os pós graduandos podiam dedicar-se exclusivamente a esse período de formação, sem atrasos porque não necessitavam sair do trabalho e nem ter que correr do modo que podiam para chegar a universidade. Justifiquei o meu atraso, na primeira aula da manhã, ocorrer em decorrência da estrada - viajava duas horas de carro para chegar - em certa altura do trecho, havia muita cerração o que dificultava a chegada em tempo. Se saísse no dia anterior pegaria a noite na estrada sozinha, estava grávida. Continuei a receber faltas no primeiro período, ainda que meu atraso fosse de vinte minutos, a professora disse que não poderia ter pesos diferentes em relação aos outros alunos que vinham da mesma cidade. A vida organizada girando em torno da formação acadêmica. Alunos e alunas trabalhadores, obviamente, não apresentam o mesmo rendimento dos que podem se dedicar exclusivamente para a experiência de conhecimento oferecida pelas universidades. Esse relato é a partir da minha vivência, mas e se pensarmos nas Carolinas, o que remanesce para elas?

É como se eu tivesse uma bicicleta para percorrer os caminhos necessários ao enfrentamento da vida, caminhos que me levam a algum lugar novo, a bicicleta como ferramenta para o movimento. Alguns andam a cavalo (para manter o referencial gauchesco), outros de ônibus, ainda há os que andem de carro, os que navegam de barco e os que voam de aeronaves. As Carolinas andam apenas a pé, percorrem os caminhos descalças. Para mim, esse lugar foi onde deu para chegar de bicicleta. E a minha bicicleta furou os pneus e eu troquei, caiu a correia e eu arrumei, eu caí várias vezes e me levantei. Sobre o trajeto percorrido a pé e de pés descalços, eu posso supor o quão árduo seja, incomparavelmente mais difícil do que percorrê-lo de bicicleta. No entanto, apenas quem anda a pé e descalça é que pode falar tanto melhor sobre o seu trajeto, e isso Carolina Maria de Jesus o fez. Dessa forma, a voz de Carolina representa outras vozes as quais partilham das dificuldades de um mesmo lugar social e para que encontre-se integralidade nos relatos - daquilo que é vivido - apenas elas podem falar por si, o resto é apenas uma tentativa de aproximação.

Essa metáfora empresta algum sentido para se pensar nos elementos estruturais, que forjam as classes sociais e instrumentalizam as pessoas para a jornada da vida. Alguns começam o trajeto com alguns equipamentos, o que pode possibilitar uma jornada mais confortável. Outros, recebem equipamentos menos sofisticados, mas ainda assim é possível avançar e a há os que não podem contar com equipamentos recebidos, possuem apenas as próprias pernas e pés para seguir adiante. Sobretudo, em uma cultura escravocrata e patriarcal, a qual manifesta elementos que ainda estão muito presentes na realidade do país.

Exacerbada e um pouco descabelada é o modo como tenho me percebido há um pouco mais de três anos. Essa manifestação da maternidade não é culpa da minha filha, os filhos não carregam esse peso em si, no entanto, ocorre sim, muitos desgastes, principalmente no modo como as mães precisam atender as suas funções sociais. Depois da licença maternidade, tudo volta ao “normal” para mulheres com filhos bebês ou não, no sentido dos deveres no trabalho, nos estudos e por aí vai. Isso não quer dizer que não haja beleza no processo, mas significa dizer que é um processo muito árduo. Dar conta de todas as responsabilidades sozinha na maior parte do tempo exige que outras necessidades sejam sacrificadas e sacrifícios nunca são fáceis.

No ínterim dessa escrita final, com relação ao meu trabalho atual, dois irmãos foram acolhidos novamente na instituição, um menino de aproximadamente 4 anos e a irmã de 13 anos. Recebi a notícia em um final de semana, os relatos são de que a mãe colocou fogo na casa onde eles e outros familiares moravam. Mãe que é dependente química e faz uso abusivo de álcool. No “sem rumo” da sua vida colocou todos em risco grave, por sorte ninguém se feriu. Mas as marcas ficam, ainda que não haja queimadura evidente na pele, as marcas transpassam aquilo que há de mais interior dentro de cada um, como é difícil conviver com essa realidade de sofrimento humano. Essas histórias dariam outros capítulos, por ora, posso perceber que algumas dinâmicas sociais se entrelaçam e exigem medidas mais contundentes para esse tipo de questão social.

Nesse momento da caminhada, perto do fim, fica evidente que para mim que algumas coisas nós perdemos pelo caminho, mas que nem tudo está perdido! A vida não está perdida e é nela que deposito a esperança e a coragem para continuar,

com todas as limitações, as dificuldades, os erros cometidos, as estratégias naufragadas... algo ainda há de nascer dessa insistência em não desistir.

*Vamos, não chores
A infância está perdida
A mocidade está perdida
Mas a vida não se perdeu*

*O primeiro amor passou
O segundo amor passou
O terceiro amor passou
Mas o coração continua*

*Perdeste o melhor amigo
Não tentaste qualquer viagem
Não possuis carro, navio, terra
Mas tens um cão*

*Algumas palavras duras
Em voz mansa, te golpearam
Nunca, nunca cicatrizam
Mas e o humor?*

*A injustiça não se resolve
À sombra do mundo errado
Murmuraste um protesto tímido
Mas virão outros*

*Tudo somado
Devias precipitar-te, de vez, nas águas
Estás nu na areia, no vento
Dorme, meu filho (DRUMMOND, 1945).*

8. Referências

ACCORSSI, Aline. **Materializações do pensamento social sobre a pobreza**. 2011. 184 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; & GUARESCHI, Pedrinho. **A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social**. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536-546.

ARANHA, Simone da Silva. **Sobre Carolina Maria de Jesus, o Quarto de Despejo e a Casa de Alvenaria**. *Cadernos do IFCH*, Campinas, n. 31, p. 1-10, 2004.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

ÁVILA, Maria Betânia. **Mulheres empobrecidas: a relação entre pobreza e gênero**. *Vozes*, 2003.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

BALUTA, Maria Cristina; MOREIRA, Dircéia. **A injunção social da maternagem e a violência**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48990, 2019.

BARROS, Ricardo. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e Pobreza no Brasil retrato de uma estabilidade inaceitável**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais. Rev. bras. Ci. Soc.* vol.15 n.42 São Paulo Feb. 2000.

BERQUÓ, Elza. **Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica**. In: SCHWARZ, Lilian Moritz (org) *História da vida privada v.4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 411-438.

BORDIEU, Pierre. (2012). **Capital cultural, escuela y espacio social**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

CARNEIRO. Sueli e SANTOS, Tereza. **Mulher negra**. São Paulo, Conselho Estadual da Condição Feminina/Nobel, 1985.

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. *A produção do Viver*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**. *Estudos Feministas*, n. 10, p. 171-188, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

KLEIN, Carin. **A educação de mulheres como mães e professoras no Programa Nacional Bolsa Escola**. Educação & Realidade, Porto Alegre, Faculdade de Educação/UFRGS, v. 30, p. 223-251, jan./jun. 2005.

LAVINAS, Lena (1996). **As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro**. Estudos Feministas, v.4, n.2, p.464-479.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Na trama das Interseccionalidades: Mulheres chefes de família em Salvador**, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10983>

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. **Feminismo em marcha para mudar o mundo. Trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2015, 88p.

MEYER, Dagmar. **A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento**. Gênero, Niterói, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG), v. 6, n. 1, p. 81-104, jul./dez. 2005.

PIRES, Renato Sérgio de Lima. **Ciclo da pobreza e exclusão social**. In: DALLARI, Sueli Gandolfi; PEREIRA, Potyara Amazoneida; TELLES, Vera da Silva. Dicionário de Política Social. 5ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2021.

PINHEIRO, Teresa. **Reflexões sobre as bases do amor materno**. In: HILFERDING, M; Pinheiro T.; Vianna, H B. As bases do amor materno. São Paulo: Escuta, 1991.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Egardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. Biblioteca Básica de Serviço Social.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCAVONE, Lucila. **Maternidade: tranformações na família e nas relações de gênero.** Interface – Comunic, Saúde, Educ, 8, 2001.

SOUZA, Jessé. **A Ralé Brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. **Maternidades plurais: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia.** Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020, 824 p.

SOUZA, Líliliana; HESPANHA, Pedro; RODRIGUES, Sofia; GRILO, Patrícia. **Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social.** Lisboa: Climepsi Editores, 2007.

OROZCO, Amia Pérez. **Ameaça tormenta: a crise dos cuidados e a reorganização do sistema econômico.** Tradução por Maria Júlia Montero. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia.**

Apêndices

Transcrição da conversa com “dona Carolina”.

Tudo bem Dona Carolina? A sra. pode dizer o seu nome e quantos anos a sra. tem?

- *Carolina³¹, 63 anos.*

Até que série a senhora estudou?

- *Até no tempo do segundo ano, é...*

E qual é a sua renda dona Maria de Fátima?

- *A minha renda agora é de 600 pila.*

Que vem da onde?

- *Do governo, 600 reais tem que fazer dá o que dá (riso).*

E a senhora não tem direito a encaminhar a aposentadoria?

- *Uns dizem que é com 63 outros dizem que é com 65 (anos).*

Seria o BPC³², o benefício?

- *É, eu não sei, eu andei lá né... se eu saio... por causa do guri no colégio, eu crio ele né, ele é meu bisneto, eu que criei desde pequenininho...*

Quantos filhos a senhora tem?

- *Entre vivo e morto tenho 10, mas agora tenho só... perdi um com 28 ano, o último agora, faz 10 ano e agora tô só com 4, duas mulher e dos homi, são tudo independente né, mora cada um na sua casa. A Cati e a Ana, o Luís André e o Luís Adriano, são os que eu tenho agora.*

Quantos faleceram? E, de que ele faleceram?

- *Seis. Uns pegaram e eles não eram bem de tempo e doutor tiraram gêmeos e não... eram muitos fraquinhos.*

Quantos a senhora perdeu logo em seguida do parto?

- *Uns quatro, duas barriga de gêmeos (silêncio)*

A senhora nem chegou a trazer eles pra casa?

- *Não, uhm uhm. Só o que faleceu homi feito, esse de 28.*

De que ele faleceu?

- *Olha, depois que me chamaram, o filho quando fica homi feito a gente não sabe o que acontece (uhum) quando me chamaram ele já tava na UTI, o dotor disse que foi*

31 Nome fictício inspirado em Carolina Maria de Jesus.

32 Benefício de Prestação Continuada, pessoas com deficiência ou idosas a partir dos 65 anos podem receber um salário-mínimo mensal pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a partir de alguns critérios que precisam ser preenchidos.

uma verdose eu acho que ele tava usando droga... o dotor disse que era uma verdose, uma verdose...

A senhora não sabia?

- Não, por que ele morava independente, morava lá no bairro Ivone. Ele vinha, mas quando vinha era assim de noite, de tarde, vinha me vê e voltava pra lá... morava lá né, trabalhava pra lá.. então, a gente, como se diz, os filho tão independente e a gente não sabe o que se passa né, a gente sabe quando tão pertinho da gente, a gente sabe o que tá se passando... o dotor disse que era uma verdose...

E qual é o nome do Pingo³³?

- João Vitor.

O Pingo então é seu bisneto?

- Bisneto, eu criei a mãe dele e criei ele.

E, quem mora aqui com a senhora?

- É só eu e ele agora.. meu ex marido mora ali no quartinho (tom de voz baixo) depois de 30 anos de deixado ele mora ali.

Ele voltou, ele pediu moradia?

- Não, porque ele tá doente, os guris (inaudível) ele alugava uma casa mas ficava muito longe, ele pegava a chateá né, de médico né, essas coisas, sempre eu que vou na frente...

A senhora que cuida dele?

É, eu que dou uma reparada, não cuido, dou uma reparada, dou uma reparada... cada um no seu lugar.

É a senhora que faz a comida pra ele?

- Não, ele não pára muito, mais é de noite assim, quando tá doente, passa lá nos amigo dele, vai lá pro Prado Velho³⁴, vai lá na casa dos outros filho, então ele não pára. Só quando eu preciso que ele tem que fica com o guri aí...

Voltado à questão da renda, são os R\$ 600 para a senhora e para o João Vitor, o seu bisneto?

- É, é.

A sua casa aqui, é própria?

³³ Pingo é o apelido do bisneto que Dona Carolina cria, como eu já os conhecia desde os acompanhamentos psicossociais realizados no CRAS, fiz referência de modo menos formal ao nome do menino, para tentar trazer um pouco de suavidade para a entrevista.

³⁴ Prado Velho é o nome de um bairro distante deste local de moradia da Carolina do presente, um território também marcado pela vulnerabilidade social e econômica.

- *É própria.. porque a gente faz como 40 ano que mora aqui, né.*

Não tem que pagar aluguel...

- *É, não tem que pagar, só a luz, água, lixo, só isso...*

E, dona Carolina, quando a senhora pensa na palavra pobreza e nos seus significados, o que vem na sua mente?

- *Ah é pobreza porque tá tudo muito caro, né... a gente precisa de uma exame e a gente não tem, a gente morre porque não tem o dinheiro pra pagar... eu mesma tô há 2 ano esperando um exame pelo SUS, tô esperando até hoje... até hoje que chame...*

Qual exame a senhora tá esperando?

- *É um exame que me deu dois infarte então, de vez em quando me dá uma aculeração, uma açuleração no coração, fico desesperada e aquela dor no peito, aquela dor no peito, bah fico ruim. Então a gente tinha que pagá, tem que pagá, é de esteira né, é só em Porto Alegre pra fazer esse exame, aqui no doutor Vargas tem mas é 800 reais, da onde eu vou tirar esses 800 reais?! Eu não tenho 800 reais pra fazer...*

E a senhora chegou a encaminhar pela Saúde?

- *Foi, pra lá pra Vinte³⁵ agora a gente não sabe, fica naquela né, esperando né, e cada vez eu pergunto, e não, ainda não chamaram e não chamaram...*

Faz dois anos que a senhora espera?

- *Dois ano faz, meu irmão mesmo, depois que meu irmão tinha falecido que vieram a chamar ele lá de Porto Alegre, chamaram ele e o homi já tava até morto. Ele tinha um INPS, tava encostado e tudo. Se eu tivesse esse dinheiro tinha feito aqui, mas e as conta da água e da luz? A gente tem que pagar as conta né, botar tudo em dia, como se diz, se a gente não paga a luz num dia quando vê, cortam a luz, tem que fazer novo pedido, leva uns três, quatro dia pra vim ligá...*

Com esse auxílio de seiscentos reais, a senhora paga as contas da casa, a água, a luz, o gás?

- *Não, o gás eu não uso. Eu tenho fogão, eu compro lenha. E mais a alimentação...É porque agora mesmo, tô fazendo cursinho, eu faço guardanapo eu vendo, tudo, então dá pra um leite pro guri, um pão, criança sempre qué uma gulodícia né...*

A mãe dele lhe ajuda?

35 A Secretaria de Saúde do município fica localizada na rua Vinte de Setembro, por isso a entrevistanda se refere à "Vinte".

- Não, a mãe dele mora lá no Prado Véio, que ela tem outro pequeno né, eu nem quero que ela ajude, se ela ajuda esse, então, o pequeno lá não tem, né. Faz dois ano que ela mora lá e eu nem sei que jeito é a casa dela, esse aqui já foi lá ele sabe. Eu tenho outro filho que mora ali em baixo também e não vou, onti um que mora lá no Prado Véio que veio me vê, ele, a mulher e a guriazinha, passar o dia comigo, foram de tardezinha. Das casa pro curso... esse (bisneto) foi criado dentro do CRAS ali, né, eu ia pro curso e levava ele...

Esse curso dos guardanapos (pintura em tecido), onde a senhora tá fazendo?

- Aqui nas Irmãs (freiras), aqui no Mãe de Deus.

Antes quanto era o valor do Auxílio Brasil (Bolsa família)?

- Era quatrocentos pil.

E como a senhora fazia com esse valor pra pagar todas as contas da casa?

- Tem uma senhora que sempre me ajuda, eu vou lá e limpo a casa pra ela essas coisas assim e ela sempre me dá uma cesta básica, sempre, sempre... uma cesta básica... com tudo, sabonete, tudo... aí eu não boto preço e ela vai lá e me dá uma cesta básica, e só pra mim e pra ele dura, né, sono só os dois, faço almoço e ainda sobra pra ele de noite, aí ele janta né, eu não janto de noite, né.

E com relação ao pai dele (João, bisneto)?

- O pai dele, nem a mãe dele sabe onde ele anda, são separados. Ela tem outro menino, desse casamento.

O pai dele chegou a registrar o menino (Pingo)?

- Não, não registrou ele é resgistado só no nome dela.

E, se a senhora fosse explicar para alguém, alguém que não sabe o que é a pobreza, como é que a senhora explicaria?

- A dificuldade né, que a gente passa, tem hora que a gente passa dificuldade pra tudo né... (inaudível) mas a gente vai indo né, inquilibrando a vida, né.

A senhora se considera uma pessoa pobre?

- Eu me considero, e tenho orgulho. Eu tenho. Tem gente que se desespera, não, eu não me desespero, que um dia eu vou ter, que se a gente perdê a esperança de não ter nada, aí pior, aí que ih, que cai a casa. Eu não me desespero assim, às veiz tem uma vizinha que diz "ah, porque eu ando apavorada" eu digo te acalma muié que um dia tu vai tê, tudo tem o seu tempo.

E a senhora poderia me explicar como é o orgulho que a senhora tem? A senhora falou que tem orgulho...

- *Eu tenho orgulho de ser pobre, o orgulha assim “fulana, tu quer fazer uma limpeza na minha casa?” vou, bem tranquila sou pobre, vou bem tranquila. Tem gente que diz “ah, eu vou sair no centro” mas a gente vê que vai trabalhar, com vergonha de dizer que vai trabalhar, eu não eu não tenho vergonha.*

Ah, a senhora vê que tem pessoas que tem vergonha?

- *Gente aqui da minha quadra mesmo, “ah, eu vou pra tal lugar” mas a gente sabe que vai trabalhar, da gente às vez passar numa casa e tá trabalhando. Eu tenho orgulho de ser pobre e viver do jeito que a gente pode, né. Feio é roubá e não poder carregá.*

Então, dona Carolina, com relação a renda a senhora tem esse complemento de alguns trabalhos que a senhora faz... e com as faxinas?

- *Vou lá e faço, faço, as Irmãs também me ajudam muito, elas sabem a minha situação e tudo, elas me ajudam muito. Às vezes quando eu preciso mesmo, eu vou na Casa da Família e digo: “Delissandra³⁶, hoje eu vim te pedi” e ela prontamente... aí lá no 21³⁷ eu não vou, peço pra um rapaz ir lá buscar pra mim, dou minha carteira de identidade, ele vai lá e me trás.*

Alguma vez a senhora teve algum trabalho com carteira assinada?

- *Não, nunca tive. Nunca trabalhei de carteira, mas nunca assinada.*

A senhora já trabalhou fixo em alguma casa?

Trabalhei no... acho que a senhora já ouviu falar no Luís Augusto³⁸ adevogado, ali trabalhei dez ano ali.

E o que a senhora fazia?

- *Ali eu era dona da casa, eles saiam eu só enxergava eles a hora que eles saiam, depois chegavam só pra almoçar e depois saiam sumiam de novo, eu vinha embora deixava a chave com a guria que morava lá, depois eu ia só no outro dia.*

A senhora fazia a comida, cuidava da casa, a limpeza?

- *Fazia a comida, cuidava da roupa tudo tudo era comigo.*

A senhora nunca teve a carteira assinada?

Não, nunca tive a carteira assinada nunca, nunca.

³⁶ Dona Carolina se refere a coordenadora do CRAS Ivo Ferronato, chamada Delisane.

³⁷ Se refere à localização atual da Secretaria de Assistência Social do município, o nome do local é conhecido por “Quilômetro 21”.

³⁸ Nome fictício.

E, a senhora tinha férias?

- *Assim quando eles iam pra praia eu ficava ali, né, só ia lá dava uma aberta na casa, quando ela vinha ela avisava pá mãe dela, a mãe dela vinha e me dizia eu ia lá e abria a casa.*

E o 13º salário, alguma vez lhe pagaram?

- *Ah, me pagavam um pouco a mais no fim do ano assim, mas...*

Então, uma pergunta que tá aqui no meu roteiro, mas eu já lhe fiz, é sobre quantos filhos a senhora teve né, a senhora teve dez. E, a senhora planejou as gestações?

- *Não, porque era no tempo que não existia remédio, né. Agora é como eu digo, ganha quem quer, porque tem remédio nos posto, tem tudo pra darem injeção tem tudo, né e de primeiro não tinha, antigamente não tinha nada disso.*

A senhora lembra com quantos anos a senhora engravidou pela primeira vez?

- *Vinte ano.*

E foi com o seu ex-companheiro?

- *É, todos, todos.*

Quando a senhora pensa na criação dos filhos, com quem a senhora pode contar pra lhe ajudar nesse papel da criação, do cuidado, de tudo que exige?

- *Tudo comigo, tudo tudo. Todos os meu foram criados aqui dentro da vila, que eu vejo as vez as criança aí na rua assim, os meu foram tudo criado aqui, não andavam na rua atirando pedra, esse aqui (se referindo ao bisneto) me dizem "ah, que tu não deixa ele brincar na casa de ninguém", não, criança é dentro do pátio, criança não precisa sair pra se dar com os amiguinho, criança é dentro do pátio.*

E, quando a senhora precisava ir trabalhar, com quem eles ficavam?

- *Ficavam com a minha mãe.*

Então ela lhe ajudou?

- *Não, ficava assim arreparando. Não ficava ASSIM com eles, ficava arreparando e o mais velho cuidava dos pequeno, fazia tomar banho, levava pro colégio, buscava do colégio.*

Entendi, então o seu filho mais velho é quem lhe ajudava. E o que eles fazem, os seus filhos que já estão crescidos, adultos?

- *Um trabalha no haras³⁹ e o outro tava trabalhando no haras e agora hoje ia pegar no haras de novo.*

³⁹ A região da campanha gaúcha possui diversas fazendas criadoras de cavalos de raça.

Na escola, eles chegaram a terminar os estudos?

- Não, só quem terminou os estudos foi a mãe dele e o tio dele, só, os outros não. Fizeram um pouco, depois quiseram trabalhar aí foram trabalhar.

Os que terminaram os estudos, trabalham com que?

- O guri trabalha no haras, e a guria que é a mãe desse (do bisneto) trabalha com uma senhora que era delegada e agora se aposentou e ela trabalha com ela.

E, a senhora sabe se eles tem a carteira de trabalho assinada?

- O guri eu sei que tem, ela parece que agora é que vai assiná, parece que quando foi que ela pediu sair e agora ela chamou de novo.

Dona Carolina e tem algum filho seu que lhe ajuda, que lhe traz algum alimento?

- Não, não é o contrário, quando eu tenho é eu que ajudo. Todos tem um monte de filho, é...

A senhora, além do João, ajudou a cuidar de mais algum dos netos?

- Quando eu tava sozinha eu criei o outro que trabalha no haras, ele morava comigo era só eu e ele, depois ela (neta) ganhou ele (bisneto) aí ficou só eu e ele.

E, quando a senhora pensa nesse processo de cuidado dos filhos, de cuidar, principalmente quando eles era crianças, o que a senhora lembra dessa fase?

- Os meus foram até muito tranquilo. O que tem esse de agitado (bisneto), esse é bem agitação mas em seguida eu faço ele parar, se aquietar.

Com relação a questões de saúde, não tinha situações de ficar com filho doente?

- Não, não, nunca ficaram doente, doente.

Sobre a alimentação, com o seu trabalho a senhora conseguia arcar com a alimentação?

- Eu deixava tudo prontinho, só dizia assim "tu faz tal coisa, frita um ovo, um gosta de ovo cozido, outro gosta de ovo cru, aí tu cozinha" – dizia para o filho mais velho - eu já deixava tudo pronto.

Tem alguma coisa que a senhora lembra ter sido mais marcante quando eles eram crianças? Alguma lembrança, alguma saudade?

- Assim, eu chegava tava tudo pronto, não tinha reclamação dos vizinhos, nem nada, era tudo calmo, os meus são assim, são nego mas são tudo criado por todo mundo, todo mundo ajudava eles porque eles foram criado assim de ficarem sozinho.

E nessa época, o pai deles, a senhora ainda tava com ele?

- Ele vivia pras campanha por aí, não parava em casa, ele não foi muito ASSIM, só é muito inérgico até hoje. Ele é tudo pros filho, ah ele faz as coisa pra eles. Teve um dia que eu fiquei aqui com ele e bah, parecia que ia morrer, aí a minha guria que tava morando nas Palma⁴⁰ veio, aí chegou eu disse “oh, levem numa UPA” cansada de levar lá na UPA já, aí levou e deu um troço nele, doutor chegou lá, botaram um soro nele, aí deu... fartou... uma coisa no cérebro que fartou “- Oxigênio?”, é, no cérebro... aí ele ficou toda aquela noite, aí vieram aqui e me chamar, apavorada, tá aí eu fui... chegando lá, a dotora perguntou a senhora sabe o que ele tem? Sei dotora, sei, porque eu passo com eles no médico e sou eu que tem que dizer o que eles tem! Ele tem eczema pulmonal, aí eu digo assim, isso é diário dotora, isso é farta de, de... cosa que dá no cérebro, já é duas veiz que dá, aí ele ficou na UTI e quando eu vi já tavam todos eles lá... Eles tem uma relação, comigo é a mesma coisa, é só dizer ah a mãe tá doente, a mãe tá doente, quando vê chega tudo...

Dona Maria, então, se a senhora para e pensa na sua luta até aqui, em tudo que a senhora passou, o que a senhora pode dizer?

- A coisa mais difícil na minha vida, foi perder meus irmão. Agora mesmo, quando fazia vinte e um dia que eu perdi um irmão, perdi o outro e sempre na luta assim, o outro adoeceu e eu sempre falando com o médico o que ele tinha, o que ele não tinha, aí quando foi na última consulta que ele foi que eu fui com ele, aí eu disse, doutor se eu não me engano ele tá é com câncer, ele disse “é”, não, o que é o que é doutor, é porque eu pedi pro patrão dele se informar e o patrão dele falou com o doutor José Carlos lá de Porto Alegre, e ele disse que ele tava com câncer, que ele tinha 65% pra viver, aí ele disse “é”, mas o senhor não poderia ter escondido pra ele, o senhor tinha que ter falado pra ele que ele tinha câncer, “pois é, mas eu não quis falar” mas como que o senhor não ia falar, o senhor é médico o senhor tinha que falar.

O médico não contou pra ele? Ele não sabia?

40 Região das Palmas - Localizada à 60 km de Bagé, é uma localidade com imensas formações rochosas Conforme o relatório sócio-histórico-antropológico elaborado por pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a comunidade descende da ex-escrava Margarida Sabóia, que se fixou na região ao final do século XIX.

Naquela época, Bagé – localizada na Campanha Meridional do RS, e fazendo fronteira com o Uruguai – presenciou inúmeros conflitos como a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), a Guerra do Paraguai (1893-1870) e a Revolução Federalista (1893-1895). Estes contextos de instabilidade levaram escravos e negros libertos a se refugiarem na região fronteira, muitos dos quais retornando dos países vizinhos quando os conflitos se encerravam e se fixaram na região.

- Não, ele tava desconfiado porque disseram que ele tava com gordura no fígado, e gordura no fígado é câncer no fígado, né. E eu ainda disse pra ele, tu tem certeza que tu tá com isso no fígado, e ele disse “tô mana, o dotor me disse lá em Pelotas” ele fez umas aplicação lá em Pelotas, que ele tinha operado a tiróide mas não era a tiróide, era um câncer que ele tinha tirado, eu disse pra ele não tira rapaz, mas ele quis tirar, né, era maior de idade não podia falar pra fazer nada né, aí tá, foi pra Porto Alegre, fui com ele umas duas veiz lá no médico, e quando fui fui lá no escritório e disse pra Dona Glória, a senhora de informe com o João Carlos se o Antônio não tá com câncer... e prontamente ela ligou pra ele e ele disse, cem por cento que ele tá, o câncer já tá tomando conta do corpo dele, a gente só vai levando aí o patrão dava a injeção pra ele, que com os disconti dava os 600 reais, então todo mês ele tomava aquela injeção pra ele ir vivendo. Aí ele me ligou 7 hora e disse “agora eu vou lá no médico e de lá vou na tua casa, tu me espera com uma canja”, que ele não podia comer mais nada com tempero eu digo tá, e aí passou, passou, passou quando foi 6 hora da tarde me ligaro, que ele tava lá no coisa que ele tinha morrido às 2 hora da tarde. Tá, aí cheguei lá aquela correria, eu que fiz tudo né, eu que me responsabilizei por tudo, que eu não tinha que me responsabilizar, fiz tá... aí segui tocando a vida, sempre tocando a vida, é como eu digo, o dia que eu cair aí caí todo mundo. Agora outro lá tava doente e eu não posso fazer nada, eu tenho que percurar por mim, vocês tem que ver que vocês são homi e vocês tem que fazer por vocês, eu não posso fazer com vocês. Agora sábado teve um aqui “ah, eu ando ruim com dor nas costas” vão na UPA ali oh, eu não posso fazer nada, óia eu tô com 63 ano eu não sou tão nova pra levar tudo nas costa, não é mole.

A senhora percebe que eles lhe procuram para a senhora resolver os problemas?

- Pra mim resolvê, se adoecem a primeira coisa, chama a fulana, porque eu SEI falar com as pessoas, e são umas pessoa tudo atada, que não sabem falar, com vergonha. A gente não pode ter vergonha de falar as coisa, tem que ser bem claro pra tudo, né.

E quando a senhora diz isso pra eles, pra eles irem, pra procurar a UPA, a senhora vê que eles vão atrás ou ainda ficam esperando que a senhora resolva?

- Aí eles dizem assim, “ah que tu podia marcar pra nós”, um consulta naquele coisa que é pra tuberculose, eu digo assim vai lá e marca “ah, mas eu não sei” tá, eu vou ali no Floriano, Floriano tu marca lá... tá aí vou lá e digo tá marcado lá, eu que

resolvo tudo. O dia que eu morrer termina o mundo pra vocês, porque não sabem decidir nada, sou tudo eu.

Quantos irmãos a senhora tem agora?

- Agora eu tenho só 4, semo só 4. Faleceu 3.

Hoje, a senhora olhando para o seu passado, tem alguma coisa que a senhora faria diferente?

- Ah, faria deferência assim, se ninguém me trouxesse os pôblema pra mim, todo mundo me trás os pôblema. Às veiz a gente não tá com cabeça praquilo, pra ir lá onde a gente tem que ir, falar com o médico tem que tá esperando, que às veiz a gente tem outra coisa pra fazer, aí fica pensando se eu vou lá, vou perder o horário daqui, então a gente fica naquela.

Dona Carolina e como que a senhora considera que foi o acesso às condições básicas, o que a gente chama de direitos básicos, que é o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, ao trabalho...

- A saúde tá boa agora, só tá faltando médico.

Mas a senhora sempre conseguiu acessar?

- Sempre, sempre, se eu vou num lugar eu sou bem atendida. Se eu for no vinte sou bem atendida se eu vou nos posto sou bem atendida, são interessados, eles marcam a ficha lá, então é assim...

A senhora leva o João (bisneto) na escola?

- Levo, tá no terceiro ano, esse ano ele já podia passar pro quinto, mas o negócio que eu não tinha telefone pra ele copiar as matéria (durante a pandemia) então eu fui lá e elas disseram "ah, ele tá fraco" então fraco ele não vai passar, na metade do ano ele não vai conseguir encontrar os outros, não então ele repete o ano que ele passa forte, não adianta passar uma criança sem ter um...

E ele sabe ler?

- Sabe! Já lê.

Pergunta para o João, que estava próximo: Tu gosta da escola, João?

Carolina responde: *- Gosta, ela adora a escola, ele tá também na catequese, ele tava na aula do violão mas ele disse que ele quer mais a catequese que o violão, é que ele disse que quer ser padre.*

Carolina, voltando àquela pergunta do acesso à educação e ao trabalho, pra senhora e para os seus filhos, então a senhora considera que sempre conseguiu acessar?

- *Sempre consegui acessar.*

Obrigada pela sua atenção!

Anexo I

Termos de Consentimento Livre Esclarecido Prezada Participante, Sou aluna do Programa de Pós-Graduação na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Estou realizando esta pesquisa sob a orientação da professora Aline Accorssi, com o objetivo de investigar a experiência das mulheres mães em situação de pobreza socioeconômica que será gravado, se assim você permitir, com duração aproximada de 1 hora. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida em sigilo. Sua participação nessa pesquisa contribui para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas com a pesquisadora através do número de telefone (53) 99923775 ou através do e-mail anedeanelise@hotmail.com.

Anelise Silveira (Mestranda PPGE/UFPel) Aline Accorssi (Profa. Orientadora da Pesquisa)

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e Assinatura da Participante

Nome e Assinatura do Responsável